

dh

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

PROJETO: A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
URBANIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE
CAMPINAS - 1960/1985.

ESTUDO DE CASO DE URBANIZAÇÃO: CAMPINAS

ORIENTADOR: _____
PROF. DR. WILSON CANO

ANDREA CRISTINA THOMAS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

2

I N D I C E

CAPÍTULO I

I	- HISTÓRICO.....	01
II	- PERÍODO 1850/1900	03
III	- PERÍODO 1900/1930	05
IV	- A REARTICULAÇÃO PÓS-CRISE: 1930/1950	09
V	- PERÍODO 50/70	12
VI	- PERÍODO 70/80	16

APÊNDICE ESTATÍSTICO	21
----------------------------	----

CAPÍTULO II

I	- CRESCIMENTO POPULACIONAL	22
II	- A OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	29
III	- POLÍTICA E ATUAÇÃO - COHAB/CP	41
	1. CARACTERIZAÇÃO DA COHAB	41
	2. QUADRO GERAL PARA O PERÍODO 60/85	43
	3. A ATUAÇÃO EFETIVA DA COHAB/CP	45
	3.1. METAS E RESULTADOS	60

MAPAS - CAMPINAS	75
------------------------	----

APÊNDICE ESTATÍSTICO	85
----------------------------	----

BIBLIOGRAFIA	100
--------------------	-----

CAPÍTULO I

*Este Introdução
dizendo do que vai tratar
resumo etc*

I - HISTORICO

A cidade de Campinas situa-se aproximadamente 22° 55' de latitude Sul e 47° 05' de longitude Oeste de Greenwich, cerca de 90 Km a noroeste de São Paulo.

Historicamente, o município tem seus limites a leste na Serra das Cobras (Planalto Atlântico) e a oeste sofreu desmembramentos, todos na área sedimentar da Depressão Periférica.

Os principais rios são o Atibaia, a NE, o Capivari, a SO, que desagua no Tietê. Esse rio, o Atibaia, é marcado pela instalação do núcleo urbano pioneiro e as primeiras sesmarias e fazendas pelos seus afluentes; o rio Anhumas, na margem esquerda, marca o limite histórico do sítio urbano e o primeiro eixo de ocupação das terras da região.

No século XVIII surge Campinas, como pousada no caminho de Goiãs. Em 1722, a bandeira de Anhanguera, foi deixando grupos de pessoas e soldados pelo caminho, incluindo a região de Campinas.

Por volta de 1750, Barreto Leme, em uma sesmaria (próximo bairro Taquaral) começa a produzir cana e aguardente. Em 1774, forma-se a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso, sendo Barreto Leme designado pelo Capitão General da Província - "Fundador Diretor" da povoação.

Campinas pela excelente qualidade do solo (terra roxa), propiciou o crescimento rápido da cultura da cana, vinda da região vizinha (Itū).

O quadro I abaixo, mostra que em 1836, Campinas era o maior produtor da província com 30% da produção total.

QUADRO I

NÚMERO DE ENGENHOS E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR
E AGUARDENTE EM CAMPINAS

ANO	Nº DE ENGENHOS Nº DE DESTILARIAS	AÇÚCAR (ARROBAS)	AGUARDENTE (CANADAS)
1775	03 - ENG.	-	150
1798	37 - ENG.	15.139	460
1799	37 - ENG.	16.875	381
1818	60 - ENG.	100.000	-
1836	93 - ENG.		
	93 - DEST.	158.447	7.399
1852	51 - ENG.	-	-
1854	44 - ENG.	62.290	-

A população do município cresce também no período. O número de habitantes dobra entre 1836 e 1854; representando o número de escravos nesse aumento mais da metade da população (ver quadro II).

Para se notar a importância populacional de Campinas já nessa época, é só observar que a cidade de São Paulo tinha 31.000 habitantes em 1854, enquanto que Campinas contava com 14.000 aproximadamente.

Nessa época já começava a se estruturar a rede urbana, de acordo com o interesse da coroa Portuguesa em relação ao crescimento da produção açucareira na província, do povoamento da divisão territorial do trabalho. Por isso, desde 1765/75 (Província de Morgado Mateus), procurou-se incentivar a consolidação de núcleos urbanos, freguesias e vila.

Antes de 1950 foram fundados os municípios de Jundiaí (1655); Mogi Mirim (1769); Bragança Paulista (1797); Campinas (1797); Piracicaba (1821); Capivari (1832); Lindóia (1838); Limeira (1842); Rio Claro (1845); Casa Branca (1841); Nazaré (1850) que faziam parte dos 83 municípios que formam a atual Região Administrativa de Campinas (5ª R.A.).

QUADRO II

	CAMPINAS				CAPITAL		EST. S. PAULO	
	POP.TOTAL	POP.URB.	POP.R.	ESCRAVOS	POP.TOTAL	ESCRAVOS	POP.TOTAL	ESCRAVOS
1836	6.698	-	-	3.917	21.933	4.868	284.512	78.013
1854	14.201	-	-	8.190	31.569	6.872	417.149	117.731
1874	31.397	-	-	13.685	31.385	3.828	837.354	156.612
1886	41.253	-	-	9.986	47.697	493	1.221.380	160.665
1900	67.694	-	-	-	239.820	-	2.279.608	-
1920	115.602	-	-	-	579.033	-	4.592.188	-
1934	145.181	132.819	12.362	-	1.033.202	-	6.433.327	-
1940	143.443	129.940	13.503	-	1.326.261	-	7.180.316	-

Uma das consequências importantes do "ciclo do açúcar" foi o relativo crescimento do sistema viário, na Capitania e também na Região de Campinas. As várias estradas, principalmente a via das Monções, o Caminho de Goiás e as ligações de Itū e Jundiaí com a capital, constituíram o essencial do sistema viário para o açúcar. A partir da Capital, descia para o porto, tendo como um maior obstáculo para o transporte na época, a Serra do Mar. A economia canavieira foi a responsável pela mudança do sistema viário das capitanias, constituindo ligações mais numerosas e melhores.

Destaca-se para a Região de Campinas, a ligação de Piracicaba a Itū e Porto Feliz; a construção da nova ligação de Campinas com Jundiaí e referenciais de diversas ligações locais, com engenhos e "bairros", onde alguns mais tarde se transformaram em municípios.

Em síntese, de acordo com a Profª Maria Tereza Petrone, "O açúcar teve que desenvolver toda a infra-estrutura necessária à sua comercialização (as estradas, o porto, o comércio). Cumpre-se ressaltar a importância de Campinas, já em 1840, como centro dispersor de caminhos, centralizador da produção agrícola, do transporte da parte mais importante do "quadrilátero do açúcar"; verdadeiro "nó" de comunicação (Odilon N. Matos). Outra consequência, além do desenvolvimento do sistema viário, a expansão geográfica, foi o acúmulo de capitais e de mão-de-obra (escravos) derivados dessa atividade açucareira; essenciais para o desenvolvimento de outro ramo de riquezas para São Paulo: o café (Petrone;1968).

II - PERIODO 1850/1900

Em 1854, já havia indícios da produção cafeeira ser superior à produção açucareira no município de Campinas. Ainda nessa época, o Vale do Paraíba era a região de maior produção no estado. No entanto, em 1886, Campinas com 14% do total da produção, já ocupava o primeiro lugar.

A alta produtividade e as elevadas margens de lucro requeriam a ocupação de novas terras, o que ocasionou a marcha do café para Oeste, viabilizada pelas ferrovias.

A Zona Central - que compreende uma parte da atual R.A. de Campinas e parte da Região de Sorocaba; a área de Campinas compreendendo os atuais municípios de Campinas, Sumaré, Valinhos, Paulínia, Cosmópolis, Americana, foi a região de maior crescimento.

De 1854/1886, o crescimento da área de Campinas foi de 193% e a sua produção de café aumentou 348% no período. Tanto em 1854 como em 1886, a população de Campinas era praticamente igual a da capital. Nesse mesmo período, o número de escravos era relativamente elevado e estavam alocados originalmente na cultura de cana e produção de açúcar, o que tornou viável o impulso da cafeicultura.

A consequência importante da expansão cafeeira na região foi o impulso ferroviário, constituídas por capitais locais oriundas do café: partiram de Campinas as duas principais ferrovias do café no Século XIX, a Paulista e a Mogiana. Essas duas ferrovias viabilizaram a expansão cafeeira e a ocupação territorial de uma vasta região do Oeste. Assim, Campinas se tornou uma espécie de "boca do sertão" no processo de ocupação do interior.

Entre 1850 e 1900, ocorre a fundação de 31 novos municípios na atual Região Administrativa de Campinas, ao longo da Mogiana e da Paulista.

O município, por sediar economicamente uma região de terras com excelente qualidade e articular-se com a expansão cafeeira para o Oeste, ganha porte populacional destacado, no início do Século XX, (quando apenas a Capital a superava), avança na diversificação agrícola, na implantação industrial e no crescimento urbano, a partir da década de 1890.

A economia cafeeira escravista na região, devido a sua alta produtividade e rendimentos elevados, (superiores aos Vale do Paraíba), e também a escassez de mão-de-obra, engendra na região um

movimento de diversificação técnica com capitais locais que apontam para novas técnicas e equipamentos complementares da produção (classificadora, máquina de beneficiamento, etc.) potencializando a expansão urbana, implantação industrial de indústrias de máquinas e equipamentos já no século XIX. Esse processo culminaria em uma potente economia de mercado interno e para uma posterior industrialização para o município, região e sub-região. Outra importância a se destacar foi a organização das companhias de estradas de ferro. Os investimentos em ferrovias feitos pelos fazendeiros da região, viabilizaram novos e lucrativos investimentos em terras e no café, diversificando o investimento e gerando uma potencial acumulação oriunda do café.

Essa diversificação se concretiza para a região ainda no Século XIX, com as ferrovias, as primeiras indústrias e ainda com a exploração dos serviços públicos (Ulisses Semeghini).

O primeiro grande salto na produção cafeeira (1876/1883) seria feito junto com as alterações capitalistas de produção principalmente trabalho livre no regime de parceria, evoluindo mais tarde para regimes de trabalho fixo e de colonato, ganhando impulso a imigração. Esse novo regime, no apogeu da produção de café, foi fundamental para garantir a continuidade do crescimento populacional e urbano e a diferenciação da atividade produtiva, diferentemente do que ocorreu no Vale do Paraíba.

III - PERÍODO 1900/1930

A partir de 1897, inicia-se uma grande crise da agricultura que se estendeu até 1911. O auge da produção se dá em 1890, no município incluindo Americana, Sumaré, Valinhos, Paulínia e Cosmópolis. No entanto, não entrarei em detalhes nos dados desse período. Apenas ressaltarei que entre 1886 e 1912, não houve declínio muito acentuado de produção, após uma queda de 20%. As safras menores foram as de 1918/19 e 1919/20.

A população de Campinas teve um aumento de 70,7% entre 1900 e 1920. Em 1920, a população era de 115.602 habitantes enquanto a população urbana era de 41.000 habitantes, conforme quadro III.

QUADRO III

IMIGRANTES E TRABALHADORES NACIONAIS (ENTRADAS)

1901/1910	6.659	225.903
1911/1920	5.149	303.043
1921/1929	2.169	409.841
1930/1934	2.331	452.429
1935/1940	899	346.493

INCLUI AMERICANA

FONTE: CAMARGO, 1952.

Nesse quadro nota-se que apesar do relativo estancamento na produção cafeeira, a população do município continua crescendo, mostrando ainda razoável fluxo migratório. No que se refere a agricultura dessa época, os dados existentes são insuficientes, mas mostram aumentos consideráveis na produção e diversificação agrícola, e crescimento do número de pequenas e médias propriedades. Quanto a diversificação, o indicador representativo é o crescimento populacional. No censo 1920, neste ano, 56% da PEA do município dedicava-se as atividades agropecuárias, e supondo que essa PEA aumentou entre 1900 e 1920 em 70%, supõe-se também que o pessoal ocupado na agricultura aumentou em cerca de 70%. O restante da PEA foi se ocupar no moderno setor secundário e terciário.

Com a estagnação cafeeira, a mão-de-obra liberada foi absorvida em outras atividades agropecuárias.

A agricultura não ligada ao café, era uma agricultura mercantil de apoio à expansão capitalista cafeeira, diversificada e que colocava a região como importante centro de abastecimento dos novos núcleos urbanos no interior.

Os principais produtos agrícolas de Campinas, na safra de 1921/22 eram: milho, arroz, açúcar, feijão, álcool, batatas e algodão. Produzia-se também grande quantidade de frutas (melões, melancias e abacaxis, figos e frutas cítricas, verduras, forragens e mandiocas).

A atividade agrícola induzia a operação de inúmeras unidades industriais de processamento. Essas unidades estavam ligadas a atividade agrícola. Destacam-se as máquinas de beneficiamento de arroz, café e algodão, fábricas de laticínios - grande parte do rebanho bovino era destinado a produção do leite -, de moagem de cereais, de farinha, de vinho e vinagre e refinação de açúcar.

Mudou a estrutura fundiária ganhando peso a pequena propriedade (produtoras de alimentos e matérias primas), como consequência de um retalhamento das grandes propriedades cafeeiras à medida que declinava a produtividade de suas terras. O objetivo maior era de mobilizar capital para investimento em outras áreas ou outros setores.

Esse aumento das pequenas propriedades é explicada também pela proximidade com grandes centros urbanos e de um desenvolvido sistema viário.

A implantação industrial, no município, começou a desenvolver-se já no século XIX, ligado ao surto cafeeiro e à grande expansão ferroviária.

No início do Século XX, a indústria de transformação já se constituía em importante atividade urbana em Campinas. O censo de 1907, que haviam pelo menos 4 indústrias de grande porte: a Usina Ester (Cosmópolis), a Tecelagem Carioba (Americana), a Cia. Campineira de Carris de Ferro e a Cia. Mc Hardy, metalúrgica, produtora de máquinas e implementos agrícolas (setor com mais de 3.000 empresas).

Em 1920, aproximadamente 15% do total de pessoas empregadas eram da indústria de transformação, representando 1/3 do emprego urbano (tabela 1).

Os dados de 1924 (Piza. 1924), mostram que no início dos anos 20, já havia razoável diversificação na produção de bens de

consumo não durável ocupando lugar de destaque a têxtil e os segmentos de beneficiamento e processamento de produtos agrícolas.

A estatística de 1928, mostra rigoroso impulso industrial na década de 20 em Campinas. Implantaram-se o segmento metal-mecânico cujo núcleo constituía-se das fábricas de máquinas e implementos agrícolas e das oficinas das estradas de ferro, o destaque fica para o crescimento das oficinas e pequenas empresas de reparação para autos e caminhões.

Portanto, para o período 1900/1930, a indústria do município cresceu e diversificou-se. Os estímulos para isso decorreram de três condicionantes principais: o dinamismo da agricultura regional, a situação do município como pólo viário e "boca do sertão" e o próprio porte urbano de Campinas e sua proximidade relativa de outros centros, principalmente a capital.

O estímulo a essa indústria e ao comércio foi dado pelo aumento da população, da diversificação produtiva e do peso de pequenas e médias propriedades, que também criaram demanda para uma gama de serviços de apoio à população e às produções rurais.

Dados de 1900 indicam que Campinas naquele ano, foi responsável por 40% do movimento do comércio no interior paulista e sul mineiro. O setor de serviços, desenvolvia-se estimulado pela situação do município de "porta de entrada" para o interior.

Serviços educacionais, serviços de saúde, instituições culturais variadas, e entidades de pesquisa e apoio à agricultura, instalaram-se no começo do século.

Para se notar a importância desse setor terciário, em 1920, 25% da PEA do município estavam empregadas aí. Desse total mais da metade trabalhavam no Comércio de Mercadorias e em Transportes e Comunicação.

Resumindo, nesse período, Campinas consolida-se como centro urbano e como pólo regional. A agricultura, longe de entrar em crise diversifica sua produção substituindo o café, para alimentar a população urbana em crescimento e para abastecer as fábricas. A produção industrial cresce também e a estrutura produtiva diferencia-se.

O tecido social, torna-se mais complexo, com o aumento do peso relativo do setor terciário, e o surgimento de novas funções e atividades urbanas. (Ulisses Semeguini).

A partir dos anos 30 novo padrão de acumulação marcaria a indústria como centro dinâmico da economia brasileira.

Começam a se redefinir as relações agricultura/indústria e a nova divisão social do trabalho, integram-se os mercados regionais e o nacional, sob a égide da indústria paulista. (Cano, 1977).

Esse novo padrão de acumulação vai redefinir também as características do crescimento urbano de Campinas; mas seu perfil como centro e pólo regional já estava consolidado.

IV - A REARTICULAÇÃO PÓS-CRISE: 1930/1950

A erradicação do café tem início na Região de Campinas, antes de 1920 e intensificando-se na década de 1930.

Na DIRA de Campinas, o café, ocupava 58% da área plantada em 1919, e cai para 50% no início da década de 1930, tendo mais relevância a diversificação agrícola principalmente as áreas plantadas com arroz, feijão e cana. A cultura do algodão nessa década foi a de maior crescimento: 2% da área plantada em 31/33, atinge 20% em 36/38. Dobra a área plantada com cana e cai a do feijão. Mantêm-se estáveis o milho, batata, arroz e laranja.

Nos anos 40, a cultura de algodão na DIRA cai para 14%. A área da cana dobra, atingindo 12%, o mesmo ocorre com o arroz que atinge 11%. A área de milho aumenta para 31,3%, da laranja cai um pouco crescendo o feijão e a batata. Assim, no período a DIRA de Campinas tem peso importante no total do estado para essas culturas.

A nível de sub-região da DIRA, na década de 40, se consolidou uma especialização que criou uma base agrícola diversificada, visando atender as demandas do processo de industrialização e urbanização em curso no estado e na região.

Na sub-região de Campinas, merece destaque a produção de frutas, criação de aves, e mantém-se o algodão. A Região de Campinas era também em 1938, a principal produtora de derivados do leite no estado (36,6%) do total. Portanto, junto com o desenvolvimento da pecuária leiteira, vem no seu encalce a indústria de laticínios.

Vale ressaltar a importância da expansão da cultura algodoeira para a região e para o estado, no que diz respeito ao desenvolvimento da indústria têxtil.

Tratando-se da industrialização no município, (incluindo Valinhos, Sumaré, Cosmópolis e Paulínia), comparando os dados de 1928 e 1937; houve um aumento do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado em quase todos os ramos, dobrando o número de operários no período. O ramo têxtil é o mais importante, seguido do metal-mecânico (metalurgia, mecânica e material de transporte), ramo de vestuário e calçados, couro e peles, produtos alimentares e perfumaria, sabões e velas.

Para a sub-região é ainda maior o crescimento do número de operários na indústria, o que representa uma industrialização mais descentralizada, principalmente em ramos como minerais não metálicos; e também reflete o impulso industrial do pólo têxtil de Americana.

As indústrias rurais tiveram forte impulso no período, na Região, sendo que o maior crescimento ocorreu nos segmentos ligados à cultura de algodão: beneficiamento e extração de óleo de caroço de algodão. Na safra 37/38, a região era um dos mais importantes centros de beneficiamento de algodão do estado, processando 21,7% do total.

Descendo ao nível de município, Campinas em 1937 possuía 17 descaroçadoras - o maior número do estado, seguido por Americana com seis.

A agro-indústria, especificamente a açucareira, representou outro setor de crescimento expressivo no período: de 26 usinas em 1932, para 35 usinas em 1938, cuja produção se concentrava nas Regiões de Ribeirão Preto e Campinas.

Vale citar que no final da década de 30 e início de 40, implantaram-se no município de Campinas, algumas indústrias de porte, dos ramos de: óleos vegetais (Matarazzo, Votorantim), química (Rhodia), de sabonetes e perfumaria (Gessi), de beneficiamento de café, tecidos de rayon e de seda, de couros e peles (Cortume Cantú-sio), de papel e papelão.

Apesar da concentração industrial tenderem à capital e região metropolitana, o município e sub-região de Campinas têm um crescimento industrial razoável 30/50.

Os ramos que mais desenvolveram-se foram os de bens de consumo, alimentados pela demanda dos mercados urbanos do município e região, e alguns bens intermediários, especialmente óleos vegetais.

A situação do município de "porta de entrada" para o interior impulsionou a implantação industrial, desenvolvendo-se ramos que beneficiam do acesso a matérias primas e mercado de diferentes regiões (Ulisses Semeghini, pg 47). *Sing(-) 2*

A população total urbana cresce no período 20/34 no município. Tendo como ano base 1920, a taxa de crescimento da população urbana foi de 4,2% aa enquanto a população total cresceu menos: 1,6% aa. A população rural diminuiu no período 20/34.

No período 34/40, a população urbana continua crescendo à taxa de 3,6% aa, mas a população total diminui, tendo havido um significativo esvaziamento rural.

O que fica na década de 30, é portanto, um aumento na taxa de urbanização em consequência de um intenso êxodo rural com destino a Campinas, municípios da Grande São Paulo e outros pólos do interior como Campinas; mas atraídos pela ocupação do Oeste e do Norte do Paraná, com o algodão e café respectivamente.

Para a sub-região e região de Campinas, observa-se o esvaziamento rural relativamente maior e menor crescimento urbano. Importante reparar que antes de 1930, era comum o esvaziamento populacional das "zonas velhas", à medida que declinava a produtividade do café, e ocupavam-se "zonas pioneiras". Em Campinas não houve esse esvaziamento até 1930. Com a crise do café, as mudanças na agricultura e o crescimento industrial, fazem crescer o êxodo rural. (Tabela 2).

Na década de 40, aumenta tanto a população total quanto a população urbana, no município. Continua caindo a população rural. As taxas de crescimento da população urbana (2,6%) e a população total (2,0% aa), são relativamente baixas, e menores que as do estado; o êxodo rural é pequeno (2.000 em 10 anos).

Significa que nessa década estaria havendo uma acomodação, onde a base agrícola, a estrutura urbana e estoque populacional evoluíram em relativo equilíbrio.

Na sub-região, também caiu a população rural de forma mais acentuada. As taxas de crescimento urbano foram maiores, o que significa que outros pólos cresceram mais que Campinas.

Como tendência geral para a região, prosseguiu nessa década o movimento de crescimento dos pólos urbanos. Esse crescimento, ao que tudo indica não foi capaz de absorver a diminuição da população rural regional, como ocorreu nas demais regiões e sub-regiões do estado.

O que se mostra é que a urbanização foi mais intensa pela integração da produção agropecuária ao desenvolvimento da agro-indústria e esse crescimento teve um apoio urbano pelo desenvolvimento do comércio e transportes.

Destaque para o período fica com a abertura da via Anhanguera, em fins da década de 40, cujo traçado seguiu a linha tronco da Paulista em direção a Ribeirão Preto, o qual iria se constituir o eixo mais industrializado e economicamente desenvolvido do interior Paulista.

(*) Alguns dados adicionais a respeito da população, indústria, e agricultura se encontram no Apêndice Estatístico.

V - PERÍODO 50/70

A principal característica econômica do período tratado é a mudança do padrão de acumulação, com a industrialização pesada, a partir de 1956.

Nesse período intensifica-se a concentração da indústria, do setor terciário e da população, na Capital e municípios da Grande São Paulo, acelerando-se a metropolização.

Assim ocorreria também na sub-região e município de Campinas.

No total do Valor da Produção do Estado, a sub-região de Campinas participa com 4% em 1956, 3,7% em 1960 e sobe para 5,3% em 1970; enquanto as sub-regiões de Piracicaba, Limeira e Jundiaí mantêm participações de 1,5% no período. No total do VP industrial do interior, a participação da sub-região de Campinas cresce mais: 12%, 14% e 17% respectivamente, e em 1970 as sub-regiões de Jundiaí, Limeira e Piracicaba pesavam 16% do total.

A sub-região de Campinas e as demais da 5ª RA, crescem industrialmente aproximadamente na média do estado na década de 50, e acima na década de 60; no entanto em todo esse período seu crescimento é superior ao do interior como um todo.

A estrutura industrial produtiva do município em 1956, tem predominância ainda do ramo de produtos alimentares (1/3 do VP e 15% do emprego). As indústrias mais importantes desse ramo eram as de beneficiamento (café e algodão), óleos vegetais e em seguida aparecem as indústrias dos ramos de borracha e mecânica com 10% do VP. A mecânica empregando quase 15% do total, mais do que a têxtil.

Em 1960, a mecânica passa a ser a indústria de maior peso no VTI do município (17%), seguido por produtos alimentares, borracha e têxtil.

Um dado importante sobre a indústria do município, que as indústrias mecânicas e metalúrgicas têm ali fábricas de máquinas e equipamentos agrícolas ainda no século XIX. Isso decorre de uma demanda pela agricultura local e regional e respondendo pela necessidade da estrutura de transportes ferroviários e mais tarde, rodoviários.

A indústria mecânica dos anos 50, que se instala no município e outros pólos da região, é de uma matriz produtiva que responde a uma industrialização pesada, constituindo-se em grandes empresas do setor de bens de capital.

Na década de 60, implantaram-se no município empresas do ramo de material elétrico e de material de transportes. Já em 1970, esses ramos pesavam 8,9% e 8,4% respectivamente do total de Campinas.

Agregados à mecânica (cuja produção era voltada para o mercado nacional e maior parte pertencentes à capital estrangeiro), material elétrico e material de transportes, tem-se quase 1/3 da produção industrial do município em 1970. O ramo de produtos farmacêuticos e veterinários, apresentaram também crescimento expressivo (peso relativo em 1970).

Os bens de consumo não durável crescem a taxas relativamente elevadas, estando presente estabelecimentos de todos os 22 ramos da classificação industrial do FIBGE.

A agricultura por sua vez, acompanhou essas mudanças estruturais no parque produtivo industrial. O mais relevante, nas duas décadas foi o crescimento da área plantada com cana-de-açúcar e laranja, com diminuição paralela nas áreas de café e algodão; este último produto, porém, depois da queda nos anos 50, recupera posição relativa na década de 60. Também se destaca a área plantada com milho, superada apenas pela área de cana. Esta cultura e a da laranja, em 1980, somadas representam 54% da área total do DIRA de Campinas e servem de suporte a um dos mais importantes segmentos industriais da região: a indústria açucareira e alcooleira, e a de suco de laranja. Essas agroindústrias geraram encadeamentos com os setores produtores de máquinas e equipamentos e o de defensivos e fertilizantes na região.

A estrutura urbana fica com uma fisionomia que por um lado o município apresentava uma periferia de trabalhadores rurais com moradia urbana, o que aumentou em muito a demanda por serviços e equipamentos. Isso é explicável por essas culturas serem de picos sazonais de utilização de mão-de-obra e portanto provocarem um intenso êxodo rural. Por outro lado, essa periferia de baixa renda, não permitiu uma elevação proporcional da arrecadação para o município, o que agrava sua situação financeira, e resultando em uma queda no padrão de vida urbana, com problemas e tensões sociais.

A tendência da agricultura como um todo para o período, foi a subordinação à grande indústria, no âmbito do novo padrão de acumulação, identificado pelo aumento da tecnificação e pela constituição dos complexos agroindustriais.

Quanto a tecnificação verifica-se em 1960, Índices de Campinas e Limeira 3 vezes maiores do que os do estado. No período 60/80, esses índices crescem 186% em Campinas, 232% em Limeira, tendo crescido 300% na média do estado.

A DIRA de Campinas, em 1970, era a 2ª maior na produção agropecuária, abaixo da de Ribeirão Preto. A DIRA de Campinas, além da cana e laranja, é importante produtora de algodão, milho, mandioca e arroz; a fruticultura e os hortigranjeiros; a criação de aves (uma das maiores produtoras nacionais) e o rebanho leiteiro. Essas transformações - estrutura industrial e base agropecuária - em curso no estado e na região refletiram no padrão de crescimento populacional.

Na década de 50/60, o município de Campinas tem taxas de crescimento demográfico de 5,1% aa e 5,8% aa respectivamente para a população total, e de 6,2% aa em ambas as décadas para a população urbana. Na sub-região de Campinas a população urbana cresceu a 6,3% aa e 5,8% aa nas duas décadas. (Tabela 3).

Entre as sub-regiões que compõe a 5ª RA, o crescimento foi diferenciado. As sub-regiões de Campinas e Jundiaí apresentam as maiores taxas, seguidos por Piracicaba e Limeira. Essas taxas foram muito superiores ao do crescimento vegetativo da população o que significa que essas sub-regiões atraíram consideráveis fluxos migratórios.

A população rural da sub-região de Campinas permanece mais ou menos constante, na década de 50, o mesmo com o município; na década de 60 essa mesma população aumenta tanto para o município como para a sub-região.

As características para as duas décadas do movimento populacional seguiu as seguintes características: para a região como um todo, houve um aumento populacional superior ao crescimento vegetativo, por ter atraído considerável fluxo migratório; outra característica foi a diminuição da população rural (de 4.000 na década de 50, e de 54.000, na década de 60) e aumenta a população urbana (de 394.000 para 608.000 pessoas), o fluxo migratório concentrou-se nas sub-regiões de Campinas e Jundiaí principalmente; e por último a população aumentou nas duas décadas, em todas as sub-regiões.

As principais características da década de 50/60, foi um dinamismo industrial potencializado pela localização estratégica do município, relativamente próxima à capital, ajudada por uma desenvolvida malha viária.

A agricultura regional, respondendo ao novo padrão de acumulação industrial, foi capaz de diversificar-se. As décadas de 50/60 foram, portanto, um período de transição para um novo padrão urbano-industrial.

Em 1950, Campinas tinha 100.000 habitantes, passando para 335.000 em 1970, triplicando em 20 anos.

O parque industrial dependia do próprio dinamismo (cíclico) industrial. Empresas grandes, com estrutura produtiva e gerencial moderna, e grande contingente de profissionais qualificados e de nível superior.

A agricultura submetida também a dinâmica cíclica de uma economia industrializada, moderniza-se principalmente na década de 60; unidades produtoras em empresas integradas à grande indústria (produção, insumos e equipamentos).

Conseqüentemente, o setor terciário - serviços e comércio - desenvolvem-se e surgem novos gêneros e setores e novas modalidades e técnicas de comercialização.

O setor de serviços cresce e transforma-se; de um lado pelas exigências de estrutura produtiva onde predominam as grandes empresas, e de outro, um crescimento urbano com a consolidação de um amplo segmento social de rendas elevadas.

VI - PERÍODO 70/80

A principal característica, para a década de 70, para Campinas e outros municípios da sub-região foi a explosão populacional e urbana. Passa de 374.000 habitantes em 1970 para 664.000 em 1980 a população do município, sem contar a população dos municípios conubados a Campinas que somados chegariam a 870.000 habitantes.

QUADRO IV

ORIGENS DO FLUXO MIGRATORIO 1970/1980

PROCEDÊNCIA	Nº DE MIGRANTES	%
SÃO PAULO	112.843	63,8
MINAS GERAIS	20.000	11,5
PARANÁ	15.388	8,7
OUTROS ESTADOS	28.299	16,0

FONTES: (1) O FLUXO MIGRATÓRIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA CAMPINAS, SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, PMC, 1980.

(2) JUNIOR, DAVID C., RESULTADOS PRELIMINARES DO CENSO DEMOGRÁFICO: O CASO DO PARANÁ, IN REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Nº 80, 1982.

QUADRO V

SALDO VEGETATIVO E SALDO MIGRATÓRIO - 1950/80

SALDO	SALDO VEGETATIVO	%	SALDO MIGRATÓRIO	%	INCREMENTO DA DÉCADA
1950/60	36.945	43.34	47.699	56.66	84.194
1960/70	57.686	35.54	104.620	64.46	162.306
1970/80	111.825	38.73	176.870	61.27	288.695

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO - FIBGE.

QUADRO VI

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO - 1950/1980

ANO	POPULAÇÃO				TOTAL
	URBANA		RURAL		
	Nº	%	Nº	%	
1950	100.000	77.7	28.898	22.3	129.364
1960	186.808	86.0	30.410	14.0	217.219
1965					281.968
1970	335.756	89.4	40.108	10.6	375.864
1975					499.407
1980	591.590	89.2	72.969	10.9	664.559

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS - FIBGE.

As taxas geométricas anuais de crescimento da população urbana, na década, foram de 20% aa. para Sumaré a mais alta e apenas 5,8% aa. para Campinas, a mais baixa. Isso significa que a população do município dobra a cada 12 anos, sendo a principal o fluxo migratório. São a região de Campinas recebeu na década 21,4% do total para o estado de São Paulo.

Nessa região, esse fluxo distribuiu-se desigualmente: 60% dirigiu-se para a sub-região de Campinas, 14% à de Jundiaí e 20% às de Piracicaba e Limeira.

Para a população rural, como aconteceu na década passada, as sub-regiões de Campinas e Jundiaí tiveram pequeno acréscimo. Para a região ela caiu -6%.

O crescimento industrial, em particular para a sub-região de Campinas, foi expressivo; em 1980 ela detinha 25% do VTI do interior, e 9% do VTI do estado contra 20% e 3% respectivamente para 1970.

Os ramos de maior representatividade no VTI do estado em 1980, foram a Química, 21%; Papel e Papelão, 16%; Perfumaria, Sabões e Velas, 12%; Têxtil, 12% e Minerais não metálicos, 12% e Borracha, 11%; Mecânica, 7,2% e Material elétrico, 8,6% (Tabela).

No município de Campinas, em 1970, havia equilíbrio entre os Grupos I com 34% do VTI, o Grupo II com 30% e o Grupo III com 35%. Em 1980, esses índices eram de 51%, 20%, 29% respectivamente. Nota-se no município nessa década, a implantação de grandes empresas dos ramos de Mecânica, Material Elétrico e de Transportes que vem ocorrendo desde o fim da década de 50.

Outro dado importante, relacionado à indústria, no período, foi o aumento das taxas de crescimento anual do emprego industrial.

QUADRO VII

% A.A.

TAXAS DE CRESCIMENTO	50/60	60/70	70/75	75/80	70/80
DO PO NA INDÚSTRIA	5,1	5,3	9,4	5,3	7,4

Nas décadas de 50/60, o emprego industrial aumentou quase no mesmo ritmo que o aumento da população e na última década aumentou mais que proporcionalmente; igualando a taxa de aumento da PEA no período, que foi de 7,5%.

No que se refere a indústria para os municípios da sub-região destaca-se:

- . Paulínia: Pouco mais de 20.000 habitantes em 1980, é a sede da maior refinaria da Petrobrás no estado. O VTI do município supera o de Campinas.
- . Americana: Até 1970, era um pólo monoindustrial têxtil (mais de 80% do VTI local), em 1980 já se diversifica a estrutura industrial. Principais ramos da Borracha, Mecânica e Química.
- . Sumaré: Implantação de grandes empresas mecânicas, de material elétrico e de transportes, na segunda metade da década de 70. Em 1980, representavam 50% do VTI gerado no município.
- . Valinhos: Desde a década de 50 estão implantadas importantes empresas dos ramos de Papel e Papelão e Perfumaria; nas décadas de 60 e 70, implantaram-se grandes empresas mecânicas e de Material para transportes, o mesmo ocorrido em Campinas.

Característica importante dessa implantação industrial da região, é o que foi feito por empresas de grande porte.

Quanto ao pessoal ocupado para Campinas e sub-região, quase 80% do pessoal ocupado na indústria trabalha em estabelecimentos de mais de 500 empregados, peso maior que a média do estado e a da Capital (em 1975).

Indicadores de produtividade (relação VTI/P0) e de salários em 1975, são superiores aos do estado e da capital.

No que se refere a agricultura, para a década, o dado mais relevante é o aumento das áreas plantadas com laranja e cana, que juntas respondiam pelo cultivo de mais de 54% da área total da DIRA de Campinas. Esta respondeu em 1980, por quase 20% do VP Agropecuária do Estado, sendo a segunda em importância.

O índice de produtividade relativa para a microregião de

Campinas é elevado, 3,2 vezes maior do que a do estado, e quase duas vezes maior do que a DIRA de Campinas. O índice dessa DIRA é mais de 50% maior que o do estado.

A agricultura regional é das mais modernas do país, gerando anualmente apreciável fluxo de rendas e consideráveis efeitos de encadeamento com a indústria e com o setor terciário.

Todo esse dinamismo e o elevado afluxo populacional, refletem-se no comércio local e geraram fortes impulsos e demandas sobre o meio urbano local.

Na década de 60, o pessoal ocupado total cresceu 117%, no comércio atacadista cresceu 113%, e no varejista, 119%. Na década de 70, esses índices foram: 113% para o total, e no comércio varejista cresceu 140%. Isso significa uma taxa de crescimento para o comércio de 7,8% aa., próxima a do emprego industrial e do PEA.

Em 1980, as vendas do comércio varejista de Campinas equivaliam a 4% do total do estado, e do comércio atacadista, 14% do total, pesando o comércio de combustíveis e lubrificantes.

Isso coloca como conclusão importante que a indústria e o comércio locais e também a agricultura responderam ao nível necessário ao afluxo populacional para o município e sub-região, notadamente quanto à geração de empregos.

Relativo a composição setorial da PEA no município, os dados mostram que na década, a PEA industrial, de 34% passa para 39,6%, crescendo também a PEA empregada no comércio, na prestação de serviços e em atividades sociais; diminuem a PEA empregada no setor primário (de 6,5% para 2,5%), a da administração pública e a setor de transportes e comunicações. A única diminuição absoluta foi a do setor primário.

No total para o município, a PEA evolui de 138.000 para 285.000 pessoas de 1970 para 1980.

Essas mudanças explicam-se pela evolução econômica nos períodos precedentes.

Uma análise sobre a qualidade de vida da população, os agregados médios indicam melhoria, na década, diminuindo a mortalidade,

aumentando a esperança de vida, a escolaridade e o índice de matrículas, cresce também o percentual de domicílios atendidos por rede de água e esgotos, etc..

No entanto, ao pegar por regiões da cidade, nota-se enormes disparidades que estão aumentando, entre as regiões de urbanização mais antiga e consolidada com pessoas de altos níveis de renda, e a periferia, onde não encontramos serviços e equipamentos urbanos necessários.

Uma mostra disso está representado no número de favelados) que em 1970 era de 1% da população (370.000 habitantes); e em 1980, estes já representam 9% da população (650.000 habitantes).

Para finalizar a análise, a história de Campinas é característica por se anteciparem nela processos econômicos que depois se generalizariam para as regiões polarizadas por Campinas, e depois seguiria para grandes áreas para o interior do estado.

Isso está evidente, primeiro pelo fato de estar havendo um "alastramento" industrial em direção aos municípios próximos a Campinas, e esta por sua vez está se consolidando como pólo terciário; e em segundo, a instalação no município de um importante segmento industrial de alta tecnologia, aproveitando a massa de pesquisadores e mão-de-obra qualificada aqui existentes. -*

Tudo indica para Campinas, a reprodução dos mesmos padrões de vida de São Paulo e outras metrópoles brasileiras, no entanto ocorre num lapso de tempo muito menor.

Nesse primeiro capítulo, tomei por base os estudos realizados por Ulisses Cidade Semeghini na preliminar de sua tese "A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo" 1920/1980 - O caso de Campinas -, além de um texto redigido por Flora Gonçalves - "Campinas: segunda metrópole paulista?".

APENDICE ESTATISTICO

TABELA I

SUB-REGIÃO DE CAMPINAS

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO TOTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO POR RAMOS

OPERÁRIOS E VALOR DE CAPITAL - 1928/1937

	1 9 2 8		1 9 3 7	
	OP/OP. EST	VK/VK. EST	OP/OP. EST	VK/VK. EST
Extr. Vegetal	2,28	0,91	3,29	1,43
Min. não Metál.	1,15	1,55	2,10	0,85
Metalurgia	7,30	3,12	3,75	5,49
Mat. Elét. Comun.	-	-	-	-
Mat. Transporte	12,75	28,68	5,86	5,17
Madeira	6,12	3,85	1,56	1,56
Mobiliário	3,60	2,42	1,25	1,18
Papel e Papelão	11,67	10,67	0,59	0,42
Borracha	-	-	-	-
Couros	12,35	9,74	6,02	17,79
Química	13,96	21,80	2,22	0,80
Prod. Farmac.	0,87	0,21	1,15	0,77
Perf. Sab. e Velas	15,54	7,21	9,78	8,91
Prod. Material Plástico	-	-	-	-
Têxtil	7,96	9,93	2,98	2,07
Vestuário, Calç. e Art. de Tec.	12,63	8,50	6,36	5,75
Prod. Aliment.	6,18	5,58	4,04	3,53
Bebidas	6,33	11,86	4,31	3,57
Fumo	8,42	1,76	0,26	0,30
Editorial e Graf.	1,02	0,69	0,97	0,58
Diversos	7,18	8,20	3,85	6,10
Total da Indúst. de Transformação	3,06	2,60	4,12	2,53

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
 DIRETORIA DE ESTATÍSTICA/SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
 COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

TABELA II

POPULAÇÃO TOTAL E URBANA

REGIÕES COMPARÁVEIS E MUNICÍPIOS SELECIONADOS
1940/1980

MUNICÍPIOS	1940		1950		1960		1970		1980	
	POP. TOT.	POP. URB.	POP. TOT.	POP. URB.	POP. TOT.	POP. URB.	POP. TOT.	POP. URB.	POP. TOT.	POP. URB.
Campinas (2)	129.940	84.055	159.266	108.616	257.066	203.683	452.531	381.712	859.302	762.751
Sumaré	5.188	1.299	5.850	1.559	10.563	5.343	23.074	15.295	101.934	55.552
Cosmópolis	5.895	1.433	6.719	1.782	8.798	3.707	12.110	7.025	23.232	18.833
Valinhos	6.818	2.053	9.974	4.220	18.302	10.104	30.775	19.553	48.922	37.451
Camp. + Paulínia	112.038	79.270	136.723	101.055	215.363	184.529	386.572	339.429	685.314	610.642
Campinas	-	-	129.364	100.466	213.558	183.618	375.864	335.756	654.559	591.557
Paulínia	-	-	7.359	539	5.745	911	10.708	3.673	20.755	19.095
Americana	10.556	5.794	18.188	13.330	37.856	32.020	56.316	62.320	122.004	121.743
Sub-região Campinas	1.067.622	396.806	1.154.510	529.415	1.544.668	923.519	2.098.543	1.532.296	3.228.543	2.696.762
Região Campinas	355.651	146.547	389.543	198.342	557.406	367.504	842.230	651.772	1.453.848	1.253.963
MUNICÍPIOS										
Araraquara	55.553	29.043	57.678	35.382	80.775	59.441	100.433	84.580	123.109	118.778
Matão	18.321	3.157	17.379	3.771	19.836	7.417	21.953	14.317	32.125	33.423
Sub-região Araraquara	184.570	55.459	161.201	62.081	187.785	97.836	212.687	145.274	252.440	228.854
MUNICÍPIO										
São Carlos	42.941	24.967	43.156	31.673	62.045	50.581	85.425	75.733	119.542	110.235
Sub-região São Carlos	86.292	35.034	77.701	41.766	96.721	65.463	120.900	95.498	166.254	142.979
Região Ribeirão Preto	1.010.075	324.529	985.617	384.373	1.209.376	647.960	1.411.505	1.008.414	1.803.829	1.520.234
TOTAL DO ESTADO	7.180.316	3.168.111	9.134.423	4.804.211	12.979.049	8.151.632	17.771.948	14.276.239	25.040.712	22.195.378

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos.

(1) Regiões e Sub-Regiões comparáveis, segundo Áreas Mínimas Comparáveis, com base "Informações Demográficas do Estado de S. Paulo", Relatório de Pesquisa, Convênio FECAMP/SEPLAN, 1985.

(2) Campinas + Sumaré + Cosmópolis + Valinhos + Paulínia.

TABELA III

ÍNDICES DE CRESCIMENTO E URBANIZAÇÃO
REGIÕES COMPARÁVEIS E MUNICÍPIOS SELECIONADOS (1)- 1940/1980

	Tx. de Cresc. de Pop. Urb.				Tx. de Cresc. Pop. Total				Taxa de Urbanização				
	50/40	60/50	70/60	80/70	50/40	60/50	70/60	80/70	1940	1950	1960	1970	1980
Campinas (2)	2,6	6,5	6,5	7,2	2,0	4,9	5,8	6,6	64,6	68,19	79,23	84,35	88,76
Sumaré	1,8	13,1	11,0	20,1	1,2	6,2	8,0	16,0	25,03	26,64	50,10	66,28	94,08
Cosmópolis	2,2	7,6	6,0	10,4	1,3	2,7	3,2	6,7	24,30	26,52	42,13	58,00	81,28
Valinhos	7,5	9,1	7,0	6,5	3,9	6,2	5,3	4,7	30,11	42,31	55,20	64,86	76,56
Campinas + Paulínia	2,4	6,2	5,3	6,0	2,0	4,8	5,8	5,9	70,75	73,91	84,14	87,80	89,10
Campinas	-	6,2	6,2	5,8	-	5,1	5,8	5,9	-	77,66	85,98	89,32	89,01
Paulínia	-	4,4	14,9	17,9	-	2,4	6,4	6,8	-	8,00	15,85	34,30	91,95
Americana	8,7	9,1	6,9	6,9	5,6	7,6	5,8	6,3	54,88	73,31	84,53	93,98	99,78
Sub-região Campinas	3,0	6,3	5,8	6,7	0,9	3,6	4,2	5,6	37,2	45,9	59,8	73,0	83,5
Região Campinas	2,9	5,7	5,1	5,8	0,7	2,9	3,1	4,4	41,2	50,9	65,9	76,8	85,60
Municípios													
Araraquara	2,0	5,3	3,6	3,4	0,4	3,4	2,2	2,5	52,27	61,34	73,58	84,21	92,71
Matão	1,8	7,0	6,8	8,8	-0,5	1,3	1,0	5,7	17,23	21,69	37,39	65,21	87,66
Sub-região Araraquara	1,1	4,6	4,0	4,6	-1,3	1,5	1,2	2,9	30,0	38,5	52,1	68,3	81,0
Município													
São Carlos	2,4	4,8	4,1	3,8	0,0	3,7	3,2	3,4	58,14	73,39	81,95	88,66	92,21
Sub-região São Carlos	1,7	4,5	3,8	4,1	-1,1	2,2	2,2	3,2	40,6	54,2	67,7	79,0	86,0
Região Rib. Preto	1,7	5,3	4,5	4,2	-0,2	2,0	1,5	2,6	32,1	39,0	53,6	71,4	84,3
Total do Estado	4,3	5,4	5,8	4,5	2,5	3,5	3,3	3,5	44,2	52,6	62,8	80,3	88,6

Fonte: FIEGE, Censos Demográficos

(1) Regiões e Sub-Regiões Comparáveis, segundo áreas mínimas comparáveis conforme "Informações Demográficas do Estado de São Paulo", Relatório de Pesquisa Convênio FECAMP/SEPLAN, 1986

TABELA IV

COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE
TRANSFORMAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPINAS
1956

GÊNEROS DE INDÚSTRIA	N E	P O	V P
1. Extração de Produtos Minerais	-	-	-
2. Extração de Produtos Vegetais	-	-	-
3. Minerais não Metálicos	13,9	8,4	3,4
4. Metalurgia	6,5	9,5	5,6
5. Mecânica	1,6	14,3	10,4
6. Material Eletr. e Comunic.	1,2	0,3	0,2
7. Material de Transporte	0,7	0,4	0,1
8. Madeira	3,9	1,5	0,8
9. Mobiliário	11,1	5,1	1,8
10. Papel e Papelão	6,9	1,3	0,8
11. Borracha	0,4	4,9	10,8
12. Couros, peles e produtos	0,9	4,2	7,5
13. Química	6,5	2,4	3,0
14. Prod. Farmacêuticos e Med.	-	-	-
15. Prod. de Perfumaria, Sabões e Velas	-	-	-
16. Prod. de Matérias Plásticas	-	-	-
17. Têxtil	7,2	11,6	9,2
18. Vestuário, calc. e artefatos de tecido	8,3	9,8	6,9
19. Produtos Alimentares	24,4	15,5	32,8
20. Bebidas	3,5	6,6	4,4
21. Fumo	0,2	1,8	0,2
22. Editorial e Gráficas	5,1	2,3	0,8
23. Diversas	3,5	1,5	0,9
24. Total da Ind.	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE, Pesquisa Industrial de 1956.

MUNICÍPIO DE CAMPINAS
COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1960

TABELA V

Gêneros de indústria	NE	PO	VP	VPTI
Extração de Minerais	-	-	-	-
Prod. Minerais não metálicos	16,6	8,3	3,3	5,6
Metalurgia	7,9	8,6	5,2	5,7
Mecânica	1,5	12,8	10,8	17,3
Mat. Elétrico e de Comunicações	1,9	0,6	0,4	0,5
Materiais de Transporte	1,3	3,2	1,4	2,5
Madeira	6,0	1,3	0,7	0,8
Mobiliário	9,8	3,7	1,9	2,4
Papel e Papelão	0,7	1,4	1,2	1,4
Borracha	0,3	7,2	11,4	10,3
Couros, peles e prod. similares	0,9	4,6	6,2	5,4
Química	2,3	2,3	5,0	2,8
Prod. Farmacêuticos e Veter.	7,7	2,7	4,3	1,1
Perfumarias, Sabões e Velas	1,9	1,1	3,1	2,2
Prod. Mat. Plásticas	0,2	0,4	0,5	0,6
Têxtil	5,8	10,0	7,4	10,1
Vest. Calç. Artefatos de Tecido	8,6	8,3	5,2	6,8
Prod. Alimentares	22,3	13,4	25,7	14,5
Devidas	3,1	6,9	4,5	7,2
Fumo	0,2	2,5	0,1	0,1
Editorial e Gráfica	4,4	1,7	1,1	1,7
Diversas	3,1	1,1	0,4	0,7
Total das Ind. de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIDUCI, Censo Industrial de 1960

COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPINAS
1970

TABELA VI

Gêneros de indústria	NE	PO	VP	VPTI
Extração de Minerais				
Prod. Minerais não metálicos	13,2	7,2	3,1	4,6
Metallurgia	12,2	7,4	4,6	4,2
Mecânica	7,6	10,4	11,1	13,6
Mat. Elétrico e de Comunicações	4,8	11,4	9,6	8,9
Material de Transporte	1,8	7,6	7,4	8,4
Madeira	3,8	0,9	0,3	0,4
Mobiliário	9,8	6,3	4,4	5,0
Papel e Papelão	0,9	1,4	0,8	0,9
Borracha	0,8	2,9	7,8	9,4
Couros, peles e prod. similares	0,3	3,0	2,9	2,4
Química	1,7	2,0	3,9	2,9
Prod. Farmacêuticos e Veter.	0,6	2,1	4,2	6,8
Perfumarias, Sabões e Velas	1,1	1,5	4,7	4,6
Prod. Mat. Plásticas	1,4	1,0	0,9	0,8
Têxtil	3,5	5,5	4,7	3,3
Vest. Calç. Artefatos de Tecido	6,8	5,5	2,4	2,3
Prod. Alimentares	19,2	15,6	21,0	13,0
Devidas	1,7	2,5	2,3	3,3
Fumo	1,2	0,1	0,09	1,3
Editorial e Gráfica	4,8	2,8	1,4	1,8
Diversas	3,5	2,6	2,2	3,0
Total das Ind. de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIDCE, Censo Industrial de 1960.

COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPINAS
1975

TABELA VII

Setores de Indústria	NE	PO	VP	VP/TI
Extracção de Minerais				
Minerais não metálicos	9,2	5,0	2,3	3,1
Indústria de Cimento	15,3	12,8	8,3	8,0
Indústria de Vidro	9,0	11,9	8,3	10,7
Indústria Eléctrica e de Comunicações	4,8	12,2	11,6	11,1
Indústria de Transporte	2,5	8,4	12,0	16,7
Indústria de Máquinas	4,6	1,2	5,4	5,4
Indústria de Fiação	7,4	5,4	4,2	4,5
Indústria de Papelão	1,5	1,9	2,3	2,2
Indústria de Borracha	0,8	2,7	8,1	7,5
Indústria de Peles e prod. similares	0,4	2,7	1,5	1,3
Indústria de Têxtil	3,9	2,4	5,2	3,5
Indústria Farmacêutica e Veter.	4,5	7,7	3,2	4,7
Indústria de Sabão, sabões e velas	7,2	1,8	5,1	4,6
Indústria de Mat. Plásticas	2,8	3,0	2,3	2,2
Indústria de Madeira	2,3	3,2	2,7	2,0
Indústria de Alq. Artefactos de Têxtil	6,1	4,4	1,6	1,8
Indústria de Alimentos	14,1	9,5	16,1	8,6
Indústria de Bebidas	0,8	1,0	1,2	1,4
Indústria de Tabaco	0,09	0,3	3,9	0,6
Indústria de Impressão	5,6	2,9	1,2	1,7
Indústria de Papel e Gráfica	3,2	2,6	0,9	1,4
Indústria de Serviços				
Indústria de Apoio nat.ind.	4,1	3,7	1,0	1,6
Total Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0

DCE - Censo Industrial de 1975.

COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMPINAS
1980

TABELA VIII

Gêneros de Indústria	NE	PO	VP	VPTI
Extração de Minerais				
Prod. Minerais não metálicos	9,2	4,0	2,1	2,9
Metallurgia	13,8	10,0	6,9	7,2
Mecânica	11,3	15,1	11,8	15,9
El. Elétrico e de Comunicações	6,1	12,7	15,1	19,2
Material de Transporte	2,0	10,6	13,0	14,3
Alcoaria	2,0	0,5	0,1	0,1
Alimentício	5,9	3,3	1,8	1,9
Alco. e Papelão	1,2	2,0	0,9	0,8
Alcoaria	7,5	3,2	8,4	2,5
Alco. peles e prod. similares	5,8	1,5	1,1	0,9
Alco. Química	2,8	2,3	5,1	3,9
Prod. Farmacêuticos e Veter.	0,5	1,3	4,6	6,0
Alco. perfumaria, sabões e velas	1,2	1,6	4,0	3,3
Prod. de Mat. Plásticas	2,4	2,5	2,5	2,7
Alco. Têxtil	2,0	2,5	2,0	1,6
Alco. Calç. Artefatos de Tecido	7,6	5,5	2,0	2,2
Produtos Alimentares	15,9	9,9	14,7	8,6
Alco. Têxtil	0,6	0,9	0,5	0,5
	-	-	-	-
Alco. Jornal e Gráfica	6,8	2,4	0,9	1,3
Alco. Outros	4,6	3,4	1,0	1,5
Alco. Aux. de Apoio à Ind. Transf.	2,6	4,8	1,4	2,5
Total da Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0

GERAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS

TABELA IX

REGIÕES ADMINISTRATIVAS SELECIONADAS - 1976/1983

ANOS	GRANDE SÃO PAULO	CAMPINAS	RIBEIRÃO PRETO	TOTAL ESTADUAL
GERAÇÃO				
1976	283.565	63.102	22.798	437.053
1977	180.803	46.831	13.256	277.133
1978	263.420	45.256	21.337	410.423
1979	199.748	50.087	15.135	336.136
1980	220.786	42.447	35.637	374.629
1981	- 96.436	- 14.017	- 2.494	- 118.782
1982	144.998	19.920	16.333	231.142
1983	- 10.756	8.405	16.820	25.334
REABSORÇÃO				
1976	25.849	11.561	2.022	21.563
1977	- 77.154	715	- 687	- 107.086
1978	- 30.356	- 9.903	1.012	- 37.725
1979	- 86.449	- 8.312	- 518	- 103.839
1980	- 51.633	- 13.494	16.846	- 53.455
1981	- 268.370	- 52.487	- 15.563	- 408.169
1982	- 36.252	7.739	- 2.112	- 77.580
1983	- 110.202	- 14.298	10.080	- 148.247

OBS.: 1) GERAÇÃO NOVOS EMPREGOS = ADMISSÕES (1º EMPREGO, REEMPREGO) - DESLIGAMENTO (DISPENSAS, APOSENTADORIAS)

REABSORÇÃO = REEMPREGO - DISPENSAS

FONTE: SEADE/MIN. TRAB. - LEI 4.923

TABELA X

ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO, SALARIOS, VALOR DA PRODUCAO E SERVICOS INDUSTRIAIS PRESTADOS
ANO DE : 1956
MUNICIPIO : CAMPINAS

SECTORES DE INDUSTRIA	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO(1) TOTAL	LIGADO A PRODUCAO	SALARIOS(CR\$1000) TOTAL	LIGADO A PRODUCAO	VALOR DA PRODUCAO(2) (CR\$1000)
EXTRAT DE PROD MINERAIS	-	-	-	-	-	-
EXTRAT DE PROD VEGETAIS	1	-	-	-	-	16
MINERAIS NAO METALICOS	60	1005	873	37524	30365	15468
METALURGICA	28	1135	987	53710	44626	26423
MECANICA	7	1708	1513	89253	70042	47347
MATERIAL ELETR E COMUNIC	5	40	31	1868	1370	860
MATERIAL DE TRANSPORTE	3	44	39	1067	852	479
MADEIRA	17	183	144	7153	5290	3649
MOBILIARIO	48	609	509	21706	17471	8223
PAPEL E PAPELAO	3	160	155	7096	5914	3469
BORRACHA	2	582	455	45306	23076	49625
COUROS E PELES E PROD SIMIL	4	505	471	22431	18684	34195
QUIMICA	28	289	177	13346	6153	13883
PROD FARCEUT E MEDIC	-	-	-	-	-	-
PROD DE PERF SABOES E VELAS	-	-	-	-	-	-
PROD DE MAT PLASTICAS	-	-	-	-	-	-
TEXTIL	31	1389	1273	54853	46170	41821
VESTUARIO CALC E ART TECIDOS	36	1174	1065	57263	40984	31489
PRODUTOS ALIMENTARES	105	1851	1458	76699	55460	149647
BEBIDAS	15	787	384	35493	13770	20240
FUMO	1	22	17	938	538	857
EDITORIAL E GRAFICAS	22	275	203	10283	7647	3842
DIVERSAS	15	176	132	7714	4560	4201
TOTAL	431	11934	9886	543703	392972	455743
TOTAL INDUST TRANSF	431	11934	9886	543703	392972	455743

TABELA XI

ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO, MEDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO, SALARIOS, VALOR DA PRODUCAO
VALOR DA TRANSFORMACAO INDUSTRIAL

ANO DE : 1960

MUNICIPIO DE : CAMPINAS

SECTORES DE INDUSTRIA	ESTABELECIMENTOS		OCUPADO(1) LIGADO A PRODUCAO	MEDIA MEN SAL DO PES OCUPADO		SALARIOS(CR\$1000) LIGADO A PRODUCAO		VALOR DA PRODUCAO TRANSF II (CR\$1000)	
	TOTAL			TOTAL		PRODUCAO			
SECTOR DE MINERACAO	1	2	1	1	10	10	70	7	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	88	1279	1008	1080	81181	66905	353935	25506	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	41	1321	1031	1065	107285	77763	561662	25662	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	8	1904	1449	1828	195420	102665	1168427	77930	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	10	94	72	70	4554	2953	49652	2182	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	7	491	364	227	37854	13103	156486	11259	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	31	206	143	159	13376	10246	79290	3470	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	51	559	481	501	40983	37097	203343	10878	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	4	216	192	193	20775	17079	128426	6415	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	2	1038	915	642	129117	83904	1237490	46445	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	5	701	625	680	67843	51960	675513	24445	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	12	310	244	237	35315	22431	539354	12670	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	4	418	139	149	47507	11328	467272	4915	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	10	163	139	140	9750	8600	342195	10047	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	1	62	43	33	8329	4870	54330	2914	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	30	1129	1365	1607	109907	85321	807980	45593	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	45	1281	1121	1148	104277	72238	564738	30714	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	116	2006	1563	1533	166338	115269	2792179	65565	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	16	1008	455	677	111917	41453	494216	32430	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	1	38	38	37	2142	2142	12771	506	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	23	266	169	199	21052	14380	119208	7769	
INDUSTRIA DE MINERACAO METALICA	16	163	133	122	7559	5516	46231	3029	
TOTAL	520	15317	11680	12328	1322491	847233	10854776	450374	

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE

(1) SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1960.

TABELA XII

ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO, MEDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO, SALARIOS, VALOR DA PRODUCAO E VALOR DA TRANSFORMACAO INDUSTRIAL

ANO DE : 1970

MUNICIPIO DE : CAMPINAS

GENEROS DE INDUSTRIA	ESTABELE CIMENTOS	PESSOAL OCUPADO(1)		MEDIA MENSAL DO PESS OCUPADO	SALARIOS(CR\$1000)		VALOR DA PRODUCAO(2) (CR\$1000)	VALOR DA TRANSF IND (CR\$1000)
		TOTAL	LIGADO A PRODUCAO		TOTAL	LIGADO A PRODUCAO		
01-EXTRACAO DE MINERAIS	7	22	14	15	24	17	566	419
02-PROD. MINER. NAO METALICOS	110	1857	1524	1804	6710	4810	37551	26633
03-METALURGICA	102	1912	1604	1887	8722	6674	55807	24333
04-MECANICA	63	2672	2227	2869	17614	11760	134119	77904
05-MAT. ELETRIC. E DE COMUNIC.	40	2937	2707	2903	16024	13910	116426	51125
06-MATERIAL DE TRANSPORTE	15	1956	1767	1930	15165	12215	89068	48180
07-MADEIRA	32	243	194	227	715	559	3947	2283
08-MOBILIARIO	82	1610	1304	1586	7122	4423	53575	28523
09-PAPEL E PAPELAO	8	360	290	322	1770	1144	9322	4961
10-BORRACHA	7	753	650	812	6803	6247	93879	54042
11-COUROS, PELES E PROD. SIMIL.	3	775	695	751	4619	3264	35031	13863
12-QUIMICA	14	510	394	454	3231	1969	47358	16658
13-PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	5	549	325	577	3931	1649	50892	39264
14-PERFUMARIA SABOES E VELAS	9	379	356	424	1113	987	57182	26716
15-PROD. DE MATERIAS PLASTICAS	12	265	194	248	1435	763	10550	4779
16-TEXTIL	29	1412	1242	1503	5397	4032	56303	19198
17-VEST., CALC. ARTEF. DE TECID.	57	1416	1226	1352	4937	3399	28477	13323
18-PRODUTOS ALIMENTARES	160	4002	3303	3826	18179	11162	253458	74655
19-BEBIDAS	14	632	479	685	4370	2455	28006	18995
20-FUMO	1	30	19	44	212	93	1092	722
21-EDITORIAL E GRAFICA	40	730	476	709	3630	1943	16522	10540
22-DIVERSOS	29	675	594	626	2743	2247	26136	16984
24-TOTAL	839	25697	21584	25554	134466	95722	1205267	574100
25-TOTAL DA IND. DE TRANSF.	832	25675	21570	25539	134442	95705	1204701	573681

TABELA XIII

ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO, MEDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO, SALARIOS, VALOR DA PRODUCAO E VALOR DA TRANSFORMACAO INDUSTRIAL

MUNICIPIO DE : CAMPINAS ANO DE : 1975

MUNICIPIO

GENEROS DE INDUSTRIA	ESTABE- CIMENTOS	PESSOAL OCUPADO (1) LIGADO A TOTAL PRODUCAO	MEDIA MENSAL DO PESS OCUPADO	SALARIOS (CR\$ 1000) LIGADO A TOTAL PRODUCAO	VALOR DA PRODUCAO (2) (CR\$)	VALOR DA TRANSF. IND. (3) (CR\$)		
01-EXTRACAO DE MINERAIS	4	19	11	15	212	93	708	451
02-PROD. MINER. NAO METALICOS	103	2002	1477	1851	39053	15001	303525	10000
03-METALURGICA	171	5171	4600	5117	101563	30751	735189	324351
04-MECANICA	101	4799	4437	4520	135280	119547	74197	10000
05-MAT. ELETRIC. E DE COMUNIC.	53	4908	4496	4976	117323	89808	1031933	452153
06-MATERIAL DE TRANSPORTE	28	3398	3052	3517	81311	63427	1066571	10000
07-MADEIRA	52	494	393	408	6170	4293	47504	22101
08-MOBILIARIO	83	2184	1939	2054	30417	23352	373744	10000
09-PAPEL E PAPELAO	17	743	657	776	15021	10429	207062	69552
10-BORRACHA	9	1089	1036	1151	25290	23204	719755	10000
11-COUROS, PELES E PROD. SIMIL.	5	1102	984	1132	23151	13928	131462	53676
12-QUIMICA	44	955	830	1015	20177	16136	457752	10000
13-PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	5	312	289	314	4707	4358	286911	193317
14-PERFUMARIA SABOES E VELAS	8	723	472	690	16147	9048	454783	10000
15-PROD. DE MATERIAS PLASTICAS	31	1231	1046	1141	20926	12627	203912	88182
16-TEXTIL	26	1287	1141	1350	20000	14074	240915	10000
17-VEST., CALC. ARTEF. DE TECID.	68	1729	1518	1604	21073	13437	145493	72526
18-PRODUTOS ALIMENTARES	157	3839	3217	3677	57622	39369	1431264	10000
19-BEBIDAS	9	420	359	377	6993	5398	104934	58489
20-FUMO	1	129	117	150	2006	2655	35118	24512
21-EDITORIAL E GRAFICA	62	1164	771	1073	23135	11477	104275	69811
22-DIVERSOS	36	1046	940	756	13218	10434	33070	10000
23-UNID. AUX. DE APOIO NAT. IND	46	1509	1372	1541	43179	33770	90663	67454
24-TOTAL	1119	40332	35159	37497	815265	516726	8900951	10000
25-TOTAL DA IND. DE TRANSF.	1115	40313	35148	37482	815053	516833	8900243	4071070

TABELA XIV

ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO, MEDIA MENSAL DO PESSOAL OCUPADO, SALARIOS, VALOR DA PRODUCAO E VALOR DA TRANSFORMACAO INDUSTRIAL

ANO DE : 1980

MUNICIPIO DE : CAMPINAS

SENEROS DE INDUSTRIA	ESTABELE CIMENTOS	PESSOAL OCUPADO(1) TOTAL	MEDIA MENSAL LIGADO A PRODUCAO	DO PESS OCUPADO	SALARIOS(CR\$1000) TOTAL	LIGADO A PRODUCAO	VALOR DA PRODUCAO(2) (CR\$1000)	VALOR DA TRANSF IND (CR\$1000)
1-EXTRAT DE PROD MINERAIS	4	29	17	20	588	540	5851	4318
2-TRANSF MINER NAO METALICOS	111	2113	1761	2040	243081	214611	2244052	1344125
3-METALURGICA	166	5218	4648	5303	781816	714118	7157830	3297056
4-MECANICA	136	7832	7157	7803	1877047	1671330	12263323	7325085
5-MAT ELET E DE COMUNICACOES	73	6624	6084	6531	1338562	1183560	15685661	8851215
6-MATERIAL DE TRANSPORTE	24	5527	5232	5131	1310675	1222925	13569064	6567071
7-MADEIRA	24	248	186	210	19083	16697	124031	66958
8-MOBILIARIO	71	1709	1403	1696	168287	135199	1843273	878546
9-PAPEL E PAPELAO	15	1054	902	1004	126940	100373	955098	366756
0-BORRACHA	9	1656	1586	1736	488720	480393	8781521	1137992
1-COUROS	7	764	741	906	112304	107166	1156739	437667
2-QUIMICA	34	1196	819	1110	169118	124459	5292048	1777798
3-PROD FARMAC E VETERINARIOS	7	668	652	626	124790	123200	4835984	2778938
4-PERFUMARIA, SABOES E VELAS	14	843	452	820	168659	59409	4189552	1519692
5-PRODUTOS DE MAT PLASTICA	29	1306	967	1302	199607	131042	2572618	1232637
6-TEXTIL	24	1314	1247	1365	154008	145210	2059496	741805
7-VESTUARIO, CALC E ART TECIDOS	92	2895	2563	2693	241366	213776	2041310	1004987
8-PRODUTOS ALIMENTARES	191	5202	3999	5258	636170	463361	15313310	3955151
9-BEBIDAS	8	481	365	513	103417	73897	557314	250752
0-EDITORIAL E GRAFICA	82	1254	911	1200	166403	133682	930049	594184
1-DIVERSAS	56	1769	1517	1666	168598	133053	1042387	701812
2-UNID AUX DE APOIO E SERV IND	31	2495	2321	2414	696499	637312	1501830	1130808
3-TOTAL	1208	52247	45530	51347	9295738	8085313	104122341	45965253
4-TOTAL DA IND DE TRANSF	1204	52218	45513	51327	9295150	8084773	104116490	45960937

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

SUB-REGIÃO DE CAMPINAS

TABELA XV

GÊNEROS INDUSTRIAIS	NE			NO			VP			VTI		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
1 - Extração de Minerais	2,09	7,21	8,50	0,83	3,25	4,15	0,97	2,25	2,54	0,77	2,81	2,35
2 - Prod.Miner. não Metálicos	6,06	7,00	8,00	9,64	11,74	12,57	6,14	8,54	11,26	7,06	9,32	12,32
3 - Metalúrgica	3,38	5,22	5,51	1,99	2,76	3,90	1,14	1,48	2,19	1,16	1,53	2,90
4 - Mecânica	2,39	4,68	6,35	5,62	5,48	6,57	5,14	6,55	6,67	6,18	5,72	7,20
5 - Mat.Eletr. e de Comunic.	2,40	4,54	6,45	1,20	4,73	6,55	0,53	3,26	8,53	0,62	2,87	8,64
6 - Material de Transporte	1,73	2,23	4,06	2,00	2,51	7,51	0,68	1,72	5,37	0,91	1,92	5,99
7 - Madeira	5,38	6,17	5,83	3,63	3,69	4,39	2,61	1,95	2,16	2,64	1,99	1,63
8 - Mobiliário	3,91	4,76	3,79	3,07	5,89	7,47	2,32	6,55	9,28	2,31	6,24	9,27
9 - Papel e Papelão	4,25	3,24	5,71	6,58	7,11	8,59	7,05	8,66	16,40	9,19	11,31	16,52
10 - Borracha	1,19	5,29	3,69	7,17	5,57	9,08	5,75	9,07	17,59	4,54	8,62	11,21
11 - Couros, Peles e Prod. Simil.	4,74	5,68	6,48	6,55	12,88	8,68	19,19	17,01	10,64	17,31	6,96	10,41
12 - Química	4,62	3,55	7,40	2,31	3,97	7,40	1,37	3,36	18,51	0,95	3,72	21,25
13 - Prod.Farmacêuticos e Veterin	3,18	4,84	7,66	2,84	3,61	6,54	3,91	3,63	10,65	0,76	3,90	10,45
14 - Perfumaria, Sabões e Velas	6,71	8,50	8,20	14,29	18,14	16,53	23,65	29,96	22,50	12,89	31,31	15,65
15 - Prod.de Mat. Plásticas	0,45	3,12	3,65	0,89	1,80	5,37	1,23	2,86	3,68	1,29	3,17	3,75
16 - Têxtil	14,59	24,61	25,45	6,10	9,38	14,33	5,01	7,91	12,35	5,72	7,75	12,36
17 - Vest.Calç.Artef.de Tecido	3,21	4,55	4,06	4,27	9,24	4,40	3,54	6,93	2,88	4,24	7,53	3,26
18 - Produtos Alimentares	5,07	4,80	4,83	6,15	7,41	7,01	5,22	6,19	7,54	5,77	7,38	6,13
19 - Bebidas	8,70	7,90	9,74	8,56	6,68	8,38	5,15	5,00	3,47	5,85	5,96	3,91
20 - Fumo	-	10,00	-	-	1,02	-	-	0,32	-	-	0,28	-
21 - Editorial e Gráfica	3,85	4,03	5,86	1,51	2,58	3,41	1,04	1,38	1,87	1,16	1,33	1,79
22 - Diversos	2,66	3,82	4,83	1,34	2,82	4,06	0,79	3,31	2,39	0,87	3,42	2,58
Total da Ind. de Transf.	5,16	6,31		4,75	5,72		3,70	4,99		3,69	5,25	

FONTE: FIBGE, CENSOS INDUSTRIAIS DE 1960, 1970 E 1980.

TABELA XVI

ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE (1)
ÁREAS SELECIONADAS: 1940-1980

	1940	1980
Campinas (I)	0,23	58,45
Limeira (II)	0,26	40,91
M. Mirim (III)	0,11	39,66
DIRA Campinas	0,20	30,53
Araraquara (IV)	0,18	26,35
Matão (V)	0,14	27,13
S. Carlos (VI)	0,11	19,78
DIRA Rib. Preto	0,14	21,71
Est. S. Paulo	0,19	18,08

FONTE: Censos Agrícolas e Agropecuário de 1940 e 1980.

(1) Valor da Produção Agropecuária sobre Área Total utilizada, exclusive Matas e Florestas.

(I) Campinas, Valinhos, Paulínia, Sumaré e Cosmópolis.

(II) Limeira, Iracemápolis e Cordeirópolis.

(III) Mogi-Mirim, Artur Nogueira, Conchal, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse.

(IV) Araraquara, Américo Brasiliense, Santa Lúcia e Rincão.

(V) Matão e Dobrada.

(VI) São Carlos e Ibaté.

TABELA XVII

ÍNDICES DE TECNIFICAÇÃO DA AGRICULTURA
ÁREAS SELECIONADAS - 1940/1980

	1940 ⁽¹⁾	1960 ⁽²⁾	1980 ⁽²⁾	Δ % (80/60)
Campinas (I)	0,034	0,022	0,063	186,4
Limeira (II)	0,041	0,022	0,073	231,8
M. Mirim (III)	0,032	0,011	0,075	581,8
Araraquara (IV)	0,017	0,008	0,024	200,0
Matão (V)	0,019	0,009	0,031	244,4
S. Carlos (VI)	0,015	0,006	0,029	383,3
Est. S. Paulo	0,016	0,007	0,028	300,0

FONTE: FIBGE, Censos Agrícolas e Agropecuário: 1940, 1960 e 1980.

(1) Relação Tratores + Arados I. Animal/Área I.H. - Matas e Florestas.

(2) Relação Tratores + Arados I. Mecânica + Veículos I. Mecânica/Área Total utilizada exclusive Matas e Florestas.

(I) - Campinas, Valinhos, Paulínia, Sumaré, Cosmópolis.

(II) - Limeira, Itacemópolis e Cordeirópolis.

(III) - Mogi-Mirim, Artur Nogueira, Conchal, Jaguariúna e Santo Antonio de Posse.

(IV) - Araraquara, Américo Brasiliense, Santa Lúcia e Rincão.

(V) - Matão e Dobrada.

(VI) - São Carlos e Ibaté.

TABELA XVIII

PORCENTUAL DE PRODUÇÃO DAS DIRAS DE RIBEIRÃO PRETO E CAMPINAS SOBRE O ESTADO:

PRODUTOS SELECIONADOS

1920 - 1981

(Em %)

		1920		1931/33		1936/38		1949/51		1958/59		1969/71		1979/81	
		ÁREA PRODUÇÃO		ÁREA PRODUÇÃO		ÁREA PRODUÇÃO		ÁREA PRODUÇÃO		ÁREA PRODUÇÃO		ÁREA PRODUÇÃO		ÁREA PRODUÇÃO	
<u>Café:</u>	Ribeirão	33,0	35,5	25,9	28,2	25,2	20,4	18,8	14,9	-	13,3	9,3	9,5	17,2	20,0
	Campinas	25,0	31,9	13,7	14,5	13,0	9,7	8,6	7,4	-	5,7	6,7	6,6	8,9	8,4
<u>Canas:</u>	Ribeirão	23,3	22,2	38,5	45,1	21,8	32,2	35,9	32,4	28,6	27,7	32,6	34,1	39,1	41,4
	Campinas	28,3	32,3	48,9	43,8	55,5	45,2	33,9	23,8	44,3	43,5	34,3	33,5	25,0	26,1
<u>Algodão:</u>	Ribeirão	20,5	20,6	16,3	15,1	19,4	18,5	9,5	11,3	10,8	11,5	16,3	22,5	23,2	25,9
	Campinas	13,7	14,7	9,5	9,8	17,1	16,9	5,8	6,7	4,3	4,2	10,6	14,2	28,5	30,7
<u>Laranja:</u>	Ribeirão	-	-	5,5	5,6	9,5	7,2	15,9	13,4	29,3	26,4	43,6	42,8	45,3	41,3
	Campinas	-	-	34,3	29,7	41,4	33,2	60,1	59,9	43,9	43,9	33,7	33,9	26,6	27,5
<u>Milho:</u>	Ribeirão	24,2	25,0	16,0	12,0	12,0	11,1	16,7	16,4	20,6	22,4	22,4	24,9	19,3	24,7
	Campinas	18,3	18,2	13,8	14,2	16,5	15,8	15,0	14,7	14,6	14,9	9,1	9,4	11,0	11,4
<u>Feijão:</u>	Ribeirão	31,5	32,8	16,3	14,9	12,7	12,6	24,3	19,6	-	16,5	7,7	7,2	2,1	1,9
	Campinas	15,0	14,9	14,7	14,2	11,5	12,4	15,3	9,9	-	7,3	7,6	7,3	5,5	5,5
<u>Soja:</u>	Ribeirão	-	-	-	-	-	-	-	-	3,0	33,3	84,7	84,8	55,3	62,1
	Campinas	-	-	-	-	-	-	-	-	8,9	11,5	3,6	3,4	3,2	3,0
<u>Mandioca</u>	Ribeirão	5,5	5,2	-	-	-	-	23,1	-	11,9	14,7	7,3	7,0	6,1	7,4
	Campinas	19,2	21,0	-	-	-	-	28,5	-	23,4	25,1	20,5	20,2	18,0	20,7
<u>Arroz:</u>	Ribeirão	25,8	27,2	16,2	12,9	11,9	11,5	21,6	23,6	30,1	25,2	23,4	23,4	15,2	17,6
	Campinas	12,1	10,5	10,5	10,8	11,3	9,7	11,2	11,3	11,3	11,5	8,1	8,2	12,9	14,0

FONTE: Censo Agropecuário de 1920

IEA - Estimativas e Previsões de Setores 1949-1981

Instituto de Zootecnia - Est. Zootécnicos 1931, 1932, 1933, 1936 e 1938.

PEA CULTIVO POR PRODUTO
TABELA XIX

	ANO 1919	TRIÊNIO 1931/33	BIÊNIO 1936/38	TRIÊNIO 1949/51	BIÊNIO 1958/59	TRIÊNIO 1969/71	TRIÊNIO 1979/81
CAMPINAS	Área (em %)	Área (em %)	Área (em %)	Área (em %)	Área (em %)	Área (em %)	Área (em %)
Alcorão em Carvão	3,4	1,7	20,1	14,1	3,9	9,0	8,5
Amendoim	-	-	-	0,2	0,3	0,1	0,0
Arroz em Casca	5,9	6,8	6,0	11,5	13,1	7,7	4,4
Banana	-	1,0	0,5	n.d.	0,2	0,1	0,1
Batata	0,4	2,0	1,4	2,5	1,7	1,6	0,3
Café Beneficiado	57,9	49,7	33,7	19,8	n.d.	7,6	9,2
Cana de Açúcar	1,9	2,5	6,2	12,4	38,1	36,7	38,5
Cebola	-	-	-	-	0,2	0,4	0,4
Celufino	6,4	9,8	5,8	7,3	n.d.	2,9	2,5
Laranja	-	2,5	2,5	1,7	6,0	9,1	15,9
Memona	0,1	-	-	n.d.	0,0	3,3	0,9
Mandioca	0,3	-	-	3,0	4,9	-	n.d.
Milho	23,6	24,0	23,7	27,5	31,3	19,5	13,4
Soja	-	-	-	-	0,1	0,3	2,0
Tomate	-	-	-	-	0,2	0,2	0,3
Trigo	0,0	-	-	-	0,0	0,1	0,2
Uva	-	0,0	0,0	-	0,1	0,2	0,2
Limão	-	0,0	0,0	-	-	0,2	0,5
Outros Cítricos	-	-	-	-	-	1,0	1,5

FONTE: Censo Agropecuário de 1920

IEA - Estimativas Previsões de Setores 1949-1981

Instituto de Zootecnia - Estatísticas Zootécnicas 1931-1933, 1936 e 1938.

Obs.: n.d. = valor não disponível.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM CAMPINAS

PRINCIPAIS FRUTAS

Ano	70		75		
Produtor	Produção	Participação total do Estado	Produção	Participação total do Estado	Variação % 70/75
Ligo Mil Unid.	35.393	28,28	35.448	21,96	0,15
Abacate Mil unid.	1.646	3,67	1.635	2,53	- 0,66
Uva Ton.	900	1,37	1.648	1,93	83,11
Pêssego Mil unid.	4.029	3,20	3.239	3,26	-19,60
Maçã Mil unid.	3.814	13,44	1.078	3,80	-71,73
Goiaba Mil unid.	2.407	1,89	2.086	0,44	-13,33
Fruta do Conde Mil unid.	3	0,58	73	2,21	2.333,33

* Em relação a produção do Estado de São Paulo.

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1970 e 1975

ELABORAÇÃO: SEPLAN/DEPLAN

PRODUTIVIDADE DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS

PRODUTOS	UNIDADE DE	ANO	CAMPINAS	MICRO-REGIÃO	EST. S. PAULO
Banana	<u>Mil cachos</u>	70	0,613	0,547	0,581
	ha	75	0,906	1,211	1,128
Cafê	<u>Ton.</u>	70	0,997	1,103	0,717
	ha.	75	1,571	1,401	1,195
Laranja	<u>Mil frutos</u>	70	87,959	82,674	76,036
	ha	75	59,473	93,512	88,689
Cana de Açúcar	<u>Ton.</u>	70	40,415	52,257	52,267
	Ha.	75	67,001	54,273	50,133
Milho	<u>Ton.</u>	70	2,082	2,166	1,683
	ha.	75	2,487	2,591	1,993
Algodão	<u>Ton.</u>	70	1,824	1,341	1,149
	ha.	75	1,788	1,525	1,350
Amendoim	<u>Ton</u>	70	1,255	1,425	1,288
	ha.	75	2,840	1,559	1,499
Tomate	<u>Ton.</u>	70	-	-	-
	ha.	75	39,655	48,867	20,622
Uva	<u>Ton.</u>	70	4,972	4,376	5,703
	ha.	75	8,039	8,758	8,711

FONTE: FIBGE - Censo Agropecuário - 1970 - 1975

ELABORAÇÃO: SEPLAN/DEPLAN

PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DO LEITE

	Campinas Micro-Região					Estado S. Paulo	
	Ano	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vacas ordenadas	70	8113	0,66	23.813	1,95	1.218.658	100
	75	7369	0,48	20.423	1,35	1.507.412	100
		-917	-	-14,23	-	23,69	-
Produção (mil lts.)	70	15483	1,38	36.553	3,27	1.117.134	100
	75	16693	1,13	36.778	2,50	1.468.041	100
		7,81	-	0,61	-	31,41	-
Produtividade de litros/vacas ord/dia	70	5,30	-	4,25	-	2,54	-
	75	6,29	-	5,00	-	2,70	-
		18,67	-	17,64	-	6,29	-

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO - 1970 e 1975

ELABORAÇÃO: SEPLAN/DEPLAN

Utilização das Terras Segundo o Uso

			Campinas	Micro-região	Est. S. Paulo
T O T A L	Estabele- cimentos	70	1757	10394	326780.
		%	100	100	100
		75	1144	8358	270349
		%	100	100	100
		75/70	-34,98	-19,58	-14,02
	Área (ha)	70	89356	415396	20416076
		%	100	100	100
		75	51246	389970	2058122
		%	100	100	100
		75/70	-42,45	-6,12	0,68
L A V U R A S	Informantes	70	2047	12625	367851
		%	116,51	121,46	112,57
		75	1283	10504	322244
		%	112,15	125,68	115,76
		75/70	-37,32	-16,80	-12,40
	Área (ha)	70	12767	184858	4735925
		%	14,29	44,50	23,20
		75	12198	198224	5179506
		%	23,80	50,83	25,20
		75/70	-4,46	7,23	9,37
P A S T A G E N S	Informantes	70	558	5931	200667
		%	31,76	57,06	61,40
		75	542	4939	190351
		%	47,38	59,09	68,39
		75/70	-2,88	-16,73	-5,14
	Área (ha)	70	63238	166360	11463383
		%	70,77	40,04	56,15
		75	27418	107418	11355901
		%	53,50	27,55	55,25
		75/70	-56,64	-35,43	-9,94

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE - 1970 e 1975.

- A somatória dos informantes é maior que o número de estabelecimentos. Para efeito de cálculo faremos o percentual de informantes em relação ao número total de estabelecimentos.

Utilização das Terras Segundo o Uso

(CONTINUAÇÃO)

			Campinas	Micro-região	Est. S. Paulo
MATAS E FLORESTAS	Informantes	70	391	2508	97268
		%	22,25	24,12	29,77
		75	253	1911	95592
		%	22,11	22,86	34,34
		75/70	-35,29	-23,80	-1,72
	Área (ha)	70	7295	28507	2426910
		%	8,16	6,86	11,69
		75	6272	44363	2325418
		%	12,24	11,38	11,31
		75/70	-14,02	55,62	-4,18
MATAS EM CERCO E MATAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS	Informantes	70	398	2159	64876
		%	22,65	20,77	19,84
		75	200	1327	53050
		%	17,48	15,88	19,10
		75/70	-49,75	-38,54	-16,01
	Área (ha)	70	3212	17900	1124723
		%	3,60	4,31	5,51
		75	2804	13070	869832
		%	5,47	3,35	4,23
		75/70	-12,70	-26,98	-22,62

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE - 1970 e 1975.

ELABORAÇÃO: SEPLAN/DEPLAN

Pessoal Ocupado por Categoria

			Campinas	Micro-região	Est. S. Paul
	Total	70	9096	51601	1420040
		%	100	100	100
		75	7578	48181	1364942
		%	100	100	100
		75/70	-16,69	-6,63	-3,88
	Responsável e membro não remunerados da Família	70	4087	24857	873243
		%	44,93	48,17	61,49
		75	3874	22774	752782
		%	51,12	47,27	55,15
		75/70	-5,21	-8,38	-13,80
	Empregados em trabalho permanente	70	3102	13227	288388
		%	34,10	25,63	20,30
		75	3104	15409	357467
		%	40,96	31,98	26,19
		75/70	0,06	16,50	23,99
	Empregados em trabalho Temporário.	70	656	9077	181964
		%	7,2	17,59	12,81
		75	515	6150	185069
		%	6,80	12,76	13,59
		75/70	-21,49	-32,25	+1,71
	Parceiros	70	1118	3868	65928
		%	12,29	7,49	4,64
		75	67	3598	56804
		%	0,88	7,47	4,16
		75/70	-94,01	-6,98	-13,84
	outra condição	70	133	572	10597
		%	1,46	1,11	0,75
		75	18	250	12826
		%	0,24	0,52	0,94
		75/70	-86,47	-56,29	21,03

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE - 1970 e 1975

ELABORAÇÃO: SEPLAN/DEPLAN

Indicadores Econômicos
(Taxas Geométricas de Crescimento Anual)

LOCALIDADE	CAMPINAS		SUB-REGIÃO	
	70/75	70/80	70/75	70/80
População	-	5,9%	-	5,62%
(*) PEA	-	7,1%	-	-
Valor da Produção do I.T.	22,75%	-	40,5%	-
Pessoal ocupado na I.T.	9,4%	-	10,49%	-
Valor da Transf. Indust.	21,58%	-	29,20%	-
Recita Com. Atacadista	4,1%	-	16,99%	-
Recita Com. Varejista	17,2%	-	3,58%	-

(*) População Economicamente Ativa

FONTE: IBGE - SEPLAN/DEPLAN

Salário Médio na Ind. Transf. (*)

Salários (P. Ocupado)

	1970	1975	(%)
Campinas	2.164,02	3.132,56	44,76
Sub-Região Campinas .	1.986,00	2.791,54	40,56
São Bernardo	3.525,29	4.329,15	22,80
Santo André	3.304,43	4.197,43	27,02
Santos	2.039,88	2.569,89	25,98
Ribeirão Preto	1.613,70	2.129,69	31,98
S. José dos Campos	2.685,36	3.456,49	28,72
Paulínia	4.439,72	5.648,21	27,23
Americana	1.671,64	2.135,90	27,78
Sumaré	2.089,53	3.315,44	58,67
São Paulo	2.432,98	3.050,41	25,38
Estado de São Paulo	2.350,20	2.999,25	27,62

(*) Em Cr\$ de 1977

FONTE: Censos Industriais de 1970 e 1975, FIBGE

ELABORAÇÃO: DEPLAN/SEPLAN

Emprego Urbano

CAMPINAS - 1979

Inds. Transformação	-	58905
Inds. Construção Civil	-	15220
Setor Terciário	-	96604
Total do emprego Formal	-	170729
Trabalhadores por Conta Própria	-	21341
Não remunerados	-	1940
Emprego Doméstico	-	13037
Total Emprego Informal	-	36318
TOTAL DO EMPREGO URBANO	-	207047

FONTE: Ministério do trabalho, 1979, relação dos empregados
PNAD, 1979, FIBGE, para Est. São Paulo.

ESTIMATIVA E ELABORAÇÃO: DEPLAN - SEPLAN

PRODUTIVIDADE E SALÁRIOS MÉDIOS - CAMPINAS - 1975

MUNICÍPIOS	PRODUTIVIDADES (*)	SALÁRIOS MÉDIOS (*)
Campinas	204,7	3.132,56
Sub-Região	289,7	2.791,54
Capital	181,5	3.050,41
Est. São Paulo	190,4	2.999,25

FONTE: Censo Industrial - FIBGE

(*) Em Cr\$ 1.000,00 de 1977

Salário Médio no Comércio (*)

(Relação Salário/P. Ocupado)

	1960	1970	Variação de 60/70 %	1975	Variação de 70/75 %
Campinas	1388,40	1816,05	30,80	2334,52	28,55
Sub-Região	-	1674,35	-	2150,47	28,44
S. Bernardo	1730,24	2135,08	23,40	2579,24	20,81
S. J. Campos	1192,61	1614,13	35,34	2122,27	31,48
Santos	1629,91	1888,88	15,88	2058,06	08,96
Rib. Preto	1801,06	1759,74	2,29	2039,21	15,88
São Paulo	1814,93	2467,51	35,96	2922,27	18,43
Est. S. Paulo	1614,25	1966,11	21,80	2368,95	20,49

(*) Em Cr\$ de 1977

FONTE: Censos Industriais de 1960, 1970 e 1975 - FIBGE

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETORES
DE ATIVIDADE, 1980 - CAMPINAS

SETORES DE ATIVIDADE	PEA	%
Atividades Agro-Pecuária de Extração Vegetal e Pesca	7.068	2,47
Indústria de Transformação	80.146	28,06
Indústria de Construção	27.661	9,68
Outras Atividades Industriais	5.328	1,86
Comércio de Mercadorias	35.477	12,42
Transportes e Comunicações	15.507	5,43
Prestação de Serviços	58.129	20,35
Atividades Sociais	28.053	9,82
Administração Pública	11.449	4,00
Outras Atividades	11.828	4,14
Procurando Trabalho	4.949	1,73
T O T A L	285.595	100,00

FONTE: Censo Demográfico - Mão de Obra - FIBGE

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO DO MUNICÍ-
PIO E SUB-REGIÃO - 1970/75

	VALOR/PRODUÇÃO (1970)	VALOR/PRODUÇÃO (1975)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO
Campinas	6.447.317,8	17.935.416,2	22,71
Sub-Região	16.829.734,0	79.755.785,5	36,50

FONTE: Censos Industriais - FIBGE

Rendimento Médio Mensal da População Econômicamente Ativa (%)

Faixas de Salário Mínimo

Municípios	Até 2	+ 2 a 3	+ 3 a 5	Até 5	+ 5 a 10	+10
Aracaju	50,99	16,1	15,7	82,7	10,9	6,0
Aracaju-Reg. Camp.	50,9	16,1	16,1	83,0	10,9	6,0
Aracaju	48,3	16,8	16,5	81,6	11,6	6,4
Aracaju. Preto	48,8	16,6	16,3	81,7	11,5	6,3
Aracaju	48,5	16,7	16,4	81,6	11,6	6,4
Aracaju	48,7	16,7	16,4	81,8	11,5	6,3
Aracaju André	47,7	17,0	16,7	81,7	11,8	6,5
Aracaju Bernardo	50,1	16,3	15,9	82,3	11,1	6,2
Aracaju Janeiro	49,9	15,6	15,0	80,7	10,6	8,7
Aracaju Horizonte	65,9	12,7	10,4	89,0	06,3	4,3
Aracaju Recife	73,5	09,6	07,7	90,9	05,3	3,7
Aracaju Salvador	65,5	11,7	10,3	87,4	07,3	4,6
Aracaju Teresina	82,0	06,6	04,8	93,4	03,2	2,7
Aracaju Alegre	54,6	15,5	13,6	83,7	09,2	6,7

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 1980 - FIBGE

BOVINOS E SUAS FINALIDADES

		Campinas		Micro- Região		Estado de S. Paulo	
Finalidade	ano	Nº Cabeças	%	Nº cabeças	%	Nº Cabeças	%
Corte	70	5.851 (20,33)	0,13	32.015 (29,26%)	0,73	4.369.648 (48,17%)	100
	75	6.021 (20,87)	0,08	48.250 (41,75%)	0,71	6.713.230 (58,64%)	100
		2,90	-	50,71	-	53,63	-
Leite	70	17.660 (61,37%)	0,45	64.271 (58,75%)	1,65	3.882.271 (42,80%)	100
	75	17.891 (62,02%)	0,57	47,168 (40,82%)	1,52	3.092.427 (27,01%)	100
		1,30	-	-26,61	-	-20,34	-
Corte e Leite	70	5.265 (18,29%)	0,64	13.103 (11,97%)	1,60	818.598 (9,02%)	100
	75	4.931 (17,09%)	0,30	20.131 (17,42%)	1,22	1.640.708 (14,33%)	100
		- 6,34	-	53,63	-	100,42	
Total	70	28.776 (100%)	0,31	109.389 (100%)	1,20	9.070.517 (100%)	100
	75	28.843 (100%)	0,25	113.549 (100%)	1,00	11.446.365 (100%)	100
		- 0,11		5,63		26,19	-

* Em relação ao total do Estado

** Percentuais referentes à composição do rebanho respectivamente aos

Totais de Campinas, Micro-Região e Estado de São Paulo.

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - 1970 e 1975 - ELABORAÇÃO: SEPLAN/DEPLAN

C A P Í T U L O I I

Gostaria de esclarecer que nesta parte do trabalho será tratado basicamente do crescimento populacional, da estruturação do espaço urbano, ambos inseridos no contexto da questão habitacional no município de Campinas para o período que abrange as décadas de 60, 70 e 80.

A seguir apresento um apêndice estatístico onde constarão tabelas dos demais indicadores sociais, as quais, não foram comentados neste trabalho. No entanto, foram aqui apresentados como meio de justificar a curiosidade dos leitores quando comento sobre a qualidade de vida da população e a infra-estrutura constante no município.

I - CRESCIMENTO POPULACIONAL

Decorrente do quadro de crescimento econômico intenso e de elevado incremento populacional experimentado nas quatro últimas décadas, a expansão urbana assume proporções e grande complexidade inéditos em Campinas.

A mudança econômica ocorrida no início dos anos 30, com a passagem do centro dinâmico da acumulação do capital para a indústria, e com a considerável desaceleração da economia cafeeira, resulta na irradicação da maioria dos cafeeiros do município, abrindo espaço para o desmembramento das antigas fazendas e provocando a abertura de loteamentos para ocupação urbana. Os capitais locais parcelaram o solo agrícola, dando-lhes destinação urbana num montante tal que apenas os loteamentos novos e desligados da rede viária de então, somavam por volta de 1945, mais de 60% da área total urbanizada.

O vigor desse movimento não esmoreceu, e na década seguinte é possível captar índices de forte atuação dos capitais imobiliários locais na permissão para instalação das plantas industriais que vieram para Campinas, ocasião em que elas foram dispersas pelos arredores da cidade em pontos distintos, de forma a obrigar a implantação generalizada de benfeitorias públicas (água, luz, esgoto e pavimentação principalmente) interligando os loteamentos assentados nos anos precedentes e deixando em seus intertícios glebas não parceladas porém infra-estruturadas. Agregou-se valor (pelas obras de infra-estruturas) às terras situadas entre os loteamentos abertos e a malha urbana sem uma política de ocupação desses vazios, referendando, no geral, os primeiros loteamentos (ou suas divisas) como áreas para ocupação urbana.

Assim, a partir da década de 50, o espaço urbano sofre uma valorização desmedida e passa a ser reproduzido, num ritmo superior à necessidade de incorporação de novas áreas para moradia, instalação de atividades econômicas sob a égide da valorização imobiliária.

A reprodução do espaço urbano para moradias é resultante da intensa atividade desse capital imobiliário que amadurece e se

expande dentre do dinamismo urbano, porém, independente dela. Paralelamente à parcialização do solo e à esse dinamismo ganha impulso a construção de moradias, processo este interligado ao vigor do desenvolvimento econômico campineiro que adveio do processo de industrialização e trouxe consigo, modificações no terciário, induzidos, de um lado, pela diversificação e ampliação da pauta de consumo, acompanhadas pelas novas demandas de serviços de apoio à população e por outro, também a exigência de serviços de apoio à produção com destaque para o comércio, os transportes, as comunicações e a intermediação financeira, o que inegavelmente reflete-se no setor construtor de moradias e prédios comerciais, industriais e de serviços.

A "questão de moradia" é decorrente de dois processos na gestão do problema habitacional: a demanda por habitação e a sua contrapartida, a oferta.

As variações na demanda por moradias, estão ligadas a dois processos distintos de crescimento populacional, o crescimento vegetativo e o fluxo migratório. Quanto ao último, a população da cidade, a partir da década de 50, veio praticamente se duplicando a cada decênio, tendo como correspondência direta, as modificações induzidas pela industrialização e terciarização na cidade. Isto pode ser captado com a observação da aceleração das taxas de crescimento populacional: de 1,45% aa. entre 1940 e 1950; de 5,01% entre 1950 e 1960; de 5,65% entre 1960 e 1970; e finalmente de 5,83% entre 1970 e 1980, sendo que nessa última década a taxa geométrica do crescimento populacional do Estado de São Paulo situou-se na marca de 3,48%, portanto, bem inferior ao patamar campineiro. No decorrer destes 40 anos, o incremento percentual da população foi de 453,15%, comandado basicamente pelo fluxo migratório, conforme se verifica no quadro a seguir.

QUADRO I

CAMPINAS: INCREMENTO POPULACIONAL (1950/80)

SALDO VEGETATIVO E SALDO MIGRATÓRIO - 1950/80

SALDO	SALDO VEGETATIVO	%	SALDO MIGRATÓRIO	%	INCREMENTO NA DÉCADA
1950/60	36.495	43,34	47.699	56,66	84.194
1960/70	57.686	35,54	104.620	64,46	104.620
1970/80	111.825	38,73	176.870	61,27	288.695

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS - FIBEG

Em Campinas, a partir da década de 50, o fluxo migratório teve uma ponderação muito importante sobre a dinâmica do município, no entanto, a prefeitura municipal praticamente nada fez sobre ele propriamente dito como prover lotes urbanizados por exemplo, a não ser "administrar" suas consequências. De fato, as tentativas de explicação, dadas pelas diferentes administrações municipais para o incremento populacional (independente de sua correção), apontam causas extramunicipais e explicitam pela ausência a deficiência no trato dos problemas que dele resulta. Responsabilizaram-se apenas o fluxo migratório pelo incremento populacional, sendo que para sua origem as explicações variam de secas ou enchentes nas regiões expulsadoras de população, até pela deterioração da agricultura acarretando a substituição de cultura pela pecuária. Mais recentemente, a migração foi também identificada com a introdução do capitalismo no campo e sua consequente expulsão de mão-de-obra.

Por outro lado, exalta-se a cidade como pólo de atração decorrente da influência dos meios de comunicação, do atendimento a convite de parentes que migraram anteriormente, e de busca por melhores condições de vida.

Assim, diagnosticado pelas administrações campineiras, o crescimento populacional acompanharia as variações conjunturais da economia, adquirindo significativa importância nas regiões mais industrializadas na medida em que estas proporcionam melhores oportunidades de emprego, maior oferta de serviços e perspectivas de au-

mento do nível de renda. Portanto, se era um fenômeno variável e não permanente, não se justificava ação local mais decisiva por nenhuma administração. Como consequência, a demanda social urbana cresceu à frente da oferta de serviços básicos (habitação, educação, alimentação, vestuário, saúde, emprego e lazer); cresceram também as periferias carentes, os núcleos de favelas e agravaram-se os problemas de violência, desempregos, mendicância, etc..

Em suma, pelo diagnóstico político administrativo, o surto de problemas sócio-econômicos e culturais decorriam da aleatoriedade do processo migratório, da industrialização pesada e do próprio sucesso administrativo em tornar a cidade de atraente. Deriva daí que politicamente a administração municipal seja isentada de responsabilidades na queda da qualidade de vida por não agir complementarmente.

Por outro lado, industrialização pesada e a terciarização em Campinas, com o consequente crescimento populacional, provocam a mudança da estrutura social e dos padrões de vida urbana que ocorreram na cidade. A PEA urbana cresceu em relação à população urbana de 39,4% em 1960 para 47,1% em 1980, significativo indicador da ampliação e diversificação da base produtiva, e maior absorção relativa da população no mercado de trabalho, o que deixa claro o dinamismo econômico local.

Pode-se observar decorrente dos dados, que a cidade de Campinas absorveu relativamente mais trabalhadores que o resto do Brasil, sendo a média de sua absorção superior, inclusive à do estado de São Paulo, sendo também a maior de todas as cidades de São Paulo, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO II

PARTICIPAÇÃO DA PEA URBANA NA POPULAÇÃO URBANA - 1980 (%)

LOCAL	%
BRASIL	38,2
ESTADO DE SÃO PAULO	41,6
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	44,0
CAPITAL	45,3
CAMPINAS	47,1

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO, FIBGE, 1980.

Enquanto a economia manteve adequados níveis de crescimento, os novos empregos gerados superaram em cerca de 7% aa. o aumento da população campineira. Essa situação é revertida a partir de 1978, com a queda da abertura de novos empregos, tornando-se dramática a absorção do crescimento populacional a partir de 1981, quando o aumento dos empregos foi negativa, perdendo-se 1.521 postos de trabalho no município, conforme demonstra o quadro abaixo.

QUADRO III

CAMPINAS - GERAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS

ANO	OFERTA DE NOVOS EMPREGOS
1976	17.705
1977	20.555
1978	9.964
1979	14.857
1980	8.748
1981	-1.521

FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO, RELAÇÃO DE ADMISSÕES E DEMISSÕES, LEI 4.923 IN SEADE.

Nesse ano, haviam em Campinas 233.000 empregados, e mais 25.000 pessoas que trabalhavam fora do município, sendo expressivos tanto os fluxos de mão-de-obra não qualificada que demandam diariamente o município, oriundos das cidades próximas, como também, mostra-se uma saída de mão-de-obra qualificada residente na cidade para trabalhar nas regiões vizinhas e até em São Paulo.

A industrialização, portanto, tornou mais complexa a estrutura econômica-social, gerando pari-passu ao fenômeno indicando um expressivo contingente de médias e altas rendas, absorvidos em setores modernos, grandes estabelecimentos industriais, de comércio e de serviços. Isto alterou qualitativamente sofisticando a demanda por serviços públicos para atender às "novas" classe média e alta.

Por outro lado, o chamado "setor informal de emprego" (ambulantes, engraxates, etc.), ou seja, trabalhadores por conta própria, autônomos ou não, que em 1979, seriam aproximadamente 37.000 pessoas, número esse com tendência ao crescimento até os dias atuais, dá uma nova característica de diversificação à demanda local, uma vez que buscam nos serviços e bens públicos a complementação ao padrão de vida (escola pública, assistência médica gratuita, transporte para locais mais distantes, moradias, etc.)

Dada a importância dessa diversificação da demanda aliada à tendência ao crescimento das necessidades de investimentos públicos municipais acima do crescimento populacional (na infraestrutura de um espaço urbano coalhado de enormes vazios) para o entendimento da situação social-urbana de Campinas, vamos expô-la mais detalhadamente em suas especificidades.

O crescimento econômico nos últimos 15 anos foi marcado pela implantação de grandes empreendimentos - Mercedes Bens, CPFL, EMBRATEL, EMBRAPA, entre outros, acompanhados pela evolução do comércio e serviços, modernos e sofisticados como os grandes supermercados (década de 70) e Shopping Center (1978/80), o aeroporto de Viracopos, maior exportador aéreo do Brasil e contando ainda com o crescimento de pessoas ligadas ao ensino universitário nas duas grandes universidades - UNICAMP e PUCCAMP. Esses fatores acentuaram a presença na cidade de um importante segmento de rendas médias e altas, tomando Campinas, o município brasileiro onde é maior o peso das cha-

madras classes "A" e "B". Portanto, esse crescimento capitalista recente, propiciou o aumento em grande escala do emprego e da renda urbanos e criou hábitos de vida de uma sociedade industrial moderna, a uma considerável parcela da população.

As taxas de crescimento do pessoal empregado na indústria e também no comércio aproximaram-se dos índices de crescimento da PEA urbana, entretanto, nota-se que o emprego relativo sobre a PEA total de cada um destes setores, entre 1970 e 1980 diminuiu. Na indústria, passou de 75% para 65%; no comércio de 80% para 77%, mesmo considerando-se que 13% da PEA em 1980, cerca de 35.800 pessoas, trabalhavam nesses setores sem registro nos Centros Econômicos.

No mesmo período, o peso relativo da "prestação de serviços" e da "construção civil" na PEA urbana aumentou para aproximadamente 30% da PEA total em 1980, absorvendo grande parte da mão-de-obra não qualificada e do "trabalho não organizado" (1).

Esses dados podem ser comparados, com as décadas anteriores, observando-se o quadro IV, a seguir, que sintetiza a distribuição da PEA nos três setores da economia.

QUADRO IV
PEA (1) CAMPINAS

	1940	%	1950	%	Tx.ANUAL 50/40	1960 (2)	%	Tx.ANUAL 60/50
PRIMÁRIO	17.934	39,0	12.254	20,7	-3,7	12.573	14,6	0,2
SECUNDÁRIO	9.295	20,2	17.031	28,8	6,2	25.359	29,4	4,0
TERCIÁRIO	18.459	40,2	29.426	49,7	4,7	48.200	56,0	5,0
	-----	-----	-----	-----	---	-----	-----	---
TOTAL	45.928	100,0	59.228	100,0	2,6	86.102	100,0	3,8
	=====	=====	=====	=====	===	=====	=====	===

(1) POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, EXCLUSIVE ATIVIDADES DOMÉSTICAS, ESCOLARES, INATIVOS, OUTRAS E SEM DECLARAÇÃO.

(2) INCLUI SUMARÉ E VALINHOS.

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS 1940/50/60.

(1) Ulisses Cidade Semeghini, Tese de Mestrado, 1988, Unicamp, Campinas, pg 231.

A comparação confirma ter havido um declínio percentual na absorção de mão-de-obra no setor secundário entre a década de 60 para as de 70 e 80. As indicações do Prof. Ulisses Cidade Semeghini apontam ainda para uma tendência de crescimento absoluto do contingente não absorvido pelo mercado formal de trabalho, donde se conclui que esse crescimento econômico gerou também um enorme contingente populacional de baixa renda, com carências refletidas no nível de criminalidade e violência, favelização e marginalidade, cujos dados tornaram-se piores com a desaceleração econômica e crise no pós 1975 com a diminuição do ritmo de geração de novos empregos formais na cidade decorrente em grande parte, da substituição da mão-de-obra desqualificada da construção civil através do progresso técnico do setor.

Em 1980, os dados do Censo Demográfico, mostram que 31,8% da PEA campineira não possuía rendimentos, e 28,9% ganhavam entre 0 e 2 salários mínimos mensais, enquanto 12,5% da PEA total ganhavam mais de 5 salários mínimos. Em números absolutos, um total de 25.080 famílias, recebiam menos de 2 salários mínimos ao mês, que correspondiam a 100.000 pessoas vivendo em condições de pobreza.

Vistas as principais características do movimento populacional de Campinas, centremo-nos agora na "questão" da ocupação de solo urbano.

II - A OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

O crescimento econômico e populacional da cidade, a partir de 1950, acarreta a expansão da área urbana tanto para moradia quanto para instalação de indústrias, comércio e serviços.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Município de Campinas, entre 1940 e 1968, o crescimento da área urbana foi mais intenso do que o crescimento da população, aumentando progressivamente a relação $m^2/habitante$, conforme aparece no quadro V.

QUADRO V

CAMPINAS: CRESCIMENTO DA ÁREA URBANA E DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

ANO	% DE CRESCIMENTO DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO	CRESCIMENTO POPULACIONAL (URBANO)
1940 A 1953	182,89%	94,02%
1953 A 1962	110,28%	73,63%
1962 A 1968	50,26%	42,17%
1968 A 1978	38,37%	76,90%
1978 A 1980	13,44%	11,98%

FONTE: SEPLAN, FIBGE.

A partir de 1968 até 1978 essa tendência se inverte com a população crescendo à frente da expansão industrial. Finalmente, de 1978 a 1980 a população e área urbana apresentam crescimentos equivalentes.

Verificando a expansão urbana no mapa 02, nota-se que a área urbana cresceu 97% em 1956, formando, de um lado grandes vazios urbanos, e de outro, concentração populacional.

Quando se considera a relação de área urbana por habitante, em Campinas, 197,5 m²/hab em 1940, correspondiam em 1968 a 349 m²/hab, passando em 1980 a 292 m²/hab. Essa dispersão populacional se dá pela incorporação de novas áreas, feitas através do parcelamento do solo, acima do real crescimento da demanda, por ocupação do solo.

Atende por outro lado a especulação imobiliária que ao abrir novos loteamentos com alguns melhoramentos, transforma também o valor da terra urbana ao redor desses novos lotes.

No primeiro período detectado pelo quadro IV, as infra-estruturas eram de responsabilidade do poder público, que arcava então em altos custos e dificuldades no atendimento de loteamentos cada vez mais dispersos e desligados da malha urbana. Como o ganho especulativo apropriado pelo capital privado decorria do fato de o poder público levar infra-estrutura a essas áreas vazias, o processo de-

pendia da efetiva ocupação do solo, o que era lento no tempo e poderia exigir algum investimento do próprio loteador. A realização de ganhos especulativos, portanto, não era imediata e esse processo ganhou nova dimensão na cidade a partir do início da década de 50, com a instalação de novas indústrias no bojo dos investimentos após a segunda Guerra Mundial, anterior ao Plano de Metas.

Como consequência houve nessa época um intenso dinamismo construtivo, dependente de um lado, da implantação de novas fábricas espalhadas ao redor da cidade, obrigando o poder público a direcionar infra-estrutura em três direções opostas entre si, valorizando mais rapidamente novas glebas e as anteriormente loteadas, porém desocupadas e não infra-estruturadas (terrenos mais baratos além da Anhanguera). Assim sendo, percebe-se que o capital imobiliário induz a instalação de fábricas distantes do centro a fim de que a terra ao redor seja loteada e supervalorizada pela ocupação efetiva.

É nessa época que coincide a abertura das avenidas centrais vista com uma das pré-condições que viria anteceder a verticalização da cidade no centro.

Esses dois processos são acompanhados por uma variação positiva nas receitas públicas, tanto devido ao novo sistema tributário implantado a partir de 1948 como decorrência da Constituição de dois anos antes, quanto pelo aumento da arrecadação propiciada pelo surto industrialização. O aumento da receita própria tem como causalidade um aumento na capacidade de endividamento do poder público, o que possibilita, então, gastos precedentes a esta verticalização.

Diferencia-se nitidamente o espaço urbano com uma valorização do espaço central e infra-estruturação de áreas agrícolas pouco férteis, o que resultou em ganhos imobiliários, porém, com preços finais ainda mais baratos que das áreas centrais, o que veio por dividir a população em rica e pobre.

Esse esquema que criou raízes nos anos finais da década de 40, tem efetivamente ao longo dos anos 50 sendo marcada por intenso dinamismo intraurbano (ver tabela I). Mesmo quando a economia entra em crise no início dos anos 60, esse dinamismo não esmorece, notado pela média das construções nos anos 54/55/56 ser inferior a média dos anos 62/63/64, pressupondo a ocupação dos espaços já abertos e verticalização efetiva do centro.

Outro fato que exerceu força decisiva no impulsionamento deste processo construtivo, foi a implantação da COHAB-CP, que começa também a ter responsabilidade neste processo a partir de 1967, assumindo neste ano 51% no total das novas residências em Campinas, em conjuntos habitacionais que se localizavam em áreas também vazias e distantes das regiões já infra-estruturadas, repetindo-se novamente o fator especulativo nessas áreas.

Neste quadro de dinamismo das construções, a COHAB-CP vem intensificar este processo, assumindo seu enraizamento nos terrenos mais baratos e, portanto, longe das áreas infra-estruturadas e que acarreta um aumento ainda maior nos comprometimentos dos gastos públicos.

O mecanismo nessa época consistia na compra de glebas sem melhoramentos. A valorização de infra-estrutura envolvia intervenção pública e/ou partilhamento com os próprios futuros mutuários, isto é, ou o custo final era acrescido do valor financiado ou ele era absorvido pelo setor público.

É, portanto, possível visualizar já no início da década de 60, a definição de algumas zonas nobres, com a abertura de vias capazes de suportar um adensamento populacional, juntamente com a necessidade de novos investimentos no centro como o fornecimento de água, luz, esgoto, telefones, etc., alargamento de ruas, viadutos, vias expressas para adaptação ao maior fluxo de veículos e serviços e comércio a essa população "mais rica" que muda para a cidade com a industrialização dos anos 50. A verticalização do centro da cidade pela construção de prédios dá a cidade um novo perfil, justamente como meio para adequar-se aos padrões de vida e consumo que nasce com a década de 50.

Esse quadro urbano é decorrente em boa parte da demanda crescente de novas áreas residenciais, propiciando uma urbanização sem controle no município - o loteamento legal e clandestino - que proliferam nos últimos anos, criando baixo nível de salubridade e conforto que, somado ao grande assentamento humano em áreas de submoradias, constituem fatores geradores de uma Pseudo-Urbanização.

Com a Reforma Tributária em 1966, e a conseqüente maior disposição de recursos para o município e o início do milagre econômico, Campinas passou por uma fase de construções novas como o

Paço Municipal, Hospital Municipal, Estação Rodoviária, vias expressas Norte-Sul, Aquidabã, Suleste, duplicação de outras avenidas e dotação de infra-estrutura aos conjuntos habitacionais que se iniciam também nessa época.

Nesta fase ocorre também liberação de recursos pelo Sistema Financeiro da Habitação para construções destinadas à população de média e alta renda, estimulando-se a concentração da população nas áreas "mais nobres" e no Centro Urbano, através de construção de edifícios, principalmente.

No final dos anos 60 e início dos 70, houve um intenso "boom" na cidade da construção civil, dado pelas construções da COHAB, as obras públicas citadas e as construções residenciais financiadas pelo SFH, adicionando-se a esses fatores o crescimento econômico que gerou novas instalações industriais, comerciais e de serviços. Paralelamente a essa nova feição urbana de novos e sofisticados bairros e novos centros de comércio e serviço para atender essa população, vem por comprometer o orçamento da prefeitura, o aumento (menor) mais ocupação da periferia cada vez mais distante, ampliando-se as diferenças sociais na cidade e surgindo uma população heterogênea houve comprometimento (orçamento) apenas após 1975.

Esse "boom" na construção civil pode ser observado na tabela I a seguir para os anos de 1969 até 1976, quando a partir daí, esse ímpeto esmoreceu, ao mesmo tempo em que o crescimento econômico se desacelerava, tornando cada vez mais escassos os recursos repassados ao município.

Concomitantemente, o espaço urbano sofria a ação dos dois processos decorrentes da ação especulativa do capital imobiliário, já citados, a "verticalização" e a "horizontalização".

O primeiro teve grande impulso na década de 70, com a construção de novos prédios, devido a dois fatores principais: o abundante financiamento pelo SFH para esse tipo de construção destinada as classes mais altas e relativa diminuição de novas frentes de expansão fruto tanto da nova dinâmica ocupacional mas também após 1979 da menor expansão da área urbana devido as limitações da Lei Lehmann (*).

(*) Segundo o disposto na Lei, ficou disciplinado a abertura de loteamentos, exigindo que se destinasse parcelas da área para praça e uso institucional, e obrigando que o loteador leve infra-estrutura ao local. Juntamente com a desaceleração econômica, essa lei afetou a parcelização do solo.

Para se ter um parâmetro dessa intensificação, em 1975 a construção de prédios representou 15,4% do total das construções de novas moradias, enquanto em 1979 essa percentagem foi para 49,2%, chegando em 1981 a 61%.

Como consequência, tem-se então visualizado no mapa de densidade demográfica, elaborado em 1982, com base no censo do FIBGE, que Campinas apresenta predominância de densidade nas faixas de 01 a 05 habitantes/ha e 51 a 150 habitantes/ha. Apenas a área central e outra periférica localizada a oeste do município, apresentaram densidades de 150 habitantes/ha, o que nos permite concluir que a eficácia marginal do investimento público diminuiu, uma vez que o custo para atender à áreas com baixa densidade se mantém, enquanto a população efetivamente atendida diminui.

Essa última consequência é potencializada pela existência na área urbana de barreiras físicas tais como fazendas que circundam o município, impedindo o parcelamento do solo. Além disso, contribuem ainda para a queda da eficácia do investimento público e presença de grandes áreas institucionais (militares e fazendas de pesquisa), que perfazem 21.164.779,00 m², além de 12.273.228,12 m² de praças e parques, áreas de topografia pouco favorável à urbanização, vias de penetração, ferrovias, córregos e rios e o próprio limite do município (observar o mapa 04 de barreiras físicas). Ilustrando, tanto a baixa densidade populacional, e sua tendência, o quadro VI a seguir, relaciona o crescimento urbano à área efetivamente ocupada e ilustra, basicamente, que para os anos de 1968/78 e 80, a evolução da área efetivamente ocupada (quarteirões com mais de 50% de ocupação).

QUADRO VI

CAMPINAS: RELAÇÃO ENTRE A ÁREA DE CRESCIMENTO URBANO E A ÁREA EFETIVAMENTE OCUPADA (M²)

ANO	CRESCIMENTO URBANO	ÁREA EFETIVAMENTE OCUPADA	% DE ÁREA OCUPADA
1968	110.129.000	43.262.000	40%
1978	152.392.000	79.598.000	52%
1980	172.876.400	95.338.000	55%

FONTE: SEPLAN

ELABORAÇÃO: SEPLAN/DEPLAN

A tendência revelada por esses dados foi no sentido do aumento da ocupação, que passa de 40% em 1968 para 55% em 1980. Além disso, o crescimento total da área urbana foi menor do que o crescimento populacional nos respectivos períodos, conforme visto no quadro V, já apresentado atrás. Assim, como processo geral, podemos assinalar a intensa valorização imobiliária que acompanhou o crescimento da cidade.

Esse processo caracterizou-se ainda por transformação no mecanismo de comercialização da terra urbana, com a predominância na incorporação (lançamento de conjuntos habitacionais e edifícios) possibilitada pela ação da COHAB e do SFH respectivamente. Não mais se especulava apenas com a venda de lotes recém abertos, mas implantava simultaneamente a ocupação do solo. A forma de ocupação gerou custos desnecessários (proveniente da infra-estrutura), assumidos por toda a sociedade, reforçando a tendência à queda da eficácia marginal do investimento público, gerando porém, benefícios apropriados privadamente sob a forma de diferenciais de valor da terra (2).

Nesse enfoque, vale fazer um parêntese, para caracterizar a Região Sudoeste como destaque no processo de atendimento a habitação da população de baixa renda. Localizada entre as rodovias Anhanguera e Bandeirantes e por linha férrea da FEPASA ela merece atenção por ter se transformado, como já dito, em uma zona de ocupação com sub-habitação. Isto ocorreu pela conjunção de vários fatores dentre eles o baixo custo da terra sem condições de rentabilidade agrícola. Situa-se entre duas rodovias, não bloqueou a sua expansão, pelo contrário, pode ter representado até um estímulo a ocupação mais pobre.

Nessa região se encontram além dos loteamentos populares, inúmeros conjuntos habitacionais oficiais, implantados pela COHAB-CP e várias favelas. Nessa área se encontra a maior concentração de áreas ocupadas por favelas, sendo que nesse setor da cidade, como mostra o censo de 1980, residia cerca de 1/3 da população da cidade.

(2) Extraído do Diagnóstico Social, 1985, SEPLAN - PMC.

Entretanto, essas áreas são os piores espaços para loteamentos, devido sua topografia muito acidentada, sempre com declividade acentuada, brejos, fundos de vales e córregos.

É sabido que a forma de ocupação que vem se dando nesta região é espontânea, desordenada, entregues a especulação imobiliária e ao impacto das obras projetadas ou em execução. Dessa situação emergiram a ocupação descontínua e a baixa densidade, gerando consequentemente altos custos por habitante no provimento de equipamentos e serviços públicos, o que reforça novamente a queda da eficácia marginal do investimento público local.

Retomando a questão de ter se formado no município áreas com características distintas, vale citar que a partir da década de 60, foram introduzidas pelo poder público, várias restrições e regulamentações ao uso e parcelamento do solo com destaque para o tamanho do lote mínimo (300 m^2), o que provocou a ocupação de áreas inviáveis para urbanização, porém com preços acessíveis à população de baixa renda e elevado custo social de assentamento.

Subtraindo-se a área de crescimento urbano ($172.876.400 \text{ m}^2$) em 1980, da área total do Z.E.U. ($227.749.920 \text{ m}^2$), obtém-se a área ainda a urbanizar (implantação de loteamentos, sistema viário, equipamentos públicos, etc.), que corresponde a um espaço de $54.873.520 \text{ m}^2$. Se for mantida a média anual de crescimento urbano dos últimos 12 anos - $5.228.950 \text{ m}^2$ - estimativa feita pela Seplan, a ocupação da área do Z.E.U. estaria completa em 1990.

Isso significa que não seria necessária uma ampliação imediata do Z.E.U. Entretanto, dado o processo especulativo de valorização da terra, pode-se prever um aumento das pressões para ampliação do Z.E.U. antes daquele prazo, dada que a contenção do perímetro urbano tende a elevar o preço da terra.

Finalmente, é importante que o crescimento urbano - abertura de novos loteamentos não significa sua ocupação efetiva. Apesar de dados insuficientes, observa-se que a área efetivamente ocupada cresceu em média $7.870.000 \text{ m}^2$ entre 1978 e 1980, valor este que corresponde a mais de duas vezes a taxa anual de ocupação verificada durante o período de 1968 a 1978 que foi $3.633.600 \text{ m}^2 \text{ aa.}$ (*)

(*)A ocupação do solo foi regulamentada por legislação específica (Lei 1993/59) constante do título B do Código de Obras de Urbanismo, posteriormente modificada em função das diretrizes de ocupação do espaço urbano dado o crescimento e desenvolvimento da cidade.

É interessante, neste contexto, um parênteses para destacar que as zonas de uso destinadas a construção residencial singular perfazem um total de 67.585.275,60 m², o que corresponde a uma percentagem de 29,67% em relação a Z.E.U..

Concluindo pode ser avaliado que as áreas de sub-habitações encontram-se disseminadas, os loteamentos se desenvolvem em zonas sem serviços, onde o valor do solo ainda é relativamente baixo, por outro lado permanecem congeladas muitas áreas de melhores condições urbanas, são as "reservas" para os bons negócios imobiliários que aguardam maior "valorização".

Este fator de especulação imobiliária do capital, influi na oferta por moradias para a população mais pobre, decorrente do fato destes valores imobiliários serem um desdobramento da estruturação do espaço urbano originada pelo sistema econômico vigente, como pudemos perceber. O uso, ocupação e parcelamento do solo urbano são determinados pelo jogo da oferta e procura de terreno e edificações pela população.

Ainda ocorre situações diversas que contribuem para diferenciar os preços e a aprovação da renda em parcelas diferentes do espaço urbano: o monopólio da terra, o aumento da população e necessidade crescente de habitação, adicionado ao agravante da queda na abertura de novas terras (Lei Lehmann), a consolidação de vazios infra-estrurados e o incremento do capital fixo ao espaço urbano (aquilo que se incorpora à terra como infra-estrutura e construções diversificadas), o que acarreta, por fim, o aumento do preço da terra (Pasternak Taschner, 1982, pg. 76).

O valor da terra determinado pelo interesse do capital imobiliário, é portanto, o elemento que induz e condiciona o tipo de uso e ocupação do solo, bem como a própria ocupação deste, por intermédio de zoneamento pré-estabelecido, influenciando diretamente no valor médio da terra.

Como forma de se obter uma noção sobre o que esses valores representam, a Seplan realizou um trabalho em 1982, onde foram considerados os valores da terra somente quanto ao aspecto referente a habitação unifamiliar donde pelas faixas alocadas às variantes do

preço da terra, percebe-se que as terras mais baratas, são as escolhidas para a construção de conjuntos habitacionais e instalação de indústrias, ao passo que, as áreas mais centrais são as mais caras e onde há maior adensamento da população. A especulação do capital imobiliário se centra nas áreas onde já houve provimento de infra-estrutura, gerando assim altos preços para essas terras e também para aluguéis, deixando como opção à população de baixa renda se instalar na periferia, onde as terras têm baixos preços, por serem normalmente áreas improdutivas e carentes de infra-estrutura básica e serviços e de comércio.

Os valores diferentes são determinados conforme o potencial construtivo. Assim, áreas inicialmente destinadas a ocupação unifamiliar terão menor taxa de ocupação e, portanto, mais baixo preço. A COHAB comprando posteriormente terras nestas áreas e construindo conjuntos de prédios, determina para a mesma altas densidades demográficas transformando a feição anteriormente estabelecida, exigindo maiores investimentos em vias públicas para movimento, não raro com necessidades de desapropriações para alargamento ou investimentos maiores na racionalização do transporte, portanto mais uma atividade que contribui para a queda da eficiência marginal do investimento.

Em resumo, uma fonte de geração espontânea de gastos é a concentração populacional provocados por esses conjuntos em áreas destinadas pelo zoneamento inicialmente à habitação simples (casas térreas). A construção de prédios aumenta a população no local e exige reformas no abastecimento de água, luz, esgoto, vias de transportes, etc.

A especulação imobiliária, traduziu-se na formação de bairros afastados da malha urbana, com pequena densidade demográfica, onde o preço da terra é mais baixo, deixando no seu rastro enormes vazios, como já dito. Esse efeito afeta negativamente o orçamento público devido a altos custos no pavimento de infra-estrutura e serviços ou investimentos complementares, causando conseqüentemente um aumento nos preços do terreno.

Mais uma questão surge, então quanto a atuação do poder público, ineficiente na provisão de uma política habitacional, usando como justificativa o fato de ter havido uma queda na receita municipal de 1965 a 1980, o que não ocorreu na realidade, muito pelo contrário, houve um aumento real per capita de 20% na receita efetiva, se-

guido por uma queda durante o período, entretanto perfazendo em 1980 uma receita superior em 6% a do ano de 1965.

Ainda frente a essa discussão da ocupação habitacional do solo, vale uma análise destacada aos "conjuntos habitacionais" que surgem como uma das alternativas para a população de baixa renda. O órgão responsável por essas construções, em Campinas, é a COHAB-CP com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas e capitais privados. É executiva, não defini políticas ou normas gerais, contudo, sua ação efetiva, pelo seu peso, permite configurar a verdadeira intervenção municipal nessa área.

Apesar da Prefeitura possuir o controle acionário da COHAB, os interesses empresariais urbanos (construtoras, incorporadoras e capitais imobiliários em geral) têm poder de voto nas decisões tomadas, poder esse negado ao legislativo municipal (órgão que aprova o plano de expansão da cidade). Essa forma de organização e privatização das decisões públicas, tem reflexos importantes para a valorização da terra urbana.

Assim, por decisão micro-econômica, a COHAB adquire terrenos "o mais barato possível", o que implica em adquirir glebas não infra-estruturadas e portanto fora da malha viária. Como a COHAB faz de imediato a ocupação da área, ela arca com a implantação da infra-estrutura com custos repassados aos mutuários (via prestações) ou aos contribuintes em geral (via gastos da prefeitura financiados por impostos). Com isso, ela valoriza "pari-passu" as glebas que circundam os conjuntos, aumentando a necessidade de gastos públicos e "gerando" ela própria a valorização dos espaços vazios.

Assim, tudo se centra ao redor dos interesses do capital imobiliário que determina a instalação das indústrias ao redor da cidade como meio de valorização dos lotes vizinhos, através da infra-estrutura provida pelo poder público, como também, pela ocupação efetiva destas áreas.

No entanto, ao se proceder desta forma, a ocupação da periferia deixa em seu rastro grandes vazios urbanos, distantes da malha urbana, encarecendo os custos de infra-estrutura e comprometendo

os gastos da prefeitura neste sentido. Outro fator que exerceu força decisiva impulsionadora deste processo de ocupação da periferia foi a atuação da COHAB que começa a ter peso considerável neste processo construtivo a partir da segunda metade da década de 60 e, ao mesmo tempo, geradora de altos custos para o orçamento municipal.

Além disso, são essas áreas com predominância de baixa densidade populacional, como já visto, que acarretam uma baixa eficácia marginal do investimento público, pois o custo para atender essas áreas se mantém enquanto a população efetivamente atendida no município diminui. Essa última consequência é potencializada ainda pelo fato de existirem barreiras físicas que circundam o município impedindo o parcelamento do solo.

Portanto, conclui-se que o uso, a ocupação e o parcelamento do solo são determinados pelo jogo da oferta e procura de terreno e edificações pela população, que por sua vez estão manipulados pelos interesses do capital imobiliário e castrados pelo desinteresse do poder público em solucionar o problema.

III - POLÍTICA E ATUAÇÃO COHAB-CP

1. Caracterização da COHAB

A COHAB-CP construiu conjuntos habitacionais completos, representados pelas unidades habitacionais e toda a infra-estrutura urbana, ou seja, distribuição de água, coleta e destinação de esgotos, galerias de águas pluviais, guias e sarjetas, pavimentação de ruas internas e acessos. A rede elétrica e de iluminação pública construída pela CPFL, está presente na totalidade dos conjuntos habitacionais construídos. Em alguns conjuntos foram construídos equipamentos comunitários (creches, escolas, centros comerciais, sistema de lazer e centros sociais, etc). A construção desses equipamentos, na maioria das vezes, é executada após a entrega do conjunto e é acessorizado e financiado pela Prefeitura Municipal de Campinas.

O número de unidades dos conjuntos difere de acordo com a gleba destinada para implantação. A área adquirida pela COHAB é sempre utilizada de maneira que seja possível a construção do maior número de unidades, respeitando as áreas previstas para via de acesso e circulação, além dos recursos de cada unidade e o sistema de lazer. Essa política é adotada para assegurar a valorização e o retorno, e baratear os custos de futuros loteamentos. O lote também possui variação do seu tamanho, uma vez que depende da implantação feita para cada caso. A área mínima no entanto é de 125 m² por lote. Em Campinas, a COHAB-CP desde sua fundação até hoje tem centrado esforços nos vários tipos de arranjos habitacionais tanto na construção de prédios de apartamentos, como em sua grande maioria nas moradias individuais para famílias. Através de sua política de atuação, foi alcançado até o ano em que estamos, 19 conjuntos, entre casas, apartamentos e PROFILURB, este último representando um programa de financiamento de lotes urbanizados pelo BNH e localizado perto do Distrito Industrial.

Os conjuntos habitacionais de Campinas, estão localizados em um primeiro momento, em vazios urbanos, ou encostados no perímetro urbano, aproveitando a existência de infra-estrutura nas proximidades.

Os conjuntos de maior porte foram construídos, em locais afastados, onde o custo da terra era menor, mas que demandavam maiores ônus à Prefeitura na execução da infra-estrutura. Esta estratégia como foi dito, deveria acarretar redução no custo final da habitação, mas por outro lado onerava a Prefeitura. Os pedidos

de financiamento para infra-estrutura passaram a ser retidos no BNH, considerando o endividamento da P.M.C. Não é exagero falar que a RD 55/80, do BNH, que tratado repasse do valor referente à instalação da infra-estrutura, aos mutuários, é uma decorrência do agravamento da situação financeira das prefeituras de um modo geral, mesmo assim, percebe-se que a atuação da COHAB-CP escapa ao controle dos órgãos locais, não se submetendo às diretrizes do planejamento urbano. Esse repasse foi aplicado na entrega dos conjuntos habitacionais Padre Anchieta e Distrito Industrial I.

A COHAB-CP passou a construir conjuntos em áreas adjacentes aos conjuntos mais afastados, aproveitando o investimento já aplicado em infra-estrutura, em compensação enfrenta o problema da valorização dessas glebas, em decorrência dos melhoramentos que ela mesma promoveu.

A somatória de conjuntos adjacentes formou aglomerados de grande porte, construídos sem planejamento global, o que se traduz em alguns problemas de natureza global físico e urbanística, principalmente no tocante a vias e equipamentos comunitários, que eram pensados para os conjuntos como partes, mas não em função do aglomerado agora construído. Como agravamento, estas áreas poderiam ser disputadas e ocupadas por outros agentes e empresas privadas, que trabalhando numa faixa de renda mais alta, têm condições de pagar maiores preços pelo terreno (no caso de agentes do BNH temos o INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas).

A COHAB-CP passou a atuar, portanto, de maneira diferente: os grandes conjuntos passaram a ser construídos em etapas. Para colocar esta estratégia em prática, a COHAB-CP reivindicou e conseguiu junto ao BNH a criação de uma linha de financiamento para estocagem de glebas e a obtenção de 2% do custo do empreendimento a título de financiamento para projetos. Esse processo foi concretizado na região do Distrito Industrial, onde hoje estão concluídos os DIC I, DIC II, DIC III, IV e V.

No entanto, a COHAB-CP continua seus trabalhos de acordo com os interesses do BNH, executando os programas por ele aprovados e liberados, de maneira como é feito na maioria das COHABs em todo o Brasil.

É interessante notar a experiência da COHAB no campo da contratação e execução de obras. Por determinação do BNH, as empreiteiras vencedoras da concorrência têm direito a uma parcela de 30% do valor do contrato a título de adiantamento para compra de materiais. Esse fato atraiu construtoras que entravam na con

corrência com baixos preços, mas que por vezes já se encontravam em dificuldades financeiras e não conseguiam executar a obra pelo preço da concorrência. Várias delas quebraram, precisando a COHAB-CP assumir o controle das obras, por administração direta.

Estas experiências levaram o BNH a retirar esse adiantamento e as concorrências públicas, hoje, são ganhos pelas firmas que apresentam os preços próximos à média tirado entre todos os preços propostos e o orçamento apresentado pela COHAB-CP.

2. Quadro Geral para o período 60-85.

Para se ter uma idéia geral da participação efetiva que representou a COHAB-CP desde sua implantação inserida na situação da moradia no município, alguns pontos fundamentais devem ser analisados brevemente como, o déficit habitacional, as favelas, os cortiços, as autoconstruções para Campinas ao longo dessas três, décadas (60/70/80).

Observando-se o quadro abaixo, visualiza-se, para o período de 1968 a 1983, as edificações residenciais de Campinas segundo a forma de construção para baixo e médio níveis de renda.

QUADRO VII

Forma de Construção	Habitações Construídas	%Total
. Habitação Econômica (autoconstrução)	14.448	31,73
. Conjuntos COHAB	15.908	34,94
. INOCOOP	12.916	28,37
. Conjuntos (mercado médio)	2.252	4,94
TOTAL	45.524	100,00

FONTE: SEPLAN/DEPLAN - 1983.

A autoconstrução tornou-se muito difundida entre a população de baixa renda, principalmente a segregada dos conjuntos habitacionais, por estas construções estarem, aos poucos, se direcionando a uma população acima de 3 s.m.

Este quadro apresenta os contornos do déficit de moradia em Campinas e a insuficiência das iniciativas que visam sua solução, o que vem por justificar o proposto de ampliação da atuação da Prefeitura no setor da habitação, insuficiência esta que atingiu parcela significativa da população observada pelo processo de

produção de moradia autoconstruída, dada sua abrangência e dinamismo.

Alguns pontos fundamentais foram levantados para tentar solucionar tais obstáculos, entre eles:

- a reorientação da política habitacional do município, que priorizava determinados projetos em detrimento de serviços que poderiam ser prestados a sociedade, considerando o fato de que a Prefeitura não tem destinado recursos suficientes para a moradia popular, tendo como agravante que os recursos públicos se concentravam no Governo Federal e muito pouco retornava ao município para obras sociais. Não explica, no entanto, a pouca efetividade da atuação do poder público, pois na verdade, como já anteriormente observado, o município apresentou um crescimento real na sua receita orçamentária, decorrente da Reforma Tributária de 1966, no período de 1965 a 1980.

- a decisão política em apoiar a iniciativa popular de produção e melhoria da moradia, subsidiando recursos, orientando tecnicamente a construção, facilitando a aquisição de materiais de construção, etc.

- a democratização das decisões referentes à moradia da população de baixa renda, via organizações representativas, na definição dos programas habitacionais a ela dirigidas, atuando no controle e na fiscalização de sua execução.

A evolução da situação habitacional na cidade, constitui uma demonstração dos desequilíbrios na cidade, concluindo que diante do exposto, os problemas sociais são mais políticos do que técnicos. É comum a Administração Municipal intervir com soluções habitacionais em zonas sem planejamento e sem serviços, no entanto, perdendo de vista os verdadeiros objetivos do trabalho.

Não só em Campinas, mas tratando-se do país como um todo, observou-se nas últimas décadas, o rebaixamento do nível de renda produzido pela recessão econômica, a especulação com a terra, e a falência da política oficial da habitação popular; que neste contexto, ampliaram as carências habitacionais e agravaram as condições de moradia popular a um determinado camada social que tem se voltado às chamadas habitações sub-normais, destacando-se as favelas que perfazem 9.633 famílias, aproximadamente 38.000 sub-habitações localizados em 43 loteamentos periféricos sem infraestrutura e às margens de correios poluídos e sujeitos a enchentes.

Para se ter idéia do problema, o Sistema Financeiro da Habitação estimava em 1969 um déficit habitacional de 14.124 moradias. Além disso, em 1971, a população favelada (3.090 pessoas) ocuparam 600 barracos e representavam menos de 1% da população urbana. Assustadoramente, em 1980, Campinas depara-se com 44.815 pessoas que representava, então, 8% da população urbano. Esse número manteve-se estagnado de 1980 a 1986, perfazendo 48.550 favelados.

Diante disso, apenas 16.550 residências foram construídas até 1983, deixando ainda, 50.000 famílias sem moradia, fazendo atentar novamente aos dados de sub-habitações e favelas considerados para a cidade.

Notado o fato de na última década ter se estabilizado o número de favelados, não permite concluir que o problema da sub-habitação esteja sendo melhor resolvido. Segundo pesquisa recente da Secretaria Municipal da Promoção Social, 38% dos atuais favelados, haviam tido, anteriormente, melhor condições de moradia no município, mostrando ainda que 61% da população cortiçada residiam em cortiços a menos de 1 ano, embora 46% dela residisse em Campinas a mais de 7 anos. Atribui-se ao fato, também, a diminuição absoluta do número de migrantes que vinham para Campinas, optando por se instalarem em dormitórios vizinhos.

Consequentemente nota-se diante dos fatos reais que, a população em condições precárias de moradia não é a migrada recentemente, pelo contrário, é parcela da população que residia anteriormente no município tendo sido afetada pela grave crise econômica que assola também a cidade.

Frente a este quadro, houve pouca expressividade da oferta planejada pela COHAB-CP para os dois últimos anos (6.322 moradias). Novamente não tinha em vista a população de baixa renda (1 até 3 s.m.); voltando-se para a população dos estratos mais altos (acima 3 s.m), gerando, portanto, como alternativa a favelização e o cortiçamento para a população migrante e a população local empobrecida pela crise econômica.

3. A atuação efetiva da COHAB-CP.

A evolução da situação habitacional na cidade constitui a mais clara demonstração dos desequilíbrios do crescimento recente. Para se ter uma idéia, vem ocorrendo nas últimas décadas, um aumento crescente no déficit de moradias, decorrente principalmente do intenso processo de urbanização. Mesmo com a criação de instrumentos institucionais para fazer frente ao problema, como: BNH

e o SFH, o problema da moradia vem se acentuando. A título de antecipação, citamos os dados contidos no P.P.D.I., de 1969 que revelavam existir em Campinas, 9.185 famílias carentes, necessitando de moradia, sendo que nessa mesma época haviam 4.939 pessoas inscritas na COHAB esperando por uma casa própria. Considerando para este mesmo ano que a população total de Campinas perfazia 356.224 habitantes, o déficit habitacional era de 14.124 moradias, ou, segundo a própria pesquisa, a 18,5% do total de domicílios rescenceados no ano de 1970. Considerando uma relação de 4,39 habitante/domicílio, redunda que este déficit, se atendido, abrigaria por volta de 62.000 pessoas.

Cabe ressaltar que a partir da década de 1960, a questão habitacional foi se acentuando, levando os municípios a uma maior concentração populacional.

Para essa demanda crescente de moradias, em 1964 havia sido implantado dentro da política nacional para o setor a COHAB-CP (agente promotor do BNH para o "mercado popular", por sua vez, vinculada ao S.F.H. e financiada pela Caixa Econômica Federal), sua atuação, no entanto, por esses rápidos traços deixou muito a desejar. Para entender esse fracasso, faz-se interessante, uma breve exposição histórica da política de atuação do BNH e da proposta inicial da COHAB-CP.

O Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (S.F.H) foram criados tendo em vista os objetivos sociais da política habitacional brasileira, visando os problemas da habitação decorrentes do crescente déficit causado pelo crescimento urbano. Esse "sistema", enfatizava a importância da propriedade da casa própria como mercadoria, a fim de desestimular a organização popular e favorecer o capital financeiro, construtores e especuladores imobiliários. No entanto, essa política não teve sustentação técnica e social para dar enfrentamento ao rápido crescimento das instalações urbanas da população carente sem moradia, causando desequilíbrios sociais. O que tudo indica, é que o novo regime, com o golpe de 1964, queria dar provas de que era capaz de atacar problemas sociais, optando o Estado, então, pela solução do problema da habitação, além da atividade de construção civil; representar um impulso acelerador da atividade de outras indústrias e ao mesmo tempo, absorvedora de mão-de-obra.

A atuação do BNH, colocou-se num paradoxo, pois ao emprestar dinheiro a agentes executores de programas habitacionais (habitações de baixa renda), também começou a transferir recursos

a empresas de construção, ou seja, recursos financeiros para moradia de classe média. A ocorrência deste fato, pode ser visualizada se, considerando que até o final de 1975, o BNH havia aplicado 66,7 bilhões de cruzeiros no conjunto de seus programas, e segundo informações do próprio Banco, um total de 15,8 bilhões de cruzeiros, que representa 68% do orçamento destinado a população de baixa renda, foi gasta em financiamento de programas habitacionais de cooperativas privadas de classe média, a institutos privados de previdência social e em fundos creditícios militares. Os recursos realmente aplicados em programas habitacionais destinados a famílias com renda entre 1 a 5 salários mínimos, não superaram 9% do total de investimentos do BNH. Em 1975, esta situação chega ao auge, quando então, a quantia destinada à habitação de baixa renda, representou apenas 3% do orçamento total dos investimentos do BNH para aquele ano, destinados a atender aproximadamente 80% da população brasileira que correspondia à população de baixa renda.

Passados 9 anos, em 1984, o BNH reajusta a casa própria em 191,5%, passando o salário mínimo a ser reajustado em 170,4%, tornando quase impossível para os trabalhadores pagarem suas prestações.

Como explicar, no entanto, que ao inverso do que se podia esperar, a fila de compradores de casa do BNH, continuava crescendo, e ao mesmo tempo, o Banco retinha um estoque de mais de 200.000 unidades residenciais empatados? Examinando essas moradias, constata-se a dificuldade que enfrenta a população de baixa renda em adquiri-las. Do total das unidades em estoque, 190.000 habitações atendiam uma faixa de 5 a 8 salários mínimos, a outra restante, atendia a faixa entre 10 a 15 salários mínimos.

Referentemente à distribuição da renda por chefes de família, a Secretaria da Promoção Social da P.M.C. através de pesquisa, constatou que em 1981, a renda estava alocada respectivamente:

- de 1 até 2 s.m. correspondiam a 69,12%,
- de 2 até 4 s.m. - a 11,83%, e
- de 4 a mais - a 0,83%

Percebe-se por este quadro, que as unidades serviriam a apenas pequena parte da população, que em 1981, representava somente 0,83% do total da população.

Ainda diante desta situação, segundo o próprio BNH, de 1964 a 1984, as habitações financiadas pelo SFH para o mercado po

pular (de 1 a 3 s.m. até 1974, passando a 1 a 5 s.m. a partir de 1975) somavam pouco mais de 1 milhão, sendo que cerca de 700 mil foram direcionados à faixa mais alta da população, ou seja, de 3 a 5 s.m. Isto significa que esta foi a parte que coube às "camadas populares" nos 20 anos de BNH, sabendo-se que cerca de 2/3 dos trabalhadores receberam até 3 s.m., o que representava ainda, 78% da PEA brasileira, concluimos que este Banco não solucionou (nem chegou perto de solucionar) as disparidades da situação populacional no contexto da estruturação urbana.

Ao contrário nota-se o desinteresse em direcionar recursos a esta população de baixa renda.

O BNH sempre atuou por intermédio de agentes, entre eles as COHAB ligadas aos poderes públicos municipais. Seus programas gerais, bem como seus projetos específicos de construção, somente entravam em ação. Para efeito de atuação, os projetos das COHABs, tinham as prefeituras locais como financiadoras do ônus da urbanização do terreno, compreendendo acesso, arruamento, colocação de meio-fio e rede de água e esgoto e algumas vezes como doadora do terreno quando este não era adquirido a preços de mercado. O BNH custeava no geral a compra do terreno, a instalação da rede de água e esgoto, via empréstimos às prefeituras e a construção das moradias via repasses às COHABs e pagas pelos mutuários.

O BNH atua, através das COHABs, os seguintes programas, a saber: COHAB, FICAM, PROFILURB, FINC, FINEC, ESPES e TREINAT (3).

Especificamente, para a COHAB-CP, sua clientela compõe-se da população com renda entre 1 a 10 s.m. A população de renda média e alta, tem sua demanda atendida por cooperativas e iniciativa privada.

(3) COHABs: é um programa para financiamento da aquisição de habitações.

FICAM: programa de financiamento da construção, ampliação ou melhoria da habitação.

PROFILURB: programa de financiamento de lotes urbanizados.

FINC: dividido em FIGIP: financiamento para urbanização ligado a água e esgoto, e FIEGE: abertura de ruas e pavimentação.

FINEC: é programa de financiamento de equipamento comunitário de conjuntos habitacionais, dividido em FIEP (destinado a construção de creches, escolas, etc) e FIEPAR (equipamentos comerciais).

ESPES: é programa de estudos e pesquisas.

TREINAT: é programa de treinamentos e assistência técnica.

A atuação da COHAB-CP, seguir muito de perto o desempenho a nível nacional e pode ser melhor entendida quando dividida em três fases, como no quadro VIII abaixo:

QUADRO VIII - Brasil

UNIDADES FINANCIADAS PARA O MERCADO POPULAR*
E POR DIFERENTES PERÍODOS

Anos	Unidades	%
1964-1969	178.227	17,7
1970-1974	76.746	7,7
1975-1980	749.911	74,6
TOTAL	1.004.884	100,0

FONTE: BNH - Departamento de Planejamento e Coordenação (Dplan).
Rio, 1981.

* Conjuntos COHABs, e residências construídas diretamente pelo BNH para população de baixa renda.

As fases: Implantação e Expansão (1964/1969)
Esvaziamento e Crise (1970/1974)
Restauração (1975/1980)

A nível geral, os dados apresentados acima, sugerem a partir de 1964, uma possível associação entre maiores investimentos em habitação popular e períodos em que o governo procura maior respaldo popular, através da Política Nacional de Habitação Popular.

No âmbito da COHAB-CP, o primeiro conjunto habitacional implantado em 1966. Desde então, e até 1969, a Companhia teve uma atuação tão intensa a nível municipal, quanto à sua conduta a nível nacional.

QUADRO IX - UNIDADES FINANCIADAS PARA O MERCADO POPULAR - COHAB-CP

Períodos	Unidades	%
1965/1969	3.353	18,8
1970/1974	4.094	22,9
1975/1980	4.586	11,2
1981/1984	4.570	40,2
1985/1986	1.224	6,9
TOTAL	17.827	100,0

FONTE: COHAB-CP - 1983 - Diagnóstico de Campinas, 1983.

A parte final dos anos 60 e a metade inicial dos 70, foi palco de um intenso "boom" local da construção civil, que no conjunto foi decorrente da ação da COHAB, as obras públicas mencionadas anteriormente, tanto obras destinadas ao lazer, obras voltadas ao comércio, abertura e construção de estradas e vias, e inclusive provimento de infra-estrutura aos conjuntos habitacionais, e por fim, as construções residenciais financiadas pelo SFH, além de novas instalações industriais, comerciais e de serviços, devido a aceleração econômica.

Nesta mesma época, a expansão dos loteamentos pela periferia, aonde os terrenos são mais baratos, e portanto, aonde se concentram os conjuntos habitacionais, a COHAB-CP representou um fator importante na cidade como impulsionador da expansão da área ocupada. De 1967 a 1970, a COHAB-CP foi responsável por 51% do total das novas residências singulares na cidade.

Nessa mesma época, houve uma grande liberação de recursos pelo SFH para a construção destinada à população de médias e altas rendas, o que gerou conseqüentemente, o adensamento e verticalização no centro da cidade, Cambuí, Guanabara e Botafogo principalmente e a implantação e expansão de áreas nobres, com residências destinadas às altas classes. São os bairros Nova Campinas, Jardim Flamboyant, Paineiras, etc.

Ainda para o período compreendido entre 1970 e 1975, deduz-se dos dados gerais e das informações de Campinas, um período de esvaziamento e crise. Aí, o ímpeto construtor arrefeceria e, diante disto, a COHAB-CP tenta reduzir o custo final das construções, tentando adquirir terrenos mais baratos, cujo limite da incidência no valor do custo total do empreendimento, foi fixado em

10% pelo BNH. Assim, os conjuntos de maior porte foram construídos em locais mais afastados onde o custo da terra era menor, porém, de mandavam maiores ônus à Prefeitura no provimento de infra-estrutura. Estas, com suas capacidades de endividamento limitadas, não pu deram representar uma saída global para o problema.

Portanto, por força do estrangulamento do programa, a COHAB-CP passa a construir conjuntos em áreas adjacentes nos con juntos mais afastados, aproveitando o investimento já aplicado em infra-estrutura, no entanto, enfrentando ainda o problema da va lorização dessas glebas geradas pelos próprios melhoramentos que ela mesma promoveu.

A somatória de conjuntos adjacentes formou aglomerados de grande porte, acarretando alguns outros problemas de natureza global física e urbanística, ainda, podendo estas áreas correrem o risco de serem disputadas e ocupadas por outros agentes e empresas privadas, que trabalhando em uma faixa de renda mais alta, tenham condições de pagarem maiores preços pelo terreno. Esta fase, conhe cida como período da "distensão política", é marcada pela derro ta do regime das eleições de 1974, começando aí a se tornar repre sentativas as organizações populares e as exigências por melho res condições de vida.

A política de atuação da COHAB-CP, neste período, passou então, a se centrar na construção dos grandes conjuntos em etapas, e para que isto fosse viável, a COHAB-CP reivindicou e conseguiu junto ao BNH a criação de uma linha de financiamento para estoca gem de glebas e a obtenção de 2% do custo do empreendimento a tí tulo de financiamento para projetos, concretizando alguns projetos na Região do Distrito Industrial, onde se encontram concluídos os DIC I e DIC II.

Portanto, esta fase reflete uma perda do dinamismo da fa se anterior, mostrando-se não só em Campinas, como em todo o país, uma queda na produção de moradias para metade da etapa anterior.

Ainda neste período, a responsabilidade das COHABs aumen ta com a transformação do BNH de autarquia à empresa pública, pas sando a atuar em articulação com agentes que repassam os créditos por eles concedidos e se responsabilizam pelas operações realiza das, tendo como consequência uma intensificação de investimentos no mercado médio, o qual permanece ativo até hoje.

No quadro a seguir se tem uma idéia global para o perío do estudado (1964 a 1983) das unidades residenciais financiadas pe lo S.F.H.

QUADRO X - UNIDADES RESIDENCIAIS FINANCIADAS PELO S.F.H - 1964 a 1983

Clientela	Unidades Financiadas	%
Mercado Popular 1	16.550	57,6
Mercado Econ. 2	9.916	34,5
Mercado Médio 3	2.252	7,9
TOTAL	28.718	100,0

FONTE: PMC (1) Conjunto COHAB
 (2) INOCOOP
 (3) BNH

Segundo a Seplan, na 1ª metade dos anos 70 (período agora em análise), o intenso "boom" que assitiu a construção civil, traduziu-se especificamente nos mercados econômicos e médio, cuja atuação fica mais marcante.

Para se ter um parâmetro de comparação entre as construções COHAB-CP e as construções efetivamente ocorridos em Campinas pós 1965, percebe-se pelo quadr o XI, a seguir , que as construções autorizadas para o período foram de aproximadamente 15.000 unidades, enquanto que deste local, a COHAB-CP participava com 1/5 das construções. No entanto, desde 65 até 69, a construção civil manteve-se estável sem grandes altos e baixos. Em 1964, início do Regime Militar, haveria um estímulo á construção civil, como conseqüência de reformas adotadas pelo governo, dentre elas, a criação do BNH. Este, no entanto, acabou financiando estradas, mansões e operações de grande porte, em vez de construir casas para operários ou população de baixa renda, notando-se uma inversão de sua função.

Outro fator marcante, em 1964/1966, foi a economia se encontrar em fase recessiva; decorrendo deste fato, as construções se mantiveram estagnadas. Apenas a partir de 1968, a economia começa a se recuperar no âmbito geral, iniciando-se uma fase de crescimento das construções para Campinas, particularmente, com um dos elementos marcantes, o estímulo às construções através do BNH.

No período posterior, de 70 a 74, quando a construção civil assistiu a um auge, 24.247 construções autorizadas para Campinas, conforme o quadro XI, a COHAB-CP, participou com 4.094 construções (ver quadro construções COHAB-CP). Sendo um período onde se dá O Milagre Econômico, advém do II PND um ímpeto impulsionador da

QUADRO XI

EVOLUÇÃO DA ÁREA LICENCIADA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS - EM UNIDADES
1968 À 1987

A N O	U N I D A D E
1968	5.137
1969	4.368
1970	4.853
1971	4.026
1972	4.365
1973	5.416
1974	5.587
1975	5.220
1976	6.677
1977	5.321
1978	4.256
1979	5.062
1980	5.085
1981	4.055
1982	4.548
1983	5.635
1984	3.526
1985	2.959
1986	5.771
1987	2.859

FCNTE: DU - PMC

**ÁREA (EM M2) DAS CONSTRUÇÕES PARTICULARES AUTORIZADAS NO PERÍODO DE
JANEIRO DE 1954 À DEZEMBRO DE 1983**

ANO	ÁREAS EM M2	AUMENTO PERCENTUAL
1954	250.803,99	5,90 %
1955	274.637,75	9,50 %
1956	272.960,10	(-) 0,61 %
1957	241.063,77	(-) 13,23 %
1958	287.455,98	19,24 %
1959	258.326,62	(-) 11,27 %
1960	319.262,88	23,58 %
1961	288.406,47	(-) 10,69 %
1962	363.039,34	25,87 %
1963	365.169,20	0,58 %
1964	416.414,09	14,03 %
1965	298.012,64	(-) 39,73 %
1966	427.411,50	43,42 %
1967	433.031,62	1,31 %
1968	417.515,97	(-) 3,71 %
1969	514.749,43	23,28 %
1970	484.989,69	(-) 6,13 %
1971	387.548,69	(-) 25,14 %
1972	575.852,23	48,58 %
1973	861.486,66	49,60 %
1974	1.049.105,11	21,78 %
1975	840.956,87	(-) 19,84 %
1976	1.150.628,61	36,82 %
1977	988.333,15	(-) 14,10 %
1978	795.486,54	(-) 19,51 %
1979	1.031.403,24	29,66 %
1980	1.355.822,09	31,45 %
1981	1.145.304,38	(-) 15,53 %
1982	1.093.771,33	(-) 4,50 %
1983	918.092,51	(-) 16,06 %

FCNTE: DU - PMC

economia, tendo indústria da construção civil como um dos sustentáculos. Vê-se pelo quadro XII (Construções Particulares em m²), que o ano de 1970 apresentou uma duplicação de m² construídos para o ano imediatamente anterior: 984.989,69 em 1970, e 514.749,43 para 1969, chegando em 1974 com um incremento de 1.049.105,00 m².

Entretanto, diante desta situação, uma outra e mais dramática vem se contrapor, criando um paradoxo no município: a favelização. Apesar das primeiras análises datarem dos anos 50, foi somente na década de 60 que o assunto se firmou como objeto de reflexão, pois começam a aparecer as primeiras favelas na cidade, decorrentes de fatores, já discutidos e que não se deve deixar de se ter em mente, se se quer entender este processo, que são: a migração, o desemprego e a especulação imobiliária, gerando diminuição da qualidade de vida da população mais pobre. Ademais foi também significativa o desvio dos recursos para construções destinadas à população de médio e alto porte.

Por outro lado, o processo de favelização, é marcado por invasões de terras com apropriação de vazios urbanos, construindo-se assim, um novo problema de conteúdo legal na ocupação do solo. Assim, as famílias de mais baixa renda, ocupam desordenadamente áreas públicas e privadas, já inseridas na malha urbana e quase sempre próximas a equipamentos sociais e servidas de infraestrutura básica.

A população favelada começava, então, a crescer num ritmo mais intenso do que o próprio crescimento da população (citar os números. Para isso incluir estas taxas no quadro XII), mostra o quadro XII abaixo, observado ano a ano juntamente com o quadro do crescimento populacional.

Em 1971, a população favelada, representava 0,9% da população urbana com 3.090 habitantes.

QUADRO XII - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO FAVELADA - 1971/1981

ANO	Nº DE BARRACOS	ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO	Δ%
1971	600	3.090	-
1972	1.000	5.150	66,0
1973	1.359	6.998	35,9
1974	1.770	9.115	30,3
1975	2.089	10.758	18,1
1976	2.759	14.208	32,1
1977	4.391	22.613	59,2
1978	() A Contagem de Barracos não foi efetuada		
1979	8.092	41.673	84,3
1980	8.700	44.815	7,5
**1981	9.200	47.380	5,7
1985	9.576	48.263	1,9
1986	9.633	48.550	0,6

FONTE: PMC - Secretaria da Promoção Social

** Estimativa

Características gerais deste fechamento, são, entre outras, o comprometimento do nível de vida, sendo afetado diretamente pelo nível de emprego e renda; a especulação que sofreu a terra, restando como alternativa para a população de baixa renda, a periferia e a proliferação das favelas; o processo de urbanização gerou inclusive crescente demanda por serviços e equipamentos, notando-se aí o aumento dos custos ao orçamento financeiro da administração municipal em atendê-la, adicionado ao desinteresse pela imediatez em atender a população de baixa renda.

Pressionado pelo problema, foi criado em 1969 pelo Decreto 3484/69, o Serviço de Assistência Habitacional em apoio a Secretaria da Promoção Social, visando o desfavelamento, elaborando e implantando o 1º Plano de Desfavelamento, cuja meta, a médio e longo prazo, era erradicar os núcleos de favelas.

No entanto, o que se percebe em 1970, é a erradicação de apenas 9 favelas perfazendo já em 1972, 32 núcleos de favelas na cidade. Diante do fracasso deste 1º Plano e do aumento do número de barracos na cidade, juntamente com o crescimento das pressões políticas das associações dos moradores de favelas, a Prefeitura passou a atuar com outros objetivos. Dentre eles, é descartada a idéia de se erradicar as favelas e é adotada uma política de atuação nas próprias favelas, com o intuito de se melhorar a vida desses moradores e de torná-los núcleos habitacionais urbanizados. Assim, a partir de 1977/78 foram levados às favelas: luz elétrica domiciliar, torneiras de uso coletivo, coleta de lixo, distribuição de cloro, multirões de limpeza, orientação para construção de fossas, palestras sobre saúde e a atuação de psicólogos empenhados em organizar estas novas comunidades, o que marca então, a mudança na atitude administrativa no tratamento às favelas citadas anteriormente, como política de erradicação das favelas.

Por essa mesma época, na segunda metade dos anos 70, as COHABs retomam o dinamismo perdido entre 1970 à 1974, período denominado de "Restauração" que abrange os anos de 1975 a 1980. Elas passaram a partir de então, a privilegiar as faixas mais altas do mercado popular (3 a 5 s.m.), e para elas dirigiram os financiamentos, alterando a atuação dos primeiros anos do BNH. Agora sua clientela é formada fundamentalmente por operários qualificados e empregados especializados do terciário, e a disputa para conseguir uma casa, passa a ser maior, presenciando-se em algumas COHABs, "o nascimento de uma clientela, caracterizada por práticas de favoritismo e tráfico de influência" (Ramos, Sérgio, 1985 - PUCC).

Nesta fase, a especulação imobiliária trouxe como consequência, aumento dos preços dos imóveis e elevação dos aluguéis, sen-

do os conjuntos COHABs, a saída para os estratos de baixa classe média, e deixando de ter sentido como alternativa viável para a população de baixa renda (de 1 a 3 s.m.).

Esta situação, agrava ainda mais as condições de vida da população no geral, o que acaba induzindo os mais pobres, para as favelas, o cortiço e as autoconstruções nos lotes periféricos.

Cumprir lembrar que além desse agravante, conta-se também com o crescimento populacional de 5,83% a.a. na cidade, maior, portanto, que o do Estado, de 3,48% a.a., no período de 1970 a 1980, marcado por um crescimento populacional urbano próximo a 90% em cada década, desde 1950.

Outro agravante a ser considerado como de suma importância nesse período, foi o início de uma desaceleração econômica no país, que se estagna entre 1977 e 1979, tendo no II PND uma tentativa de se evitar a crise e promover o crescimento acima da desaceleração, visando basicamente o campo econômico, enfatizando paralelamente aos campos político e social principalmente.

Enfim, na década em que estamos vivendo, 1980, três fenômenos compõem o cenário habitacional no município, quais sejam, a disseminação das construções precárias na periferia, a outro chamado "casa de fundos" ou edícula, cuja habitação se dá em um quarto de fundo que abrigaria uma segunda família; e porfim, o crescimento dos cortiços.

O déficit aproximado encontrado em 1983, foi de 48.000 habitações que correspondiam a 206 mil pessoas (38.000 inscritos na fila de espera da COHAB e população favelada estimativa de 10.000 famílias) (PMC - Promoção Social, 1981).

O mais interessante a destacar, para as décadas de 1960/80, são os paradoxos que surgiram, decorrentes do fato de que a construção civil, ao mesmo tempo que experimenta um incremento e implanta uma nova política habitacional, via BNH, amplia o déficit habitacional, o que significa que o crescimento econômico intenso foi acompanhado por uma concentração da renda, agravada na questão habitacional na forma de especulação imobiliária que dificulta o acesso à moradia, fazendo com que houvesse, para o início da década, um relativo empobrecimento da população, cujas evidências mostram-se na queda da qualidade de vida, favelização crescente, aumento das construções precárias na periferia e pela especulação imobiliária sem controle.

Em 1980/81, existiam em Campinas, cerca de 80 loteamentos carentes, onde 43 situavam-se à beira de córregos, áreas alagadiças e sujeitas a constantes enchentes, que no entanto, abrigavam uma população de 167.015 pessoa em condições precárias.

Esses loteamentos carentes estão divididos por Administração Regional em Campinas, conforme mostra o quadro a seguir:

QUADRO XIII - LOTEAMENTO/ÁREA/POPULAÇÃO POR AR (1981)

AR	NÚMERO DE LOTEAMENTOS	ÁREA (M ²)	POPULAÇÃO ESTIMADA
03	03	668.799	10.332
04	03	776.568	12.430
07	23	8.834.069	82.633
09	04	610.725	9.443
10	03	801.478	13.357
11	02	135.270	1.932
12	05	2.446.819	36.888
TOTAL	43	14.273.728	167.015

FONTE: DU (Departamento de Urbanização) - PMC

(*) POPULAÇÃO = Área total de lotes ÷ Área Média dos lotes de cada loteamento x 5 habitantes por lote.

Considerando que o crescimento da população favelada em alguns momentos se mostrou bem mais intenso do que o próprio crescimento da população, na última década a população total de Campinas aumentou 2 vezes, enquanto que a população favelada sofreu um incremento de sete vezes, podendo-se visualizar a expansão das favelas no espaço urbano pelo mapa das favelas.

A população favelada era, em 1980, de cerca de 47.000 pessoas, representando 8% da população urbana. Considerando-se ainda os cortiços e os loteamentos precários, temos que cerca de 1/3 da população urbana de Campinas vivia, em 1980, em habitações precárias.

Sendo Campinas uma cidade que possui significativo volume de assalariados de baixa renda, a questão do déficit se torna preocupante para as autoridades municipais, pois fica a responsabilidade ao poder público em subsidiar habitações ou produzi-las através de programas sociais; no entanto, o que veio ocorrendo ao longo desses anos foi, por um lado a ineficácia dos programas propostos pelo BNH, e por outro, a crise que afetou diretamente a população mais necessitada.

Alguns dados levantados pela Promoção Social, em pesquisa no ano de 1981, mostra que a habitação resulta da síntese de uma situação de empobrecimento geral, onde as migrações, o desemprego e a especulação imobiliária (preço da terra e aluguéis) funcionam

como parâmetros gerais. Constata-se que cerca de 38% dos moradores da favela, neste ano, tiveram anteriormente condições de moradia melhor na cidade.

Outro indício da deteriorização das condições de vida da população mais pobre, é a situação das famílias cortiçadas, revelando que 46% das famílias entrevistadas moravam no município, entre 7 a 10 anos, e 20% entre 1 a 3 anos, constatando-se que 61% das famílias cortiçadas residiam nestas condições há menos de um ano, embora cerca de 46% residissem no município há mais de 7 anos.

Emerge por essa época da pesquisa, uma intensificação das pressões feitas pelas organizações dos favelados, visando melhorias no atendimento à população carente e lutas pelo direito à terra.

Tendo em vista dar atendimento a tais demandas, a Prefeitura cria e implanta o FUNDAP (Fundo de Apoio à Sub-Habitação Urbana) pela Lei 4985/80, que prevê recursos, tanto para a realização de melhorias físicas, como para a compra de materiais para construção de casas de alvenaria, entretanto, até agora o FUNDAP financiou apenas os núcleos Parque D. Pedro II, Guararapes, Flamboyant e Jardim Campos Elíseos.

Como os núcleos de favelas normalmente se instalam em praças e terrenos do município, disvirtuando a utilização inicial de lazer para o qual foram previstas, em 1981 foi votada a Lei 5079/81, conhecida como "Lei da Terra", que faculta à Prefeitura a concessão do direito real de uso de áreas patrimoniais do município, para se colocar em curso um programa de urbanização mais ampla.

Em 1981, também é realizado em Campinas, o I Seminário Nacional de Favelas, que contava com a participação de favelados, políticos e técnicos da área de habitação, por conclusões de real necessidade de atuação da Prefeitura. A partir de então, definiu-se a moradia como direito básico e prioritário, levar além de casas, equipamentos comunitários e serviços urbanos às favelas; a permanência das favelas nos locais em que já se encontravam implantadas, excessão feita nos casos em que as limitações reais impostas não permitiram a permanência, como exemplo, a topografia, brejos, fundos de vale com córregos não canalizados, áreas alagadiças.

Cumprе destacar alguns pontos relevantes da atuação desta, na solução do problema dos núcleos de favelas. Desde 1982, começou-se a processar esforços mais organizados para urbanização das favelas, tanto pela Administração Municipal, como pelas Associação

ciações de Moradores. É só a partir de 1983, que toma forma efetiva a atuação da prefeitura, com a criação de um setor mais dinâmico e mais diretamente envolvido com tais problemas.

O órgão criado - Gerência de Urbanização de Favelas - foi constituído por elementos de cada um dos setores envolvidos nesse processo de urbanização, entre eles a Secretaria da Promoção Social, a Secretaria do Planejamento, a Secretaria dos Negócios Jurídicos, a Secretaria de Obras, COHAB e a SANASA.

Apesar dessa organização, tal processo exigiu um maior dinamismo, e assim, a constituição de um setor próprio, com recursos e técnicos específicos. Sendo assim, em 1984, a Gerência perdeu sua caracterização como grupo intersecretarial e passou a constituir a Superintendência de Urbanização de Favelas, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito. Além das Secretarias ligadas a essa Superintendência, a CPFL e a SANASA atuam no fornecimento de infra-estrutura de energia pública e domiciliar, água e esgoto, respectivamente, além deles, atuou também a COAR - Coordenadoria das Administrações Regionais - responsável pela execução dos trabalhos de terraplanagem, galerias e canalização de córregos.

O processo de urbanização é explicitado no fluxograma anexo, e prevê as distintas etapas, ressaltando-se a importância da participação comunitária nesse processo.

3.1. Metas e Resultados

A meta estabelecida pela Administração Municipal, em 1983, foi de abranger os 84 núcleos de favelas existentes no município, que atingiriam cerca de 12.000 famílias ou 60.000 pessoas, conforme quadro XIV abaixo, que somado às construções precárias na periferia e cortiços, perfaziam um déficit aproximado de 49.650 habitações, o equivalente a 255.000 pessoas carentes.

QUADRO - XIV
Relação população/município/população favelado

Ano	População Município	População Favelada	% População Favelada Sobre Popul. Município
1971	375.864	2.931	0,78
1981	664.356	44.777	6,74
1985	885.143	60.000	6,77

FCNTE: SEPLAN - PMC.

No entanto, houve a impossibilidade de atingir tais metas apenas com o orçamento municipal, e tentou-se captar recursos na esfera estadual e federal. Frente à tal insuficiência de recursos orçamentários, alguns convênios foram assinados, quais sejam:

- Convênio firmado com a Caixa Econômica Federal, cujas verbas seriam destinadas à realização de obras de infra-estrutura (em 68 favelas);

- Convênio com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional;

- C.D.H - Projeto João de Barro, para a construção de casas de alvenaria.

Cabe ressaltar, que tais recursos, apenas recentemente começaram a ser colocadas à disposição do município, o que fez com que a Prefeitura financiasse integralmente as obras até o momento (1987) concluídas e em andamento (1988), as quais, vêm enumeradas a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Nº Favelas</u>
Títulos já concedidos	19
Títulos que serão concedidos (em estudo)	25
Projeto de Urbanização já elaboradas	45
Rede de Iluminação:	
concluídas	13
em execução	1
Canalização de Córregos	
concluídas	2
em execução	2
Construção de moradias (90% alvenaria):	
concluídas	6
em execução	11
Redes de Água e Esgoto	
concluídas	12
em execução	4
Obras de Abertura de Ruas	
concluídas	14
em execução	2
Obras de galerias e drenagem	
concluídas	8
em execução	3
Obras de Terraplanagem	
concluídas	13
em execução	4

Para esta década, assusta a pouca efetividade do poder público para enfrentar o problema, no entanto, é importante deixar-se saber que o papel das COHABs foi amplamente discutido na política habitacional da Nova República (1985).

O discurso feito no último Encontro Nacional de COHABs (XXXV) no ano de 1985, pelo, até então prefeito paulistano, Mário Covas, sobre a questão habitacional e urbana, retratou a importância que se apercebia a atuação das COHABs como instrumento decisivo a esta questão.

"As COHABs e entidades públicas assemelhadas são instrumentos básicos para o poder público atingir seus objetivos sociais na área da habitação, apesar dos erros que podem ter havido na sua trajetória. O fato é que uma quarta parte das moradias financiadas pelo BNH, em vinte anos, foram construídos pelas COHABs... E delas a nação muito mais espera, pois nos tempos da nova república as exigências dos brasileiros não cessarão de crescer".

Para se ter idéia da atuação da COHAB-CP, na década, por volta de 1981, foi pouco decisivo os programas habitacionais (COHAB) voltada às populações que auferiam rendimentos abaixo de 3 (três) salários mínimos. Muitas experiências de projetos foram abandonados pela COHAB, nesse período, como consequência dos altos custos da terra.

Para se ter alguma referência das construções de moradia, até 1983 havia uma "fila permanente" que contava com 50.000 pessoas inscritas, sendo 22.000 chamadas para atendimento, contando com mais de 18.000 construções no município entre casas e apartamentos.

O que ocorreu nesta fase da COHAB, foi a perda da dinâmica das construções pelo fechamento do BNH, pelo fato deste Banco não ter exercido sua real função como financiador da casa própria. Junto a isto, o evento do Plano Cruzado, que acarretou um aumento da construção civil, deixou como única opção pela COHAB, terminar as construções que já haviam sido começadas.

Nesses últimos anos, os recursos do S.F.H. foram escassos, se esgotando, passando a COHAB, como única alternativa para obtenção de financiamentos, a atuar por meio de projetos que são enviados a iniciativa privada (empreeiteiras) que exercem a função de tomadores de dinheiro diretamente do Banco.

Essa resolução de paralisação de fundos para habitação ou infra-estrutura, foi estabelecida de acordo com D.L. 1469/87, como uma das metas exigidas pelo FMI.

Hoje a COHAB-CP continua seus trabalhos de acordo com os interesses do BNH, executando os programas por ele aprovados e liberados, como é feito pela maioria das COHABs em todo Brasil.

Para se ter uma idéia mais concreta da atuação da COHAB-CP, vem descrito a seguir uma relação dos Conjuntos Habitacionais construídos em Campinas de 1980, inclusive a programação de Obras em 1987 e 1988 visando atender o número de inscritos na "fila". (VER MAPA 7).

<u>Nome</u>	<u>Nº Unidades</u>	<u>Ano de Entrega</u>
Santana 2ª etapa	104	1980
Padre Anchieta	2492	1980
Padre Anchieta (aptos)	1072	1981
Profilurb - DIC I	506	1981
Distrito Industrial I	535	1981
Dr. Antonio Mendonça de Barros - DIC II	433	1981
DIC I e DIC II (aptos)	912	1982
Padre Manoel da Nóbrega	480	1982
Rui Novaes - DIC III	632	1984
Lech Walesa - DIC IV	318	1985
Lech Walesa - DIC IV (aptos)	532	1985
Parque Itajaí	554	1986

- Obras Programadas -

1987	Nome	Nº Unidades	Espécie
	DIC V - 1ª etapa	443	casas
		480	aptos
	Parque Itajaí - 2ª etapa	281	casas
		200	aptos
	DIC V - 2ª etapa	455	casas
	C.Tancredo Neves	64	aptos
	C.H. Costa e Silva	96	aptos
	DIC V - 3ª etapa	408	aptos
1988			
	DIC V - 4ª etapa	497	casas
	DIC V - 5ª etapa	74	casas
		232	aptos
	DIC VI - 1ª etapa	414	casas
		136	aptos

DIC VI - 2ª etapa	299	casas
	256	aptos
C.H. Padre M. Nóbrega	100	casas
Parque Itajaí - 3ª etapa	247	casas
	200	aptos
DIC VI - 3ª etapa	371	casas
	216	aptos
DIC VI - 4ª etapa	204	casas
	104	aptos
Parque Itajaí - 4ª etapa	305	casas
	240	aptos

Em resumo, para o ano de 1987, foi projetado um total de 2427 unidades habitacionais e para 1988, 3895 unidades. Porém, para esse último ano, a estimativa seria a de entregar até dezembro, apenas 3500 unidades habitacionais.

No geral, as construções autorizadas para o município, tiveram uma dinâmica seguindo os moldes dos anos anteriores. No entanto, percebe-se pelo quadro que para os anos de 1984 e 1985 houve um significativo declínio no espaço urbano construído, ou seja, para o ano de 1985, cai pela metade o ímpeto da construção civil, talvez pela mudança de governo autoritário para um governo democrático que acarreta em readaptações, e efetivamente pelo fato de se ter presenciado o fechamento do BNH, cessando recursos para a habitação (segundo exposto na tese de Ulisses Semeghini).

Embora isso tivesse ocorrido, em 1986 e 1987, a indústria da construção civil retoma sua atividade, voltando o volume de construções ao patamar anterior.

Para a década, as construções no geral perfaziam, portanto, um total de 34.438 unidades, enquanto que a COHAB-CP representou neste montante a quarta parte, ou o que significa a construção de 8.390 unidades, concluindo-se diante disto, que a COHAB teve uma percentagem importante no total das construções para o município, o que não quer dizer que tenha atendido a população carente, ou de baixa renda (1 a 5 s.m.) como se propunha inicialmente.

Para finalizar, um último fator que se pode obstrair de nossa análise, e que a ação do capital construtor encontrando barreiras para abrir novas frentes de expansão, mudou de ênfase, ganhando ímpeto a construção de prédios de apartamentos que desde o início da década de 70 já se fazia perceber, alcançando em 1981

cerca de 61% da construção de novas moradias. Isto foi então chamado de "verticalização" e em grande parte este processo foi viável pelas mudanças nas leis de zoneamento, já parte de discussão anterior (Ulisses Semeghini).

Resumindo, pode-se extrair alguns tópicos principais que vêm nas últimas décadas, mudando o perfil do município; retirados do diagnóstico social da Prefeitura Municipal de Campinas.

. Tendência de Metropolização

O município de Campinas e seu entorno, formado por Sumaré, Cosmópolis, Jaguariúna, Valinhos, Indaiatuba, Nova Odessa e Monte Mór, definem um território com características que sugerem a formação de uma área Metropolitana, na qual Campinas evidenciase como pólo articulador dessa tendência.

Pode-se caracterizar essa tendência com alguns elementos marcantes, quais sejam, um elevado contingente populacional, que apresenta taxas de crescimento médio anual na década 1970/80 na ordem de 6,6%, uma integração econômica e social e a interdependência de relações de importância na área.

Campinas tornou-se uma das regiões sócio-econômicas mais importantes do E.S.P., apresentando uma articulação forte nas relações inter-industriais, comerciais e de serviços, além de estar ocorrendo uma tendência de conurbação urbana que se manifesta principalmente entre Campinas, Sumaré e Campinas e Valinhos.

Portanto, a cidade ainda vem manifestando sua função como pólo perceptível desde o processo de industrialização, decorrente de fatores que se destacam pelo dinamismo industrial do município, dada a presença da grande indústria, principalmente dos ramos de metal-mecânico e químico de grande importância, pois essas indústrias geram um elevado número de empregos. Outro destaque para a região, foi a expressividade com que veio se desenvolvendo a atividade comercial, exercendo forte influência sobre os municípios vizinhos, ainda concentrando atividades de serviço, destacando-se o setor financeiro e o de serviços especializados de modo geral (saúde, educação - universidades, informática, transportes, etc.), a concentração de serviços educacionais de nível médio profissionalizante, especialmente nas áreas de química, eletrônica e informática, além do ensino universitário - PUCC e UNICAMP, tendo por esse motivo se consolidado na cidade um centro de pesquisas diversificada e de importância nacional. A formação, nos últimos anos, de um centro de tecnologia de ponta poderá, ainda, reforçar e re

qualificar a função do pólo regional, destacando a importância da implantação da CIATEC - Centro de Indústrias e de Apoio a Tecnologia de Campinas, cuja função é a de articular os serviços e setores de tecnologia avançada já existentes, funcionando como fator de atração de novas atividades nessa área.

. Crescimento Populacional

No que diz respeito ao crescimento da população de Campinas, pode-se observar que tem sido um dos mais intensos do E.S.P nas últimas décadas, atribuindo o incremento da população (para o período 1950/80) à migração e ao crescimento vegetativo. Subtrai-se do gráfico anteriormente apresentado, que o crescimento médio anual para a década de 50 foi de 5,01%, passando na década de 60 para 5,65% e para 5,86% para o período 1970/80.

Entretanto, os principais componentes do crescimento são os fluxos migratórios, sendo que Campinas e sub-região configuram o maior pólo de migrantes de todo o Estado depois da grande São Paulo, e aproximadamente 65% do crescimento populacional registrado no município na última década, ocorreu devido à migração. (Diagnóstico Sócio-Econômico-PMC).

Este fato deveu-se à tendência da relativa diminuição do fluxo migratório para a Capital, em virtude da queda no crescimento industrial e dos graves problemas de qualidade de vida, causadas pelo gigantismo da metrópole, e à configuração de Campinas e sub-região como maior pólo industrial e urbano do interior, configurando-se como a principal alternativa de atração de migrantes.

. Expansão Urbana

O processo econômico comandada pela industrialização que se consolida a partir da década de 50, adicionado ao incremento populacional ocorrido no município, traz como consequência uma expansão urbana. O espaço urbano sofre uma valorização desmedida e passa, então, a ser reproduzido num ritmo quase sempre superior à necessidade de incorporação de novas áreas para moradia, instalação de atividades econômicas e instalação e ampliação do sistema de infraestrutura urbana, obedecendo a exigências de valorização do capital imobiliário.

É por essa razão que os períodos de maior expansão urbana em Campinas se localizam no período de 1940 a 1953 (182, 89%) e de 1953 a 1962 (110,28%), quando respectivamente, o incremento populacional foi de 94,02% e 73,63%, conforme se observa no quadro a seguir.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E ÁREA URBANA EM CAMPINAS

ANO	CRESCIMENTO DA ÁREA URBANA (m ²)		CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA		RELAÇÃO m ² /habitante (*)
	N.A.	%	N.A.	%	
1940/53	22.532.800	182,89	58.658	94,02	288,
1953/62	38.437.800	110,28	89.036	73,63	348,9
1962/68	36.838.400	50,21	88.557	42,17	368,8
1968/78	42.363.000	38,37	229.622	76,90	288,4
1978/80	20.484.000	13,44	63.362	11,98	292,2

FONTE: PMC - SEPLAN, 1983.

A tendência se inverte a partir de 1968, quando então o crescimento da população supera o crescimento da área urbana, embora nota-se que para os últimos 12 anos, o crescimento é expressivo, pois incorporam-se à área urbana, cerca de 5.228.950 m² em média por ano.

Um ponto a ser destacado sobre a expansão urbana no município é a forma como o espaço urbano foi aproveitado, sendo que grande parte dessas áreas permanecem até hoje ociosas como reserva de valor, aproximadamente 50% da área loteada.

Essa expansão reflete-se ainda num processo denominado "horizontalização" ou o chamado crescimento por expansão da periferia, que vem carretando um descontrolado ônus (custos da urbanização ao poder público e indiretamente a toda a sociedade, na medida em que a responsabilidade em prover uma infra-estrutura urbana (rede de água e esgoto, iluminação, transporte, escolas, creches, etc) a essas áreas cada vez mais distantes recai sobre o orçamento do município, além de ter que atravessar enormes vazios urbanos gerados por essa expansão para atender populações rarefeitas.

Por fim, o provimento de infra-estrutura urbana, juntamente com a localização de conjuntos habitacionais, têm funcionando como elementos alimentadores do circuito de valorização do capital imobiliário, na medida em que, ao abrirem as fronteiras de urbanização, geram custos desnecessários, que por fim recaem sobre toda a sociedade, e benefícios que são posteriormente apropriados privadamente, sob a forma de diferenciais de valor da terra.

Outro processo que se sobressaiu no município nos últimos anos foi a verticalização, que acarretou custos à prefeitura pa-

ra sustentar a concentração de pessoas vivendo num mesmo espaço urbano, principalmente para atender à população de altas e médias rendas, destacando-se as áreas nobres-Cambuí, Jardim das Paineiras, Flamboyant, Nova Campinas, e ainda, o Centro Urbano.

. Estruturação Urbana

O processo de expansão urbana determina uma estruturação do espaço e uma definição territorial que apresenta algumas tendências e problemas, quais sejam, o vetor de crescimento da cidade rumo a sudoeste, embora também há uma tendência de crescimento do Distrito de Barão Geraldo (norte do município) e da região sudeste, que vem se conurbando com o município de Valinhos; ao bloqueio decorrente da valorização da terra urbana atribui-se à inexistência de outros eixos de crescimento, além disso também pela presença de grandes áreas institucionais (áreas militares e fazendas particulares ainda produtivas), áreas de topografia pouco favorável à urbanização e os próprios limites do município.

A malha urbana é cortada por grandes eixos rodoviários (D. Pedro I, Anhanguera e Bandeirantes), pelo eixo da FEPASA, e vias de penetração (Rodovia Campinas-Paulínia, Campinas-Mogi Mirim, Santos Dumont e Heitor Penteado), e compõem o sistema viário principal da cidade aliados às vias expressas e arteriais.

Campinas apresenta uma estrutura urbana fortemente polarizada pelo centro, onde se localizam predominantemente as atividades do setor terciário, embora possa se notar uma potencial descentralização pela estruturação de pólos secundários (Bonfim, São Bernardo, Vila Industrial, Shopping Center e Supermercados Carrefour e Makro) e pela concentração de atividades em alguns corredores (Av. das Amoreiras, Av. Orozimbo Maia, Av. da Saudade, Rua Abolição, Av. Nsa. Sra. de Fátima, Av. Princesa D'Oeste, Av. Governador Pedro de Toledo, Rua Paula Bueno), bem como pela expansão das atividades terciárias centrais na direção de áreas residenciais de camadas e altas rendas (Cambuí).

Ainda pode-se destacar para o município, outra característica forte da estruturação urbana foi a incorporação das indústrias ao município, e a localização industrial foi indutor dos assentamentos populacionais e da localização de outras atividades econômicas (comércio e serviços), que tem se dado principalmente ao longo dos eixos Anhanguera, Santos Dumont, estrada de Mogi-Mirim, Rodovia D. Pedro I, e recentemente, na área do Distrito Industrial, próximo à via Bandeirantes.

O que talvez se possa concluir é que a localização residencial às redondezas da localização industrial traga benefícios a essa população, analisando pelo lado do conforto e fácil acessibilidade aos locais de trabalho, independentemente da localização da moradia, e ainda a não agressão aos recursos ambientais que exigem proteção (mananciais hídricos, áreas verdes, etc).

. Padrões de Urbanização

No que se refere aos padrões de urbanização, verifica-se um nítido contraste entre as condições observadas na área central e as zonas de urbanização consolidada, com predominância de camadas de renda média e alta, e aquelas que se verificam na periferia da cidade, que acomodam as classes populares.

Desse contraste urbano, vem ocorrendo uma reprodução da periferia, dispersa, subocupada e subequipada, configurando áreas socialmente segregadas, cuja recuperação se torna cada vez mais difícil em termos econômicos e sociais, e essa existência de áreas socialmente segregadas e de baixos padrões de urbanização, convive com sub-aproveitamento de áreas equipadas, dada a desenfreada especulação com o valor e o preço da terra urbana.

Por outro lado, existe na cidade as chamadas "áreas nobres", especialmente a área central, onde experimentam um processo de intensa valorização, e tem como efeito um elevado adensamento, resultante de um intenso processo de verticalização em que pese a possibilidade da saturação do sistema de infra-estrutura urbana e do sistema viário disponível, e a agressão às condições paisagísticas e ambientais.

. Questão Habitacional

Nesta síntese das contradições e problemas gerados pelo desenvolvimento urbano merece destaque a questão da habitação.

Analisando-se as condições de moradia das chamadas classes populares, constata-se a especulação com a terra; o rebaixamento do nível de renda, produzido pela recessão econômica; e a falência da política oficial de habitação popular; ampliaram as carências habitacionais e agravaram as condições de moradia de parcelas consideráveis da população.

As alternativas de moradia daquelas camadas tem se restringido às chamadas formas de habitação subnormais, como as favelas, a autoconstrução em loteamentos periféricos, e os cortiços, localizados em áreas centrais em processo de deteriorização, imprimindo uma feição nova à cidade, dado o dinamismo com que se

reproduzem. Como regra esses tipos de moradia se inserem em áreas de baixo padrão de urbanização sendo que a carência de equipamentos de consumo coletivo (água, esgoto, transportes coletivos, escolas, postos de saúde, etc), funcionam como agravantes das precárias condições habitacionais.

Entretanto, o que se nota é o agravamento do problema habitacional, decorrente da atuação pouco efetiva do poder público por não se dispor de uma política de habitação popular integrada a um plano de desenvolvimento da cidade, e permanecendo intocados problemas como acesso à terra para construção da moradia; segregação espacial das classes de baixa renda na periferia causado pelo baixo custo da terra e dos baixos níveis de acessibilidade a equipamentos de consumo coletivo.

. Qualidade de Vida

O padrão de urbanização mantido por Campinas até o início da década de 70 suportou um padrão de vida urbana elevado partilhado por todos seus habitantes, não obstante, a crise econômica e o crescimento urbano intenso multiplicaram as carências sociais, somado ainda a incapacidade e desinteresse do Poder Público em exercer uma política que fizesse face às demandas crescentes, provocaram uma inversão dessa tendência.

Hoje, os padrões de qualidade de vida urbana elevadas, são privilégio de áreas específicas da cidade e de camadas sociais melhor situadas na escala sócio-econômicas, e a marca do desenvolvimento urbano recente de Campinas e a acentuação da desigualdade social no que tange ao acesso aos benefícios da urbanização, gerando problemas como o agravamento das condições do transporte coletivo, evidenciadas pela deficiência da oferta, acarretando a precariedade de conforto das viagens; altas tarifas; falta de acessibilidade aos bairros, aumento de tempo de viagem nos deslocamentos moradia-trabalho. E ainda, baixos índices de atendimento dos equipamentos urbanos (infra-estrutura urbana e equipamentos sociais), geradas nas áreas periféricas de ocupação recente, especialmente aquela situada além da Rodovia Bandeirantes.

. Intervenção do Poder Público

A intervenção direta da Prefeitura, na forma da produção de equipamentos urbanos e de intervenções urbanas e de maior porte (implantação de conjuntos habitacionais, alteração no sistema de vias e de transportes, etc), quanto a atuação normativa, através de instrumentos como zoneamento, parcelamento, tributação imo

abiliária, necessitam de um plano integrando as diversas atividades e um aparelhamento institucional capaz de garantir a efetividade do processo de planejamento, além de interesse suficiente para direcionar recursos suficientes para essas atividades.

Apesar de se atribuir a culpa à política tributária recessiva, que concentra recursos na esfera federal, reduzindo a capacidade do Poder Público de fazer face às demandas crescentes, é necessário retornar a realidade de que a solução não se encontra nos recursos, já que a Receita Real do município nos últimos anos, não caiu, mas pelo contrário, houve um aumento real nas receitas, e achar a solução na formulação de uma política direcionada a resolver as carências habitacionais e da qualidade de vida da população de baixa renda que vive no município.

Concluindo, com a industrialização pesada, houve na cidade uma urbanização dinâmica (novos serviços e mais sofisticados) e uma diferenciação no tecido social, que se observado, foi acompanhado por uma deteriorização nos padrões médio de vida para grande parcela da população urbana, acentuando-se principalmente na década de 70.

Apesar do crescimento de todos os setores produtivos, foi impossível absorver um aumento populacional, decorrente principalmente do fluxo migratório marcante nas últimas décadas, nos mesmos níveis médios de qualidade de vida anteriormente vigentes. Uma das causas do crescimento da cidade foi a transformação urbana, que permite, por sua vez, identificar com clareza os problemas da habitação na cidade.

A atuação do poder público, abriu espaço aos interesses do capital imobiliário, construtor e loteador desde a década de 30, mas apenas a partir da década de 50, se intensificou a especulação imobiliária, distintamente através de dois processos que caracterizam o crescimento físico da cidade: a verticalização e a horizontalização.

O primeiro está ligado à população de maior renda, cujo peso na cidade é considerável, impondo transformações no sistema viário, viadutos, pontes e vias expressas. A verticalização exige uma destinação de recursos municipais à infra-estrutura de equipamentos e serviços, contudo o poder público se vê incapacitado em atender as necessidades sociais com o comprometimento das finanças municipais.

O segundo processo, e talvez o mais importante, foi responsável pela estruturação de uma periferia carente, com parcelamen-

to do solo em loteamentos distantes da malha urbana já existente, o que acarretou bairros em Campinas, distantes mais de 30 Km do centro, onde se instalam uma população mais pobre, que então, enfrenta problemas de transporte coletivo, habitação e serviços públicos.

Entretanto, este processo é preocupante, na medida em que em seu rastro é deixado enormes vazios na área urbana (uma proporção superior a 50%), além de possibilitar ganhos ao capital especulativo imobiliário, encarecendo o preço dos terrenos das redondezas e gerando altos custos para o provimento dos equipamentos e da infra-estrutura. Deste fato decorre a incapacidade do poder público de conter a deteriorização da qualidade de vida da cidade, apesar da receita real municipal per capita ter crescido após a Reforma Tributária de 1966.

Isso gerou para a cidade (segundo Censo 1980), um aumento no número absoluto de residências sem atendimento das redes de água e esgotos; queda do nível dos serviços de transportes, de educação pública, além do crescimento da violência, da criminalidade e da mendicância, contrastando com o nível de vida da cidade nos anos 60.

Observa-se diante dos fatos, que Campinas veio perdendo o lugar de liderança como a cidade do interior paulista que apresentava os índices mais altos quanto à qualidade de vida da população. Outro importante destaque é a ação da COHAB-CP, que com seu dinamismo foi à frente na expansão da periferia, sendo importante seu papel de direcionador da cidade (concentração na Região Sudeste-DICs, Conjunto Padre Anchieta), se mostrando impulsionador das construções em Campinas, representando desde sua implantação, 1/4 do total das construções habitacionais para Campinas. A implantação de conjuntos habitacionais da COHAB na periferia, acarretou a necessidade de ligação viária (pista dupla para substituir a Anhanguera, duplicação da Santos Dumont), fator que gerou aumento das necessidades à frente do crescimento das receitas.

Uma opção seria deixar de fazer grandes conjuntos e utilizar os terrenos públicos esparsos, remanescentes de desapropriação.

Isso geraria:

1. Vantagens para a população de baixa renda, que poderia se instalar em moradias próximas ao centro, ocupando vazios públicos;

2. Diminuição dos custos de infra-estrutura;

3. Para isso, seria importante que o planejamento da COHAB fosse feito com a participação da Câmara Municipal e da população em geral (em Campinas, as Sociedades Amigos de Bairros têm atuado amplamente nos últimos anos na concepção de projetos de melhorias nos bairros), ou seja, o importante seria controlar os custos das instalações posteriores. A COHAB-CP tentou fazer isso, concentrando suas construções perto de conjuntos já providos de infra-estrutura, como exemplo, o DIC, onde atualmente residem 25.000 pessoas e estima-se que quando terminadas as construções, estarão abrigando cerca de 50.000 pessoas (uma cidade maior que Vinhedo), sendo permitido a construção nos lotes urbanizados (previstos para a segunda fase do Parque Itajaí), módulos pequenos de habitação - as edículas - permitindo a instalação da população de mais baixa renda.

Cumprir destacar para nossa análise, o fator "imposto progressivo", ou seja, lei anti-especuladores. Segundo esta, quem tiver mais de um terreno no perímetro urbano, paga mais impostos. São 108 mil lotes vagos, dos quais 38.200 são de proprietários que possuem apenas um lote. Os 69.800 estão na mão de 9.150 proprietários que pagam imposto progressivo. Mas o fundamental neste peculiar, é que desses 9.150 proprietários, apenas uma minoria é dono de quase todos os lotes que impedem a construção de milhares de moradias: são os especuladores. O então imposto progressivo adotado pela Prefeitura e agora aprovado pela Constituinte, atua no sentido de que os terrenos que têm água, luz, esgoto e asfalto força os acumuladores de terrenos vagos a vendê-los, com o ônus de pagar até 6 vezes o valor do imposto normal.

Numericamente, a coisa funciona de modo que, quem tem mais de um terreno onde há infra-estrutura, paga 7% a mais de imposto sobre cada benfeitoria do segundo terreno no primeiro ano. No segundo ano, 15% por benfeitoria aplicada pela Prefeitura, e assim sucessivamente. A idéia, portanto, é fazer com que o dono do terreno venda-o ou construa nele, dominando a especulação.

Como conclusão geral, notamos que apesar do fim do regime autoritário no país, não tem havido a substituição dos processos tradicionais de administração pública. Com a Constituinte, no entanto, coloca-se a necessidade do desenvolvimento da participação democrática na gestão das cidades, face agora à maior descentralização fiscal e ao aumento de recursos aos municípios, para então, disciplinar o processo especulativo e promover uma ocupação

física mais racional.

Uma outra sugestão, seria descentralizar a aplicação do FGTS, (parte vinculada a origem dos recursos), destinando 60% para aplicação na habitação e 40% para solução dos desníveis inter-municipais e/ou regionais.

Ainda, a Constituição de 1988, em seu capítulo da "Política Urbana", artigo 182, dispõe que "a política de desenvolvimento urbano executado pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixados em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, ... é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificada, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento sob pena de:

I - parcelamento ou edificação compulsórias;

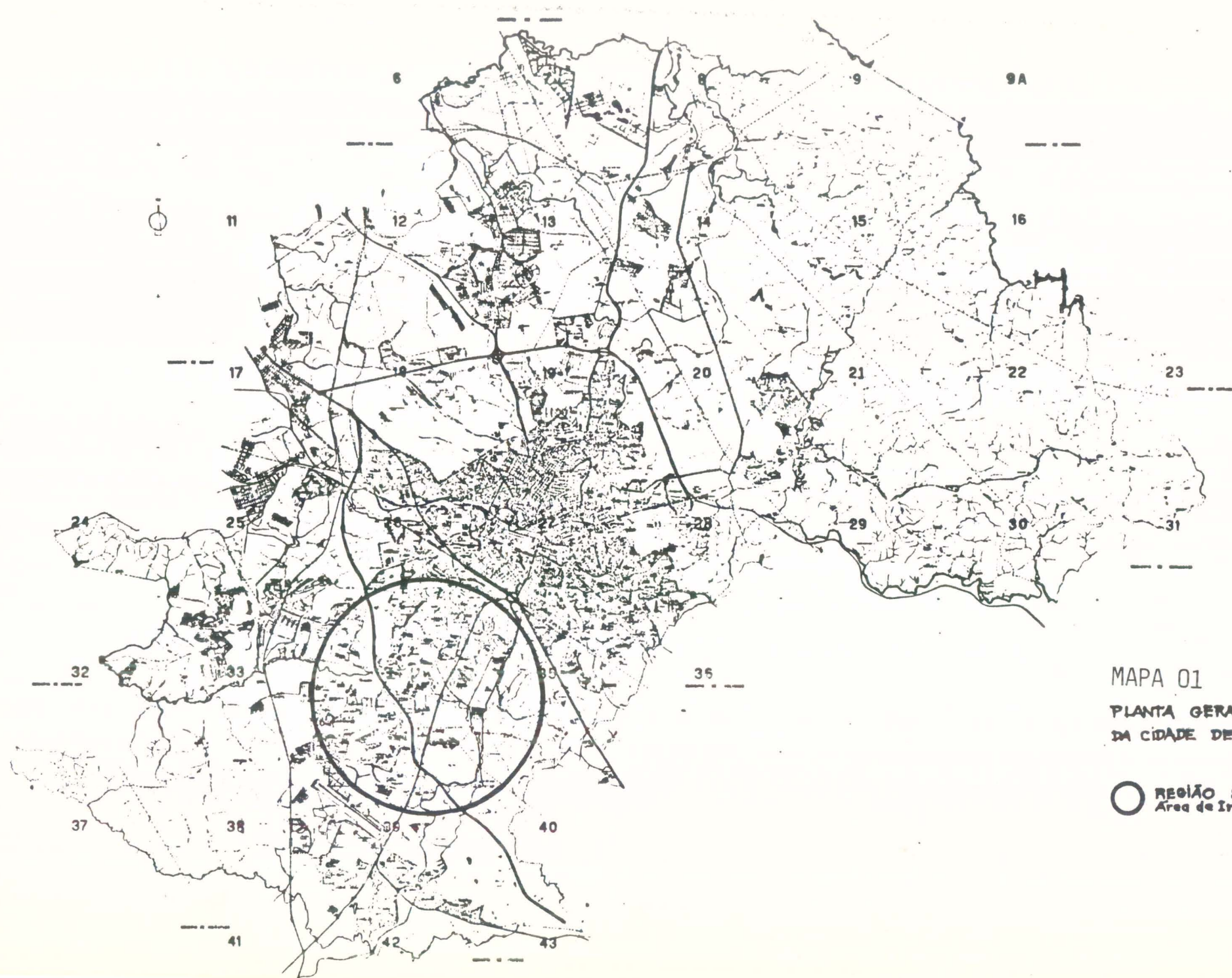
II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas...

Art. 183 - Aquele que possuir como sua, área urbana de até 250 m² por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Surge, portanto, mediante a Nova Constituinte, a tentativa e a preocupação em disciplinar o processo especulativo, e a possibilidade de promover uma ocupação física mais racional e um crescimento da cidade sem muitas distinções sociais.

M A P A S - C A M P I N A S



MAPA 01
PLANTA GERAL
DA CIDADE DE CAMPINAS

○ REGIÃO SUDOESTE
Área de Interesse

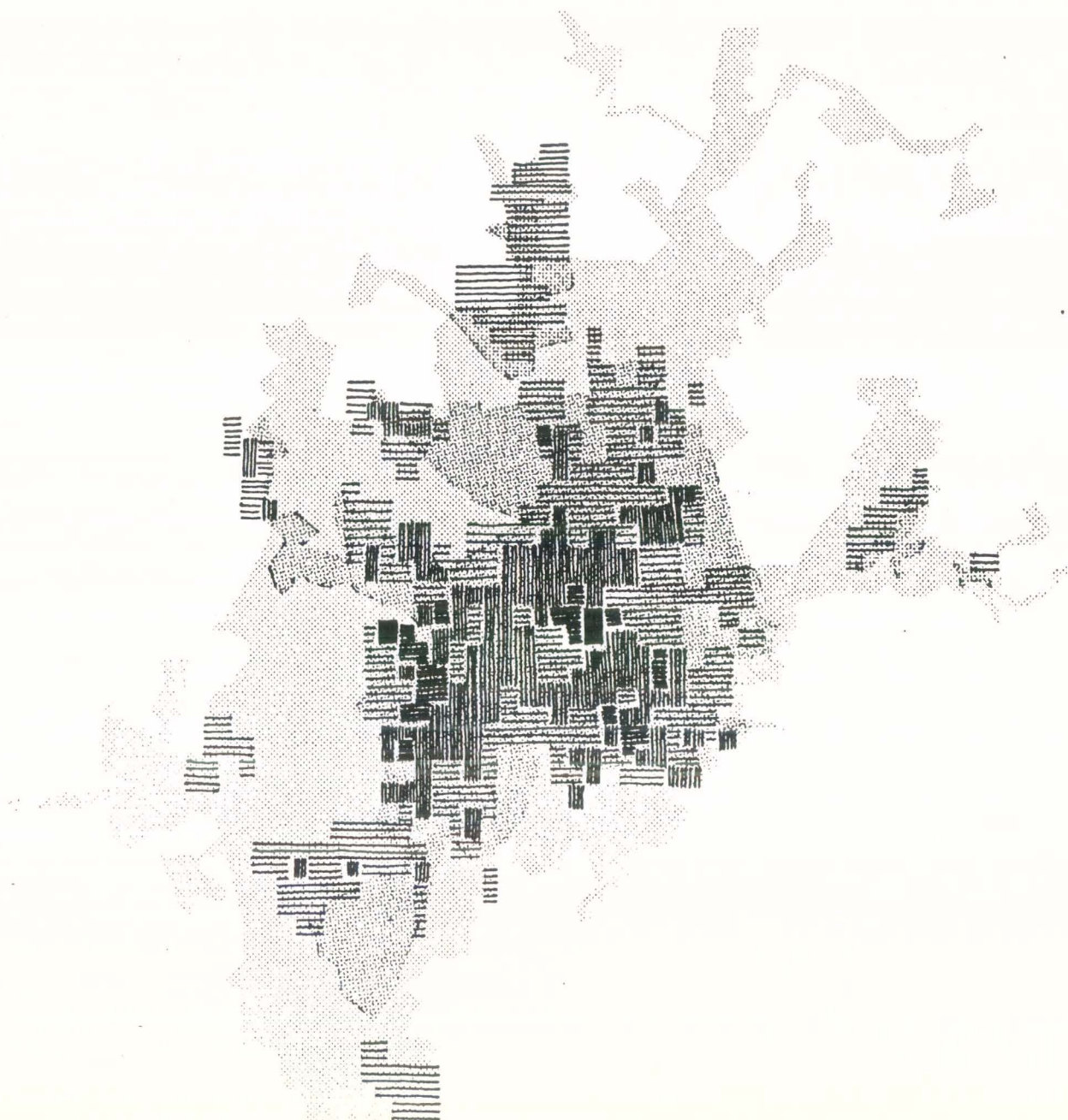


MAPA 02

CRESCIMENTO URBANO

	1940-12.320.000 m ²	
	1951-26.896.000 m ²	TOTAL: 39.156.000 m ²
	1962-36.642.000 m ²	TOTAL: 75.898.000 m ²
	1972-34.311.200 m ²	TOTAL: 110.189.000 m ²
	1978-42.268.200 m ²	TOTAL: 152.392.000 m ²
	1980-20.484.000 m ²	TOTAL: 172.876.000 m ²
	Perímetro urbano	
	Zona de expansão urbana	

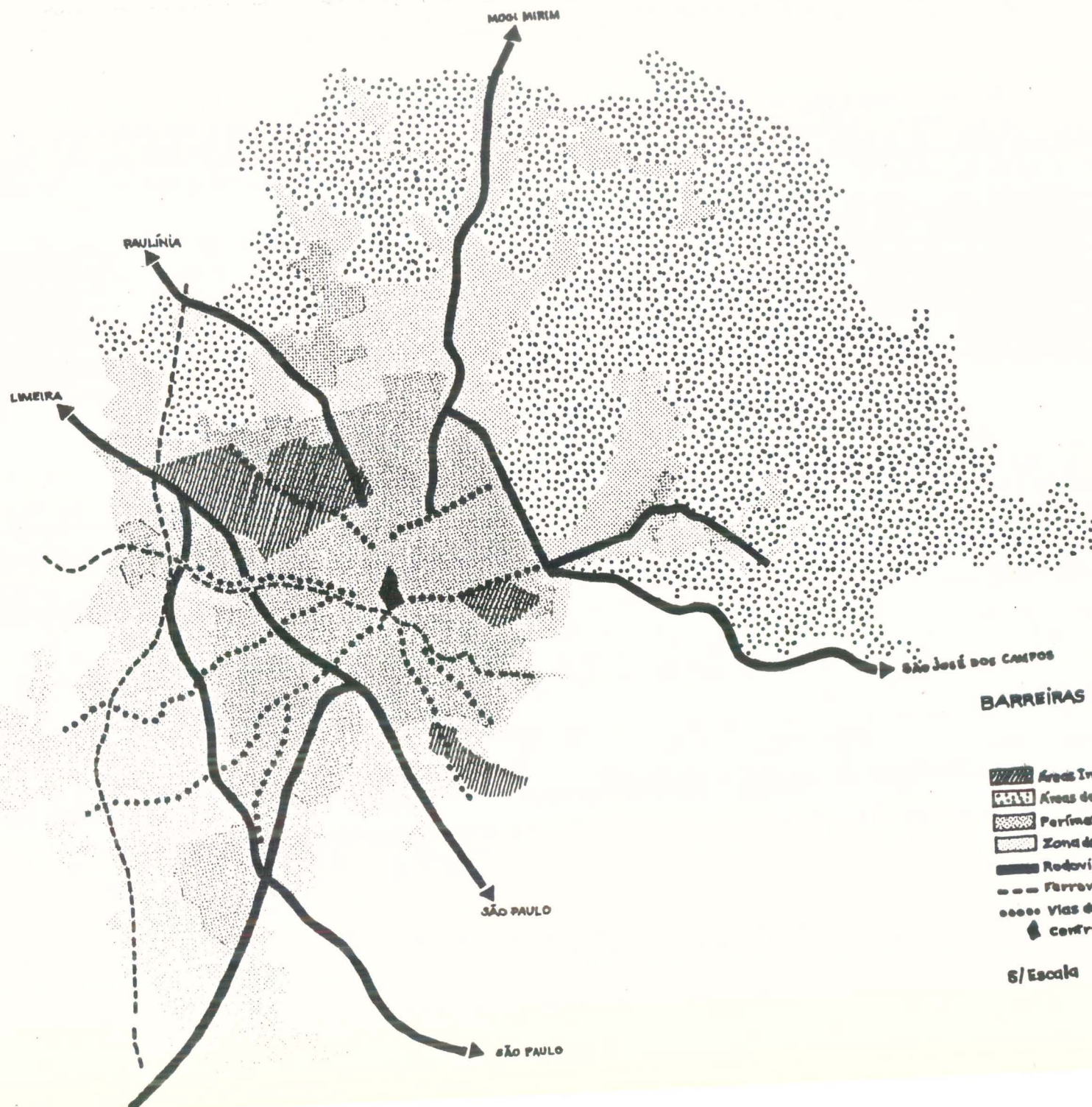
2/2000



MAPA 03

DENSIDADE DEMOGRÁFICA

-  de 1 à 50 hab./ha
 -  de 51 à 100 hab./ha
 -  de 101 à 150 hab./ha
 -  Acima de 151 hab./ha
 -  Perímetro urbano
 -  Zona de expansão urbana
- 8/ Escala



MAPA 04

BARREIRAS FÍSICAS E SISTEMA VIÁRIO

- Áreas Institucionais
- Áreas de fazendas particulares
- Perímetro Urbano
- Zona de expansão urbana
- Rodovias
- Ferrovias
- Vias de penetração
- Centro

6/ Escala



MAPA 05
VETORES DE CRESCIMENTO

- Malha Urbana
- Perímetro Urbano
- Zona de Expansão Urbana

S/ Escala



MAPA 06

ZONEAMENTO

-  Zona residencial singular
-  Zona residencial coletiva 1
-  Zona residencial coletiva 2
-  Núcleo comercial da zona singular
-  Zona comercial 1
-  Zona comercial 2
-  Zona de transição
-  Zona industrial
-  Zona especial de comércio
-  Distrito industrial
-  Perímetro urbano
-  Zona de expansão urbana



MAPA 09

FAVELAS

- de 0 à 100 hab.
- de 101 à 1000 hab.
- de 1001 à 2000 hab.
- de 2001 à 4000 hab.
- Acima de 4000 hab.

Perímetro Urbano

Zona de Expansão Urbana

S/Esca

APÊNDICE ESTATÍSTICO

Crescimento da Área e População Urbana
de Campinas

ANO	% DE CRESCIMENTO DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO	% DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA
1940 a 1953	182,89	94,02
1953 a 1962	110,28	73,63
1962 a 1968	50,26	42,17
1968 a 1978	38,37	76,90
1978 a 1980	13,44	11,98

FONTE: DEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e
Coordenação - PMC, 1983.

Projeção da População do Município de
Campinas

4,2%		5,0%		5,9%	
80 -	664.559	80 -	664.559	80 -	664.559
81 -	692.338	81 -	697.787	81 -	703.768
82 -	721.277	81 -	732.676	82 -	745.290
83 -	751.427	83 -	769.310	83 -	789.262
84 -	782.836	84 -	807.775	84 -	835.829
85 -	815.559	85 -	848.164	85 -	885.143
90 -	1.000.868	90 -	1.082.497	90 -	1.178.944
95 -	1.228.284	95 -	1.381.570	95 -	1.570.265
2000 -	1.507.373	2000 -	1.763.273	2000 -	2.091.475

FONTE: DEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento
e Coordenação - PMC, 1983

Área e População Urbana de Campinas

Ano	Área Urbana (m ²)	População Urbana (Habitantes)	Relação m ² /Habitante
1940	12.320.000	62.355 *	197,5
1953	34.852.800	121.013	288,0
1962	73.290.600	210.049	348,9
1968	110.129.000	298.606	368,8
1978	152.392.000	528.228	288,4
1980	172.876.400	591.590	292,2

* População estimada supondo-se uma taxa de urbanização de 75% em 1940

Fonte: SEPLAN (1980) e Censos Demográficos-FIBGE

Elaboração: SEPLAN/DEPLAN

Crescimento da Área e População Urbana de Campinas

Ano	% de Crescimento da área urbana do Município	Crescimento Populacional (Urbano)
1940 a 1953	182,89%	94,02%
1953 a 1962	110,28%	73,63%
1962 a 1968	50,26%	42,17%
1968 a 1978	38,37%	76,90%
1978 a 1980	13,44%	11,98%

Fonte: SEPLAN; FIBGE

Elaboração: SEPLAN/DEPLAN

Área, População Residente, Densidade
Demográfica de Campinas e dos Distri
tos - 1970/80

DISTRITOS	ÁREA EM KM	POPULAÇÃO EM 1970 NA	HAB/KM ²	POPULAÇÃO EM 1980 NA	HAB/KM ²
Campinas	554,2	357.866	645,7	623.074	1.124,3
B.Geraldo	67,0	8.204	122,4	19.224	286,9
N.Aparecida (*)	9,7	1.456	150,1	11.814	1.217,9
Souzas	64,0	5.783	90,3	7.698	120,3
J.Egidio	95,5	2.555	26,7	2.749	28,8
Município de Campinas	790,4	375.864	475,5	664,559	840,8

FONTE: DEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e
Coordenação. - PMC, 1983

(*) Não está computada a população do Conjunto
Habitacional Padre Anchieta.

Participação das Faixas Etárias no
Total da População 1970/1980

FAIXAS ETÁRIAS	1970 %	1980 %
0 - 4	11,39	11,83
5 - 9	11,77	10,10
10 - 14	11,02	9,92
15 - 19	10,41	10,48
20 - 24	9,86	11,08
25 - 29	8,10	9,86
30 - 39	13,61	13,73
40 - 49	10,36	9,81
50 - 59	4,22	4,00
60 - 69	2,26	2,40
70 +	2,25	2,40

FONTE: Censos Demográficos - FIBGE

Relação entre a Área de Crescimento Urbano
e a Área Efetivamente Ocupada (m²)

QUADRO XLII

Ano	Crescimento Urbano	Área Efetivamente Ocupada	% de Área Ocupada
1968	110.129.000	43.262.000	40%
1978	152.392.000	79.598.000	52%
1980	172.876.400	95.338.000	55%

Fonte: SEPLAN

Elaboração: SEPLAN/DEPLAN

Composição Quantitativa do Uso do Solo

ZONAS DE USO	Área (m ²)	% em relação a Z.E.U.
Residencial Singular	67.585.275,60	29,67
Transição	9.633.769,68	4,22
Núcleo Comercial	6.379.648,40	2,80
Residencial Coletivo 2	1.755.010,00	0,78
Residencial Coletivo 1	1.106.232,00	0,49
Comercial 2	959.590,00	0,42
Comercial 1	494.471,00	0,21
Zona Especial de Comércio	25.126,56	0,01
Zona Industrial	874.759,69	0,39
Distrito Industrial	4.552.750,00	2%

* Observação: No cálculo efetuado não foram computados as ruas.

Z.E.U. 227.749.920,00 m²

Área do Município 801.006.132,00 m²

Fonte. SEPLAN/DEPLAN

Incidência de Doenças Notificáveis por
Região - 1981

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	NÚMERO DE CASOS	%
07	330	18,94
12	263	15,09
04	152	8,72
09	123	7,06
03	121	6,94
10	118	6,77
06	109	6,25
05	87	4,99
01	79	4,53
08	65	3,73
02	56	3,21
11	55	3,15

FONTE: Lopes, J.C., Estrutura de Mortalidade no Municí
pio de Campinas, Secretaria Municipal de Saúde
PMC, 1982.

Evolução das Doenças de Notificação

Compulsória - 1980/1982

ANO	1980		1981		1982	
	CAMP. DRS-5		CAMP. DRS-5		CAMP. DRS-5	
DOENÇAS						
Chagas (forma aguda)	0	4	0	0	0	0
Difteria	15	35	4	17	3	11
Esquistossomose	651	1714	613	1721	363	1314
Febre Tifóide	1	18	2	27	1	6
Hanseníase	82	455	94	472	75	541
Leishmaniose Cut.Mucosa	1	11	2	30	8	32
Leishmaniose Visceral	0	1	0	1	0	2
Leptospirose	-	-	-	-	1	1
Malária	-	-	-	-	0	10
Meningite	288	721	317	661	447	876
Poliomielite	13	33	3	6	1	1
Raiva Humana	0	1	1	1	1	2
Sarampo	642	1223	162	440	309	520
Tétano	1	9	1	17	5	9
Tuberculose	422	1831	581	2168	435	1852
Febre Amarela	-	-	-	-	-	-
Peste	-	-	-	-	-	-
Cólera	-	-	-	-	-	-
Varíola	-	-	-	-	-	-
Encefalite (arbovirus)	-	-	-	-	-	-
T O T A L	2116	6056	1777	5561	1649	5177

FONTE: Delegacia Regional de Saúde 5 - Secretaria do Estado da Saúde.

Número de Consumidores Cadastrados, 1983

EM 30/03/83	NÚMERO	(%)
- com água	18.690	15,24
- com água e esgoto	103.948	84,76
T O T A L	122.638	100,00

(*) Sendo que: 834 não possuem hidrômetro

FONTE: SANASA

Divisão e Consumo por Categorias Econômicas, 1983

CATEGORIAS DE CONSUMIDORES	Nº DE CONSU- MIDORES P/CA TEGORIA ECÔ- NÔMICA	%	VOLUME DE AGUA CONSUMI DO PELAS CÂ- TEGORIAS	%
residencial	106.894 unid.	88,43	3.192.890 m ³	77,15
público	395 unid.	0,33	91.249 m ³	2,20
comercial	12.527 unid.	10,36	545.560 m ³	13,18
industrial	1.064 unid.	0,88	309.096 m ³	7,47
T O T A L	120.880 unid.	100,00	4.138.795 m ³	100,00

FONTE: SANASA

Receita Total - Comércio Varejista e Atacadista (

ANOS LOCALIDADE	1 9 6 0	%	1 9 7 0	%	1 9 7 5	%
CAMPINAS						
Varejistas	1.029.194	59,7	3.811.377	58,4	8.415.573	58,8
Atacadistas	800.737	89,7	5.517.132	78,9	6.748.602	80,9
SUB-REGIÃO						
Varejistas	1.722.681	100,0	6.527.443	100,0	14.302.956	100,0
Atacadistas	892.615	100,0	6.995.723	100,0	8.341.223	100,0

Participação percentual no total da Sub-Região

(*) Em Cr\$ 1.000,00

* Inclusive o genero de combustível e lubrificantes de Paulíni

FONTE: Censos Comerciais de 1960, 1970 e 1975 - FIBGE

ELABORAÇÃO: DEPLAN/SEPLAN

Receita Total: Comércio Varejista

CIDADE \ ANOS	1 9 6 0		1 9 7 0			1 9 7 5		
	Valor (*)	%	Valor (*)	%(**)	%(***)	Valor (*)	%(**)	%(***)
S. Paulo	15.495.192	46,1	66.192.290	48,9	14,9	126.493.733	47,2	13,1
Curitiba	1.029.194	2,9	3.811.377	2,8	14,0	8.415.573	3,1	17,1
Porto Alegre	1.365.460	3,8	4.411.985	3,3	12,4	7.196.742	2,6	12,4
João Pessoa	222.893	0,6	1.035.393	0,8	16,6	2.722.791	1,0	16,6
Recife	529.830	1,5	2.250.369	1,7	15,6	5.537.424	2,1	19,6
Florianópolis	402.295	1,1	1.426.726	1,1	13,5	3.364.534	1,3	18,1
S. Paulo	335.775.907	100,0	135.378.075	100,0	14,2	267.972.652	100,0	14,2

(*) Em Cr\$ 1.000,00 de 1977

(**) Participação % no total do Estado

(***) Taxas geométricas de crescimento anual

FONTE: Censos Comerciais 1960, 70, 75 - FIBGE

DEPLAN/SEPLAN

RECEITAS DE MUNICÍPIOS

(CR\$ 1.000,00)

MUNICÍPIOS	RECEITA TOTAL (1)			PER CAPITA	
	1972 (1)	1982 (1)	VARIAÇ. %	1972	1982
Campinas	5.465.386	10.523.465	92,6	13,0	14,1
São Bernardo do Campo	12.659.170	15.501.229	22,5	53,3	31,9
Santo André	11.090.881	9.411.327	(15,1)	23,6	15,5
S. José dos Campos	2.870.512	7.115.814	147,9	16,9	22,5
Santos	7.864.541	9.264.124	17,8	22,2	21,3

ELABORAÇÃO: DEPLAN/SEPLAN

(1) A preços de 1982

DESPESAS DE MUNICÍPIOS

(CR\$ 1.000,00)

MUNICÍPIOS	DESPESA TOTAL (1)			INVº PER CAPITA	
	1972 (1)	1982 (1)	VARIAÇ. %	1972	1982
Campinas	7.223.638	14.837.755	105,4	5,6	2,0
São Bernardo do Campo	12.360.238	19.321.038	56,3	20,2	5,4
Santo André	11.787.608	13.645.320	15,8	13,7	5,4
S. José dos Campos	2.950.968	8.860.750	200,2	4,9	1,5
Santos	8.784.698	10.978.760	25,0	8,9	0,8

ELABORAÇÃO: DEPLAN/SEPLAN

(1) A preços de 1982

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

(Cr\$ 1.000,00)

ANOS	TOTAL RECEITA (1) (2) (3)	VARIAÇÃO ANUAL (%)	REC. PRÓPRIA "PER CAPITA"	REC. TRASF. "PER CAPITA"	REC. TOTAL "PER CAPITA"
1972	5.465.386	-	5,4	7,6	13,0
1973	6.885.073	26,0	7,0	8,4	15,4
1974	7.821.638	13,6	7,8	8,8	16,5
1975	8.708.287	11,3	8,9	8,5	17,4
1976	8.720.042	0,1	8,7	7,8	16,4
1977	8.955.146	2,7	7,7	8,3	16,0
1978	10.018.368	11,9	7,9	9,0	16,8
1979	10.454.648	4,4	8,1	8,5	16,6
1980	10.036.288	(4,0)	7,4	7,7	15,1
1981	9.834.583	(2,0)	6,7	7,1	13,9
1982	10.523.465	7,0	6,8	7,3	14,1
1983	10.804.654	1,0	7,3	6,5	14,04
(Cresc. 72/82)	92,6 %	-	25,9%	(4,0%)	8,5%

FONTE: Balanços P.M.C.

(1) A preços de 1982

(2) Total composto por Receitas Próprias e Transferidas

(3) Não inclui Operação de Crédito

ELABORAÇÃO: DEPLAN/SEPLAN

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

ANOS	VALOR DAS DESPESAS (1)	VARIACÃO ANUAL (%)	DESPESA "PER CAPITA"	INV? "PER CAPITA"
1972	7.223.638	-	17,1	5,6
1973	7.846.646	8,6	17,6	4,8
1974	12.458.683	58,8	26,4	14,4
1975	10.827.754	(13,1)	21,6	7,6
1976	10.546.992	(2,6)	19,9	7,1
1977	9.684.247	(8,2)	17,2	0,7
1978	11.648.804	20,3	19,6	2,2
1979	13.897.569	19,3	22,1	3,2
1980	12.695.918	(8,7)	19,0	2,2
1981	12.519.747	(1,4)	17,7	2,0
1982	14.837.755	18,5	19,8	2,0
1983	11.250.343	(24,2)	14,2	1,0
(Cresc. 72/82)	105,4 %	-	15,8 %	(64,3%)

FONTE: Balanços da P.M.

ELABORAÇÃO: DEPLAN/SEPLAN

(1) A preços de 1982

IM MIL CRUZINHA DE 1982

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
RECEITA TOTAL (+) OP. CRÉDITO	5465386	6885073	7821638	8708287	8720042	8955146	10018368	10454648	10036288	9834583	10523465	10555728
DESPESA COMPROMETIDA	4708150	5452729	5423407	6701786	6636741	9045777	9982675	11571145	10884992	10682054	12443341	9872390
POUPANÇA	757236	1432344	2398231	2006501	2083301	(90631)	35693	(1116497)	(848704)	(847471)	(1919876)	683338
POUPANÇA/RECEITA PRÓPRIA (-) OP. CRÉDITO	13,9%	20,8%	30,6%	23,1%	23,9%	(1,0%)	0,4%	(10,7%)	(8,5%)	(8,6%)	(18,3%)	6,4%
AMORTIZAÇÕES + ENCARGOS DIVIDA RECEITA T(-)OP.CR	12,8%	9,4%	9,0%	9,9%	8,9%	20,05%	17,8%	14,8%	18,7%	19,8%	26,2%	23,6%
GASTOS SOCIAIS (*) "PER CAPITA" (Cr\$ de 1982)	11,49	12,25	19,43	14,36	13,67	7,01	7,79	10,32	9,02	8,35	8,90	7,25
GASTOS C/PESSOAL "PER CAPITA"	6,37	6,60	6,34	7,62	7,55	10,67	10,08	12,36	10,13	9,65	10,35	7,28

(*) Educação e Cultura + Habitação e Urbanismo + Saúde e Saneamento + Assistência e

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 01 - Cano, Wilson - Relatórios finais I e II da pesquisa "Interiorização do desenvolvimento no Estado de S.P., 1920-1980".
Compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia específica do Estado de S.P. e sua interiorização desse desenvolvimento econômico, suas consequências e por fim, formular subsídios para reformulação das Políticas de Descentralização Industrial e de Urbanização no Estado de S.P..
- 02 - Cano, Wilson - "Raízes da Concentração Industrial em S.P.", Difel, 1977 (Capítulo I e Capítulo II).
- 03 - Cano, Wilson - "Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil": 1930/1970, S.P., Global/Ed.Unicamp, 1985, Cap. IV.
- 04 - Cardoso de Mello, João Manuel - "O Capitalismo Tardio" - S.P., Brasiliense, 1982.
O objeto do estudo, consistia no exame do processo de desenvolvimento econômico brasileiro encarado como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo que nasceu tardiamente.
- 05 - Gonçalves, Maria Flora e Semighini, Ulisses Cidade - "Campinas: Segunda Metrôpole Paulista?", Campinas, 1987.
Breve caracterização do Processo de Urbanização Paulista, e a partir daí introduz o contexto econômico do desenvolvimento de Campinas. Como objetivo, estudar a gestação de uma Metrôpole no interior e a dinâmica dessa metropolização de Campinas partindo das características específicas desse processo, e por concluir, suas falhas.
- 06 - Lessa, Carlos - "Quinze Anos de Política Econômica".
- 07 - Negri, Barjas e Tartaglia, José Carlos - "Caderno Cead 01" (Sobre agricultura e indústria no Estado de S.P.: 1920/1980).
Objetivos: Oferecer subsídios à formulação de Políticas de Desenvolvimento do Estado de S.P., com ênfase para sua interiorização. Para tanto, apresenta um diagnóstico da especialização da indústria, agricultura e agro-indústria no período recente, fornecendo a localização por região administrativa e/ou regiões de governo de distritos industriais, infra-estrutura, estradas, energia e produção de matérias primas.
- 08 - Negri, Barjas e Cano, Wilson - "A Interiorização da Indústria Paulista nos Anos 70", Campinas, 1987.

Discute a descentralização industrial no Estado de S.P., destacando o papel do Governo Federal na expansão e diversificação industrial do interior paulista.

- 09 - Serra, José - "Ciclos e Mudanças Estruturais. In: L.Belluzo e R. Coutinho (O R.G.S.)." "O Desenvolvimento Capitalista e a Crise" Volume I.
- 10 - Semeghini, Ulisses - "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de S.P.- 1920/1980", Estudo de Caso de Urbanização: Campinas e Araraquara, 1986. Caderno Ifch.
O seu conteúdo reflete a preocupação de encontrar respostas que auxiliem a desvendar os determinantes maiores do processo de urbanização em São Paulo, sem perder de vista a especificidade do desenvolvimento das regiões do Estado e o processo de constituição de cidades particulares.
- 11 - Zimmermann, Gustavo - "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de S.P." - Estudos de Casos de Finanças Públicas Municipais - Campinas, 1987, Caderno Ifch.
O propósito da pesquisa, foi analisar os efeitos que as transformações decorrentes do processo em tela e do sistema tributário provocaram nas finanças do Estado e sobretudo, dos municípios - Campinas e Araraquara.
- 12 - SEPLAN - Diagnóstico Social, 1983.
Conjunto de dados e informações que possibilitam o conhecimento da situação atual do Município de Campinas.
Definição dos objetivos e diretrizes do desenvolvimento de Campinas e formulação de uma nova proposta de estruturação urbana e organização territorial.